

Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres
CEPED UFSC

COMUNICAÇÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

Daniela da Cunha Lopes

Marcos de Oliveira

Áureo Mafra de Moraes

Wilson da Costa Bueno

Soledad Urrutia de Sousa

Ana Paula de Assis Zenatti



CABEÇA AO VENTO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL

2010

GOVERNO FEDERAL

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República do Brasil

João Santana Filho

Ministro da Integração Nacional

Ivone Maria Valente

Secretária Nacional de Defesa Civil

Daniela da Cunha Lopes

Diretora do Departamento de Minimização de Desastres da

Secretaria Nacional da Defesa Civil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Álvaro Toubes Prata

Reitor

Carlos Alberto Justo da Silva

Vice-Reitor

Edison da Rosa

Diretor do Centro Tecnológico

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES – CEPED UFSC

Antonio Edésio Jungles

Diretor Geral

Irapuan Paulino Leite

Diretor de Articulação Institucional

Marcos Baptista Lopez Dalmau

Diretor de Pesquisa e Extensão

Rafael Schadeck

Gerente de Planejamento

Fernando Lo Feudo Ferreira

Assistente de Projeto

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pedro da Costa Araújo

Superintendente Geral

Associação Cultural Cabeça ao Vento

Execução Geral

EQUIPE TÉCNICA

Carolina Borges de Andrade

Gestão de Processos

Raquel Coelho

Coordenação Administrativa

Tadeu Vedana

Coordenação Audiovisual

Onara Freire

Supervisão de Processos

José Raupp

Supervisão de Tutoria

André Ricardo Righetto

Administrador de Sistemas

Cristiana Pinho

Supervisão do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

André Fontana Goulart

Web Design

Sérgio Genilson Pflieger

Eduardo Polmann

Programação

Irê Von Linsingen Phelippe

Edição de Imagens

Oni Freire

Edição de Som

Guilherme Lopes Souza

Vinhetas

Alexandro Antunes

Produção Educacional

Gabriela Marques

Suporte Técnico

Coordenação Geral de Conteúdo

Soledad Urrutia de Sousa

Ana Paula Zenatti

Produção do Conteúdo Específico

Daniela da Cunha Lopes

Marcos de Oliveira

Áureo Mafra de Moraes

Wilson da Costa Bueno

Soledad Urrutia de Sousa

Ana Paula de Assis Zenatti

Assessoria em Tecnologias da Informação e

Comunicação

Alexandre Peres de Pinho

Assessoria Pedagógica

Fernando Spanhol

Design Instrucional de Implementação

Carolina Borges de Andrade

Design Instrucional de Conteúdo

Barbara Pettres

Editoração Eletrônica

Porto DG

Projeto Gráfico e Capa

Sílvio Lovato

Ilustração

Sylvio Ayala

Revisão Ortográfica

Barbara Pettres

Gabriela Koza

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Comunicação de riscos e de desastres. Curso a distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. 183 p. : il. 22 cm

1. Sistema Nacional de Defesa Civil. 2. Riscos de Desastres. 3. Comunicação de Riscos e de Desastres. I. Universidade Federal de Santa Catarina. II. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. III. Título.

CDU 351.862

>> APRESENTAÇÃO

Após o processo compartilhado de construção de uma política pública para a Defesa Civil, com a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, em março deste ano, a Defesa Civil se propôs a estabelecer diálogos entre o poder público, agentes de Defesa Civil, profissionais de diversas áreas e sociedade civil para fortalecer as ações de prevenção e preparação, inserindo novos protagonistas na Defesa Civil, com ênfase na construção de cidades mais seguras. Para nós, tornou-se evidente a necessidade de uma gestão integrada, inter e multidisciplinar, que possa se efetivar de forma multisetorial nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – buscando a ampla participação da comunidade. Mobilizar novos atores e capacitar as pessoas que já estão atuando em Defesa Civil é uma das prioridades da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos últimos anos.

Neste sentido, o curso a distância “Comunicação de Riscos e de Desastres” tem o propósito de construir ou iluminar caminhos entre o Jornalismo e áreas afins e a Defesa Civil, de modo a divulgar as diferentes possibilidades de atuação destes profissionais no processo de comunicação dos riscos e dos desastres com foco na prevenção. Esperamos que este curso promova trocas de experiências e partilha de conhecimentos, aprimorando a atuação de todos para a construção de comunidades mais resilientes, cidades sustentáveis e pessoas mais saudáveis.

Nosso objetivo é capacitar para criar e compartilhar para aprender, construindo redes de proteção e atuação para que a Defesa Civil seja, dia-a-dia, uma ação de todos nós. Por isso, agradeço a sua participação e saúdo a sua presença no Sistema Nacional de Defesa Civil, em nome da equipe da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Bom curso!

Ivone Maria Valente

Secretária Nacional de Defesa Civil

>> SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
GUIA DO ALUNO	8
UNIDADE 1 – Por dentro da Defesa Civil e a gestão de desastres	14
A Defesa Civil no Brasil: conhecendo sua história	16
Sistema Nacional de Defesa Civil	17
A Defesa Civil e os desastres: forças da natureza ou eventos humanos?	25
Planos de Contingência: mapeando cenários	34
Desenvolvimento sustentável e redução de desastres	41
Unidade 2 – Desafios e responsabilidades para a redução do risco de desastres	48
Redução de riscos: um desafio de todos nós	50
A Defesa Civil e a redução de desastres	52
Prevenção, o melhor caminho	58
A importância da comunicação no processo de redução de riscos	62
Unidade 3 – A imprensa e os desastres	64
Imprensa, os riscos e os desastres	66
A arte da comunicação	69
Imprensa no Brasil	70
Atuação em desastres e na prevenção	72

Unidade 4 – Risco de desastres – uma nova especialização do jornalismo	84
O jornalismo especializado em ciência e meio ambiente	86
A produção da reportagem especializada	96
A cobertura de desastres	112
Jornalismo e Comunicação de Riscos	117
UNIDADE 5 – Jornalismo antes, durante e depois do desastre e o trabalho da assessoria de imprensa	126
Antes do desastre	128
Durante o desastre	131
Depois do desastre	132
Relacionamento com a imprensa: jornalismo na assessoria de comunicação	134
Sistema de Comando de Operações	145
UNIDADE 6 – Comunicação de massa e comunitária e a importância da mídia eletrônica: rádio e televisão	154
Comunicação de massa e comunitária	156
O papel da mídia eletrônica: o rádio e a televisão como corresponsáveis pela comunicação de riscos e de desastres	161
O telejornalismo e o sensacional	168
Pressupostos para uma atuação corresponsável na comunicação de riscos	173

INTRODUÇÃO

O CEPED UFSC é uma instituição pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina que atua há 10 anos desenvolvendo projetos relacionados às áreas de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, tem cooperado com o desenvolvimento técnico, científico e cultural da sinistologia e de sua difusão junto à sociedade em níveis municipal, estadual e nacional, mediante a oferta de capacitações específicas, assim como por meio de eventos, consultorias e auditorias, dentre outras ações.

Atualmente, dentre os diversos parceiros existentes ligados à Defesa Civil, o CEPED UFSC tem procurado desenvolver junto com o Ministério da Integração Nacional, mais especificamente com a Defesa Civil Nacional, ações preventivas orientadas às mais variadas necessidades de conhecimentos da população brasileira, considerando o contexto específico de situações encontradas ou vivenciadas em desastres de qualquer natureza e magnitude.

Sabe-se que com o conhecimento das vulnerabilidades existentes, uma sociedade tende a se preparar melhor. Para tanto, o auxílio de profissionais da área da comunicação é essencial, uma vez que a propagação da informação possibilita a ilustração dos fatos, corroborando assim para o acesso, criação, manutenção e aprimoramento do conhecimento. Todavia, mesmo com o preparo, podem acontecer situações adversas onde o dano resultante é consideravelmente grande, afetando assim as pessoas direta ou indiretamente.

Neste sentido, o curso a distância “Comunicação de Riscos e de Desastres” tem o propósito de elucidar a filosofia inerente à Defesa Civil, bem como esclarecer sua atuação enquanto sistema dentro de um contexto voltado para situações de desastres. Além do mais, procurou-

se trabalhar contextualizando o fator risco, o que para o profissional da área de comunicação é algo extremamente importante, sobretudo por possibilitar o aprimoramento de profissionais em ações que visem contribuir para uma cultura de prevenção aos riscos e aos desastres.

Este curso foi elaborado por pessoas que atuam diretamente com Defesa Civil, cuja competência profissional apresenta as devidas credenciais necessárias para que você obtenha uma visão ampla da abrangência e da atuação do comunicador em situações de desastres.

Esperamos que o curso atenda suas necessidades! Participe, questione, pois o seu aprendizado dependerá disso. Faça parte desta construção e seja um multiplicador dos conceitos, práticas e desafios proporcionados nesta capacitação.

Colocamos-nos à sua disposição.

Bom curso!



Prof. Antonio Edésio Jungles

Diretor Geral

Prof. Marcos B. L. Dalmau

Diretor de Pesquisa e Extensão

Prof. Irapuan Paulino Leite

Diretor de Articulação Institucional

>> GUIA DO ALUNO

POR QUE ESTE CURSO É TÃO IMPORTANTE

As frequentes ocorrências e a intensidade de eventos adversos no Brasil provocam a atenção de autoridades e da sociedade, principal afetada pelos efeitos destes fenômenos. Com este cenário, jornalistas de veículos de comunicação ou assessoria de imprensa governamental precisam estar preparados para atuar na comunicação de riscos e de desastres.

A tarefa de comunicar depende de diferentes fatores, dos receptores e da forma como será enviada e mensagem. Para que seja bem-sucedida na ocorrência de um desastre, exige estratégia e planejamento desde o momento da prevenção - hoje principal discussão entre órgãos de Defesa Civil - até os resultados de resposta e reconstrução. O maior inimigo deste complexo sistema é, ironicamente, a falta de comunicação.

A imprensa assume papel fundamental em situações de emergência ao repassar informação à população e amenizar um período difícil na vida das vítimas de uma tragédia. Notícias sobre segurança garantem a integridade das pessoas. Informar sobre os riscos, além do atendimento e da assistência necessários para os afetados, torna a comunicação um instrumento essencial para a minimização dos riscos antes, durante e depois dos desastres.

O curso Comunicação de Riscos e de Desastres foi criado para capacitar profissionais de comunicação, com o objetivo de incentivar a participação da mídia na gestão de desastres, com ênfase no risco e

não apenas no desastre. Por meio de sua colaboração, utilizando o conhecimento a ser aqui adquirido ou lembrado, você poderá auxiliar na proteção da sociedade e do meio ambiente e contribuir para que a prevenção de desastres, visando à redução dos riscos, passe a ser prioridade em todos os setores da sociedade.

O conteúdo deste livro está dividido em seis unidades, nas quais serão apresentados os conceitos relacionados ao gerenciamento de desastres. Serão discutidos o papel do comunicador, as ações de gestão da informação e a comunicação de risco e de desastres. Questões práticas podem ser identificadas a partir da ideia de que a comunicação de riscos serve como uma forma de prestação de serviço ao público, com o intuito de reduzir a ansiedade e o medo. Por meio de orientações básicas, o jornalista poderá planejar e responder adequadamente a uma situação de crise.

ORIENTAÇÕES GERAIS

O curso será realizado em um período de 30 dias, aproximadamente, na modalidade de Educação a Distância (EaD), por meio do uso de diferentes recursos. Na realização deste curso você contará com este livro-texto, um guia de fontes, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e a tutoria. Além disso, serão oferecidas duas videoaulas através do AVA e duas teleconferências ao vivo, para que você tenha a oportunidade de aprofundar ainda mais seus conhecimentos sobre os diversos assuntos que serão abordados no decorrer deste curso.

Na modalidade a distância, você é o agente de construção do seu conhecimento, ou seja, é você que organiza seu tempo de estudo e a elaboração das atividades previstas. Portanto, trace um plano de

estudos para a realização do curso: destine um tempo para estudar as unidades do livro, participar dos fóruns de discussão e responder as atividades de aprendizagem. Agende-se com antecedência para assistir e participar ao vivo das teleconferências e, quando necessário, entre em contato com seu tutor, ele é peça fundamental no processo de ensino-aprendizagem orientando e acompanhando você durante todo o curso. Organize seus horários de estudo observando o cronograma das atividades do curso. Lembre-se: os prazos devem ser respeitados!

O LIVRO-TEXTO

Procure utilizar o livro de maneira integrada com os demais recursos do curso. Leia atentamente cada unidade e ao final de cada uma delas acesse o AVA e realize as atividades propostas. Procuramos destinar a você um espaço lateral em cada uma das páginas. Anote as dúvidas que surgirem durante a leitura e esclareça-as com o seu tutor(a). Preste atenção nos quadros, ícones e ilustrações do livro, eles contêm mensagens importantes.

O AVA

O endereço do seu Ambiente Virtual de Aprendizagem é **www.cepedcurso.ufsc.br/grdcomunica**. Seu login e senha serão enviados para o e-mail informado no momento da matrícula. Com o login e a senha, você terá acesso ao AVA a qualquer momento. Sugerimos que você o acesse regularmente, pois estaremos disponibilizando as datas das atividades e demais informações atualizadas sobre o andamento do curso. Consulte com frequência o calendário do curso e o mural do aluno, presentes no AVA, para se manter em dia com as datas previstas para a realização de cada uma das atividades. Além dis-

so, o espaço de “dúvidas frequentes” também será atualizado constantemente pelos tutores, constituindo-se em excelente ferramenta para consulta das dúvidas coletivas e fonte de informações.

PARTICIPANDO DOS FÓRUNS DE DISCUSSÃO

Os fóruns de discussão presentes no AVA são espaços para troca de ideias, opiniões e experiências entre os cursistas sobre os assuntos propostos referentes a cada uma das unidades. A participação dos cursistas não se dá ao mesmo tempo, pois cada um insere sua opinião no momento que considerar mais propício. No fórum as opiniões podem ser inseridas a qualquer hora, você pode responder à pergunta inicial, responder a uma das perguntas dos participantes ou lançar uma nova pergunta. Haverá um fórum de discussão para cada uma das unidades. Se tiver alguma dúvida específica em relação ao conteúdo do curso, entre em contato com seu tutor. Não utilize o fórum para esta finalidade.

RESPONDENDO AS ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM

Para concluir este curso é necessário realizar as atividades de aprendizagem presentes no AVA no período proposto. O principal objetivo dessas atividades é fazer com que você consolide os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Leia com atenção as orientações para elaborar a atividade de aprendizagem de cada unidade. Certifique-se de que entendeu bem as explicações para que possa responder adequadamente ao enunciado. Em caso de dúvida, faça contato com seu tutor. Lembre-se de que o envio das atividades através do AVA é a garantia do recebimento do certificado de conclusão do curso.

INTERAGINDO COM A TUTORIA

A tutoria é uma estrutura organizada para realizar o atendimento, o acompanhamento e a avaliação do processo de aprendizagem dos cursistas. Conta com uma equipe de tutores preparada para oferecer o apoio necessário para o melhor aproveitamento do curso. Os tutores esclarecem as dúvidas relacionadas aos aspectos pedagógicos do curso: conteúdos, metodologia e elaboração da atividade de aprendizagem. Para isso nossos tutores receberam formação específica na área deste curso. Eles também esclarecerão suas dúvidas administrativas, como: cadastro, recebimento dos materiais didáticos e emissão de certificados. Cada tutor será responsável por um mesmo grupo de alunos do início ao fim deste curso. Ao iniciar o curso, você irá receber um “e-mail de apresentação” do seu tutor, no qual ele informará a você o nome dele e o turno em que estará presente na tutoria. Procure entrar em contato com a tutoria no turno informado pelo seu tutor. No e-mail de apresentação você também será informado dos e-mails de contato e do número do Telefone de Discagem Direta Gratuita (DDG 0800) da tutoria. É importante manter seus dados cadastrais atualizados, principalmente o endereço eletrônico e os números de telefone para facilitar o contato do seu tutor com você.

Horário de atendimento da Tutoria:

de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h.

UNIDADE I

POR DENTRO DA DEFESA CIVIL E A GESTÃO DE DESASTRES



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Com o estudo desta unidade, você:

- Entenderá o significado de Defesa Civil.
- Saberá identificar o Sistema Nacional de Defesa Civil.
- Aprenderá conceitos relacionados ao gerenciamento de desastres.
- Terá noções básicas sobre os desastres.
- Aprofundará conhecimentos sobre desastres e gestão de risco.



Nesta primeira unidade do curso Comunicação de Riscos e de Desastres, iremos apresentar o órgão responsável pelo gerenciamento de desastres no Brasil: a Defesa Civil. Você terá a oportunidade de aprofundar seu conhecimento sobre desastres, tais como origem, evolução, intensidade e causas. Estas informações darão suporte a sua atuação na comunicação de riscos e de desastres. Bom estudo!

DEFESA CIVIL

A Defesa Civil é o conjunto de ações de prevenção e de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a integridade física e moral da população, bem como restabelecer a normalidade social.

Fonte: *Política Nacional da Defesa Civil.*

A DEFESA CIVIL NO BRASIL: CONHECENDO SUA HISTÓRIA

As primeiras ações dirigidas para a defesa da população ocorreram nos países que participaram da Segunda Guerra Mundial. O naufrágio dos navios de passageiros Arará e Itagiba na costa brasileira, em 1942, com 56 mortos, foi um dos motivos que determinou não só a participação do país na guerra, mas impulsionou o princípio de segurança global da população – base das ações de Defesa Civil. Exigiu maior atenção do governo federal, com a criação do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, o qual um ano depois teve seu nome alterado para Serviço de Defesa Civil, extinto em 1946.

Após 20 anos, uma grande enchente na região Sudeste brasileira provocou a necessidade de atendimento mais adequado à população.

Unidade I

Foi então que um grupo de trabalhadores elaborou no Estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro) o Plano Diretor de Defesa Civil, o qual definia as atribuições dos componentes do Sistema Estadual e estabelecia as primeiras Coordenadorias Regionais no país.

No dia 19 de dezembro de 1966, o Estado da Guanabara tornou-se o primeiro no Brasil a ter uma Defesa Civil Estadual organizada.

Um ano depois, o governo brasileiro criou o Ministério do Interior que, entre outras atribuições, assistia as populações atingidas por calamidades públicas em todo o território nacional.

Em 1969, foram regulamentados o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP).

O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), em 1988, organizou de forma sistêmica a Defesa Civil no Brasil. O SINDEC foi reformulado em agosto de 1993 e atualizado em fevereiro de 2005, pelo Decreto n. 5.376/05, com a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), o Grupo de Apoio a Desastres e o fortalecimento da Defesa Civil nos municípios.

SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

A Defesa Civil no Brasil está organizada sob a forma de sistema, o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) – centralizado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) – órgão do Ministério da Integração Nacional.

A SEDEC coordena a Defesa Civil em todo o país para a redução de desastres, a partir das ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução, nos níveis federal, estadual e municipal – com ampla participação da comunidade.

Assim, a ação organizada de forma integrada e global do SIN-

**Eficiência:**

capacidade de minimizar o uso de recursos para alcançar as metas definidas. Isto é, a capacidade de otimizar o uso de recursos.

Fonte: Lacombe (2004).

Eficácia:

capacidade de determinar metas corretas e medidas certas para alcançá-las; grau em que a organização atinge resultados válidos.

Fonte: Lacombe (2004).

DEC multiplica e potencializa os resultados de maneira muito mais **eficiente e eficaz*** do que a simples soma das ações dos componentes do sistema. Destaque para as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs), as quais atuam em nível mais local, ou seja, atuam diretamente no município onde ocorrem os desastres.

ATENÇÃO! **É de suma importância que cada município do país crie sua COMDEC. É esta instituição que estará preparada para atender imediatamente a população atingida por qualquer tipo de desastre, reduzindo, assim, as perdas materiais, além de salvar vidas.**

POLÍTICA NACIONAL

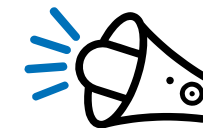
Aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), a Política Nacional de Defesa Civil é um documento de referência para todos os organismos de Defesa Civil. Esse documento estabelece as diretrizes, os planos e os programas prioritários para o desenvolvimento de ações de redução de desastres em todo o país, além da prestação de socorro e assistência às populações afetadas por desastres.

Principais objetivos da Política Nacional de Defesa Civil:

- a. Promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pela ação humana.
- b. Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres.
- c. Atuar na iminência ou em situações de desastres.
- d. Fazer a articulação e a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) em todo o território nacional.

ESTRUTURA DA DEFESA CIVIL

Agora que você conhece as principais atuações da Defesa Civil, vamos ver a estrutura organizacional do SINDEC:



Órgão Superior – o Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) é constituído por representantes dos Ministérios e das Secretarias da Presidência da República;

Órgão Central – é onde está inserida a Secretaria de Defesa Civil (SEDEC), do Ministério da Integração Nacional.

Órgãos Regionais – composto pelas Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (CORDEC).

Órgãos Estaduais e Municipais – é onde estão os órgãos de Defesa Civil dos estados e do Distrito Federal, as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (CEDEC) e as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC).

Órgãos Setoriais – abrangem os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, envolvidos nas ações de Defesa Civil, referidos no art. 5º, do Decreto nº 5.376/05.

Órgãos de Apoio – constituído pelos órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e privados que venham a prestar ajuda aos órgãos integrantes do SINDEC.

CENTRO NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE DESASTRES (CENAD)

A função do CENAD consiste em gerenciar as ações preventivas e de resposta. Mobiliza recursos humanos, materiais e equipamentos para evitar ou reduzir danos e prejuízos à sociedade. Sob a coordena-

ção técnica do Departamento de Resposta aos Desastres e Reconstrução (DRD), o CENAD processa as informações de risco de desastres e monitora, dia a dia, os parâmetros dos eventos adversos para o geoprocessamento de dados via satélite.

RELAÇÃO DO CENAD COM A DEFESA CIVIL

O funcionamento do CENAD ocorre em parceria com os organismos estaduais de Defesa Civil e instituições técnicas que disponham de recursos humanos e materiais apropriados, além de informações úteis para as atividades do SINDEC. O processamento inteligente de informações relacionadas aos desastres facilita a tomada de decisões. Dois formulários até este ano eram utilizados para a captação e o registro dessas informações, a NOPRED – Notificação Preliminar de Desastres e o AVADAN – Avaliação de Danos.

Com as mudanças recentes na legislação, como você verá na sequência, o registro da ocorrência do desastre passa a ser feito mediante requerimento acompanhado de relatório descritivo do evento ocorrido, conforme indica o artigo 7 do **Decreto 7257/2010**.

IMPLICAÇÕES DAS LEGISLAÇÕES RECENTES

O Decreto 5.376/05 definiu a descentralização das ações da Defesa Civil, compartilhando a responsabilidade entre os governos federal, estaduais e municipais. A comunidade passou a ter uma participação maior por meio dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs), com o objetivo de promover uma mudança cultural. Os cidadãos fazem parte deste sistema, conscientizando-se da importância em aumentar

sua própria segurança e auxiliar outras pessoas. Além disso, a representatividade do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) ampliou o raio de ação da Defesa Civil no país.

Recentemente, desde 2 de julho de 2010, o SINDEC passou a ser regido pela **Medida Provisória 494**. Regulamentada pelo Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, a MP 494 define que o SINDEC será composto por órgãos e entidades da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e das entidades da sociedade civil, que atuarão de forma articulada, tendo a SEDEC como órgão coordenador. Essas entidades deverão formalizar, à SEDEC, o seu interesse em compor o sistema.

Resumindo, as ações de Defesa Civil são articuladas pelos órgãos do SINDEC e têm como objetivo fundamental a redução dos desastres, que compreende os seguintes aspectos globais:

- A prevenção de desastres.
- A preparação para emergências e desastres.
- A resposta aos desastres.
- A reconstrução e a recuperação.

Atualmente, a atuação da Defesa Civil foi ampliada. Isso envolve um conjunto de ações de prevenção, preparação, socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a integridade física e moral da população e restabelecer a normalidade social.



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/494.htm



Conheça o decreto e o que deve constar no registro da ocorrência no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm

Para melhor compreendermos essa definição, é importante destacarmos alguns conceitos essenciais:

- Desastre: resultado de eventos adversos, sejam eles naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável. Os desastres promovem danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.
- Situação de Emergência: faz referência ao reconhecimento, pelo poder público, de uma situação anormal, provocada por desastres, gerando, a partir destes, danos superáveis pela comunidade afetada.
- Estado de Calamidade Pública: muito semelhante à Situação de Emergência, esta classificação implica também o reconhecimento, pelo poder público, de uma situação anormal, provocada por desastres, porém causa sérios danos – muitas vezes insuperáveis – à comunidade afetada, inclusive à **incolumidade*** ou à vida de seus integrantes.



Incolumidade:
situação do que está protegido e seguro.
Fonte: Houaiss (2007).

COMDECS E NUDECS: UM MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO

O grande desafio da Defesa Civil no Brasil e da **Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD/ONU)** no mundo está em minimizar os danos humanos, materiais e ambientais e os consequentes prejuízos econômicos e sociais resultantes da ocorrência de desastre.



Mas como atingir esse objetivo no nosso país?

O caminho é incrementar o senso de percepção de risco e o comprometimento das autoridades públicas, por meio de diversas frentes.

Unidade I

Uma delas é a criação e operacionalização das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – as COMDECs. São os prefeitos que determinam a criação das COMDECs, mas a iniciativa pode partir das autoridades locais ou da própria comunidade.

Criadas as COMDECs, estas vão:

- Articular, coordenar e gerenciar as ações de Defesa Civil nos municípios, além de promover ampla participação da comunidade, especialmente em atividades de planejamento, resposta e reconstrução.
- Mobilizar as lideranças comunitárias para que implementem os Núcleos de Defesa Civil (NUDECs) ou entidades correspondentes, nas escolas de nível fundamental e médio e em áreas de risco, além de implantar programas de treinamento de voluntários.
- Integrar-se às Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (CORDECs) e participar dos Planos de Apoio Mútuo (PAM), de acordo com o princípio de auxílio entre os municípios.
- Interligar os centros de operações e incrementar as atividades de monitoria, alerta e alarme, para otimizar a previsão de desastres. Uma COMDEC tem competência para criar Distritais de Defesa Civil – ou organismos correspondentes – que vão integrar sua própria estrutura, definindo atribuições com a finalidade de articular e executar ações de Defesa Civil em áreas específicas, como distritos e bairros.
- Atuar na prevenção de riscos, que será detalhada nas próximas unidades.

NÚCLEO DE DEFESA CIVIL

O Núcleo de Defesa Civil (NUDEC) é formado por um grupo comunitário organizado com a proposta de desenvolver um trabalho permanente de orientação das comunidades em áreas de maior vulne-

rabilidade nos municípios.

Esses núcleos estabelecem um elo entre as COMDECs e a população, planejando, promovendo e coordenando atividades de Defesa Civil, tais como:

- Avaliação de riscos de desastres e preparação de mapas temáticos relacionados com as ameaças, as vulnerabilidades dos cenários e as áreas de risco.
- Promoção de medidas preventivas estruturais e não estruturais.
- Elaboração de planos de contingência e de operações e treinamento de voluntários e de equipes técnicas, que deem resposta aos desastres, além de exercícios simulados para aperfeiçoá-los.
- Articulação com os organismos de monitoria, alerta e alarme, para otimizar a previsão de desastres.
- Organização de planos de chamadas que otimizem o estado de alerta na iminência de eventos adversos.

Dos 5.561 municípios brasileiros, 3.846 criaram suas COMDECs. Nas cidades que ainda não a criaram, na grande maioria, isso ocorreu por falta de vontade política, irresponsabilidade e desinformação. Contudo, esse descuido pode ser considerado um dos piores tipos de desastre, pois acaba deixando à mercê da própria sorte – ou azar – populações inteiras, completamente desprotegidas diante das ameaças, dos riscos e das vulnerabilidades ignoradas a céu aberto.

Essas populações ficam passíveis até que um vento ou uma chuva mais forte venha expor, de maneira quase sempre trágica e tardia, suas feridas, suas dores e os seus desesperos. Gente que perde casa, pertences, parentes, amigos, vizinhos. A própria vida. A história poderia ser outra. Cabe a cada um de nós reescrevê-la, dia após dia, de uma forma mais digna.

Por meio da imprensa, você pode assumir a responsabilidade de fiscalizar os governos e levar até a população informações sobre os mecanismos existentes e responsáveis pela Defesa Civil das comunidades. A informação pode estimular ações para a redução dos riscos de desastres. Uma delas é a criação dos COMDECs.

A Defesa Civil começa na consciência de quem a multiplica e soma forças nos quarteirões, nas ruas, nos bairros, nos municípios, nos estados, no país e em todo o mundo.

Saiba mais sobre as COMDECs e os NUDECs no site www.defesacivil.gov.br.

O CIDADÃO E A DEFESA CIVIL

Ao auxiliar no planejamento, as pessoas promovem medidas de prevenção, participam de treinamentos, colaboram nas medidas de socorro aos atingidos e somam forças no processo de reconstrução. Estas atitudes são decisivas na diminuição dos efeitos de um desastre.

A DEFESA CIVIL E OS DESASTRES: FORÇAS DA NATUREZA OU EVENTOS HUMANOS?

Os quatro elementos da natureza – água, terra, fogo e ar – contribuem para a manutenção da vida no planeta. Eles também podem afetar na sua destruição, ao provocar inundações, deslizamentos, incêndios, vendavais, etc.

Por essa perspectiva, é importante conhecer os conceitos básicos sobre Defesa Civil, pois esse conhecimento contribui com o seu processo de atuação. Para tanto, vamos reafirmar o que estudamos nos

**Ecosistema:**

designa o conjunto de comunidades interagindo entre si e agindo sobre e/ou sofrendo a ação dos fatores abióticos. São considerados como fatores bióticos os efeitos das diversas populações de animais, plantas e bactérias umas com as outras. Abióticos são os fatores externos como a água, o sol, o solo, o gelo, o vento.

Fonte: Houaiss (2007).

itens anteriores e definir desastre como sendo o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pela ação humana sobre um **ecosistema*** vulnerável, podendo causar dano às pessoas ou provocar estragos materiais e/ou ambientais – e consequentes prejuízos econômicos e de ordem social.

Logo, podemos afirmar que um ecossistema vulnerável faz referência aos espaços possíveis de “invasão”, a qualquer instante, de agentes externos, desde que encontrem ali as condições adequadas para que isso ocorra. Por exemplo, o mosquito da dengue. Se o mosquito encontrar o cenário com as condições das quais ele precisa para se instalar, como água limpa, parada e temperatura na medida adequada, esse espaço transforma-se em um ecossistema vulnerável.

A perspectiva de um ecossistema vulnerável nos permite definir que uma chuva muito intensa é um evento adverso e o desastre é o resultado da chuva muito intensa que pode gerar uma enxurrada, enchente ou alagamento.

Contudo, sabemos que existem regiões que apresentam condições de vulnerabilidade. É o caso das casas construídas em morros, sobre pedras, ou próximas aos rios onde a probabilidade de ocorrer deslizamentos ou enchentes é bastante evidente, gerando danos pessoais, materiais ou ambientais.

CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DE DESASTRES

Existe uma grande diversidade de desastres naturais, humanos e mistos, conforme a classificação do Sistema Nacional de Defesa Civil, aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Civil: a Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos (CODAR).

No Brasil, os desastres naturais cíclicos, como as inundações em todo o país, a seca na região Nordeste, além de um crescente aumento dos desastres de origem humana, têm provocado grandes sofrimentos.

Os desastres de origem humana podem ser caracterizados como o resultado do crescimento urbano desordenado, das migrações internas e do fenômeno da urbanização acelerada e sem planejamento. Em aproximadamente 8,5 milhões de km², 7.367 km de litoral banhado pelo Atlântico e 182 milhões de habitantes, o Brasil apresenta características de desastres mais frequentes em cada região, porém, passando por um processo de reconfiguração, como na região Sul, com os tornados.

Podemos mapear, por região, os desastres mais comuns atualmente:

Região Norte: incêndios florestais e inundações.

Região Nordeste: secas e inundações.

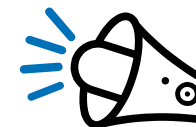
Região Centro-Oeste: incêndios florestais.

Região Sudeste: deslizamento e inundações.

Região Sul: inundações, vendavais tipo tornados, granizo, deslizamentos e estiagem.

CLASSIFICAÇÃO DOS DESASTRES

Vamos agora estudar a classificação dos desastres com o objetivo de permitir que você identifique que tais desastres são agrupados de acordo com diferentes critérios.



Embora haja muitas instituições que tratem dos desastres no mundo, ainda não existe um padrão de classificação que seja internacionalmente aceito por todos os países. São diversas as opiniões dos especialistas sobre os critérios que devem ser utilizados e de que forma isso deve ser feito.

O Brasil possui um sistema de classificação considerado bastante completo, pois abrange diversos critérios e, para cada critério, é capaz de incluir todos os desastres de forma lógica.

De acordo com a Defesa Civil Nacional (2005), os desastres são classificados conforme a:

- Intensidade
- Evolução
- Origem.

Quanto à **intensidade**, os desastres podem ser classificados em quatro níveis distintos:

- **Desastre de Nível I:** faz referência aos acidentes de pequenas proporções com danos pouco importantes e prejuízos menores, superáveis pela comunidade atingida. Aqui, a situação de normalidade é restabelecida sem grandes dificuldades com os recursos do próprio município.

- **Desastre de Nível II:** diz respeito aos acidentes de proporções medianas com danos de alguma importância e prejuízos significativos, mas superáveis por comunidades bem preparadas. Nesse nível, a situação de normalidade é restabelecida com recursos locais a partir de uma mobilização especial.

- **Desastre de Nível III:** neste nível os acidentes são de grandes proporções e os prejuízos são enormes. Para restabelecer a situação de normalidade, são utilizados recursos locais, reforçados por aportes es-

taduais e federais existentes no SINDEC.

- **Desastre de Nível IV:** envolve acidentes de proporções bastante graves com danos e prejuízos muito grandes, sem condições de serem superados sem ajuda de fora do município atingido. Quando o desastre é dessa intensidade, a situação só voltará a se normalizar se houver uma ação articulada dos três níveis do SINDEC e eventual ajuda dos organismos internacionais.

Logo, podemos afirmar que ao falar da intensidade do desastre precisamos considerar a necessidade de recursos para restabelecer a situação de normalidade e a disponibilidade dos recursos no município atingido e nos demais escalões do SINDEC.

Já quanto à **evolução**, os desastres são classificados em:

- **Súbitos ou de evolução aguda:** caracterizados pela velocidade com que ocorrem e pela violência dos eventos adversos responsáveis por sua formação. Apresentam diferentes graus de previsibilidade. Podem ser completamente inesperados, como os terremotos; revelar fenômenos premonitórios, como as erupções vulcânicas, ou ter um caráter cíclico e sazonal, como as inundações.

- **Graduais ou de evolução crônica:** ocorrem em etapas de agravamento progressivo, como a seca e a desertificação.

- **Por somação de efeitos parciais:** acidentes de características semelhantes que se repetem com frequência. Quando somados, os danos representam um desastre muito grande, como é o caso dos acidentes de trânsito.

Outro elemento a ser considerado, quanto à classificação dos desastres, faz referência à origem deles:

Desastres naturais: são aqueles causados por fenômenos e desequilíbrios da natureza, sem a intervenção humana. Alguns exemplos típicos são os terremotos, os furacões e as erupções vulcânicas. Os desastres naturais podem ser:

- De origem sideral, quando relacionados ao impacto de corpos vindos do espaço.
- Relacionados à geodinâmica terrestre externa, como fenômenos meteorológicos: vendavais, chuvas, secas, geadas, etc.
- Relacionados com a geodinâmica terrestre interna, como os terremotos, tsunamis, escorregamentos de solo, dentre outros.
- Relacionados com os desequilíbrios na biocenose, como as pragas animais e vegetais.

Desastres humanos ou antropogênicos: são resultantes de ações ou omissões relacionadas com as atividades humanas. São subdivididos em:

- Tecnológicos – quando ocorrem devido ao uso de qualquer tipo de tecnologia, como os meios de transporte, manuseio de produtos químicos perigosos, explosões de equipamentos, etc.
- Sociais – quando envolvem todos os desastres caracterizados como consequência de desequilíbrios socioeconômicos e políticos, como o desemprego, a violência, o tráfico de drogas, a prostituição, entre outros.
- Biológicos – decorrentes de epidemias, tais como: malária, cólera, sarampo, dengue, etc.

Desastres mistos: decorrem da soma de fenômenos naturais com atividades humanas. Esses desastres são classificados de acordo com sua causa primária, como desastres mistos relacionados:

- À geodinâmica terrestre externa, como a chuva ácida, o efeito

estufa e a redução da camada de ozônio.

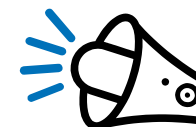
- À geodinâmica terrestre interna, como a desertificação e a salinização do solo.

DANOS E PREJUÍZOS

Um desastre caracteriza-se pela ocorrência de danos e consequentes prejuízos. Este aspecto merece atenção, porém, quando fazemos essa afirmação, devemos destacar que não estamos apenas falando de danos materiais e prejuízos econômicos.

O que é dano e como acontece?

Dano é conceituado como sendo a intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais ocorridas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas, como consequência de um desastre ou acidente.



Os danos causados por desastres podem ser classificados como:

Humanos: quando dimensionados e ponderados em função do nível de pessoas afetadas pelos desastres, cabendo especificar o número de mortos, feridos graves, feridos leves, enfermos, desaparecidos, desalojados, desabrigados e deslocados.

Materiais: além de definir o número de unidades danificadas e destruídas, deve estimar o volume de recursos financeiros necessário para a recuperação. Os danos materiais são ponderados em dois níveis de prioridade:

- Prioridade I: incluem as instalações públicas e comunitárias de infraestrutura, prestadoras de serviços essenciais e residências de pessoas de baixa renda.
- Prioridade II: envolve as instalações privadas prestadoras de



Biota: conjunto de todos os seres vivos de uma região.

Fonte: Houaiss (2007).

serviços essenciais e de manutenção de atividade econômica.

Ambientais: de reversibilidade mais difícil, esse tipo de dano deve ser cuidadosamente avaliado, buscando, sempre que possível, estimar o montante dos recursos necessários para a reabilitação do meio ambiente. Os principais danos ambientais são: contaminação e/ou poluição da água; contaminação, poluição e/ou degradação do solo; degradação da **biota*** e redução da biodiversidade; e poluição do ar atmosférico.



Quando se fala em desastre, é possível relacionar o termo com prejuízo. Como defini-lo?

Prejuízo é a medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial de um determinado bem, em circunstâncias de desastre ou acidente. Por isso mesmo, o prejuízo é sempre um valor financeiro.

Podemos classificar os prejuízos em:

Prejuízos econômicos: quando avaliados em função da perda de atividade econômica existente ou potencial, incluindo frustração ou redução de safras, perda de rebanhos, interrupção ou diminuição de atividades de prestação de serviço e paralisação de produção industrial. Depois de contabilizados, os prejuízos devem ser comparados com a capacidade econômica do município afetado, podendo utilizar como parâmetro o valor do Produto Interno Bruto (PIB), como mostraremos a seguir:

- Pouco vultoso e pouco significativo quando for menos de 5% do PIB municipal.
- Pouco vultoso, mas significativo quando for de 5 a 10% do PIB municipal.
- Vultoso quando for de 10 a 30% do PIB municipal.

- Muito vultoso quando for superior a 30% do PIB municipal.

Prejuízos sociais: são caracterizados em função da queda do nível de bem-estar da comunidade afetada, e do incremento de riscos à saúde e à incolumidade da população. Os prejuízos sociais são mensurados em função dos recursos necessários para permitir o restabelecimento dos serviços essenciais.

Assim, podemos observar que a classificação dos danos e prejuízos está contida na própria definição de desastre, sendo a intensidade medida em função da importância e da severidade dos danos humanos, materiais e ambientais, e dos consequentes prejuízos econômicos e sociais.

ATENÇÃO!

Enquanto os danos representam a intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais ocorridas, os prejuízos são a medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial de um determinado bem, em circunstâncias de desastre ou acidente.

A diferença entre dano e prejuízo é que o primeiro descreve o que foi perdido, enquanto o segundo dimensiona essas perdas em termos financeiros, ou seja, quanto custou.

Uma forma fácil de diferenciá-los é lembrar-se de um acidente de trânsito: as pessoas feridas e a lataria amassada representam os danos, enquanto que os custos com médico, remédios e conserto do carro representam o prejuízo.

PLANOS DE CONTINGÊNCIA: MAPEANDO CENÁRIOS

O Plano de Contingência tem como base o cenário de risco, ou seja, o espaço observado que possui características de vulnerabilidade. A capacidade de ocorrência de um desastre depende da influência: se for negativa, aumenta os danos; se positiva, reduz os danos e melhora a recuperação.

Plano de Contingência é o documento que registra o planejamento elaborado a partir do estudo de um determinado cenário de risco de desastre. Os cenários de risco, ou seja, os espaços com probabilidade de ocorrer um evento adverso, a estimativa de sua magnitude e a avaliação dos prováveis danos e prejuízos são elaborados a partir da análise de risco.



ESTUDO DE CASO

Vamos imaginar que, em uma comunidade, estejamos avaliando o risco de desastre em relação a uma determinada ameaça: a dengue, por exemplo. Vamos supor ainda que, nesta comunidade, o clima quente, a água em reservatórios a céu aberto, o lixo acumulado, as garrafas, os copos, os vasos de flores com recipientes com água, os bebedouros para animais domésticos, etc., são comuns, tudo isso concorrendo como uma ameaça com grande probabilidade de ocorrer um desastre.

Considere ainda que, nesta comunidade, a maioria dos seus habitantes tem o costume de não recolher o lixo e de utilizar a água em recipientes abertos. Diante desses fatos, você pode perceber facilmente que a região apresenta características que aumentam a possibilidade de danos e prejuízos em consequência da proliferação do mosquito da dengue. Temos aqui um cenário com características de vulnerabilidade para a dengue.

Vulnerabilidade, portanto, é um conjunto de características de um cenário, resultantes de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a sua possibilidade de sofrer danos e prejuízos em consequência de um evento adverso.

ATENÇÃO!

Vamos considerar que nesta mesma comunidade funcione um sistema que identifica os focos do mosquito da dengue rapidamente, quando ainda são pequenos, e que os seus habitantes são organizados em “brigadas” bem treinadas, informadas e bastante motivadas. Você deve concordar que isso pode reduzir os danos, facilitando a orientação da comunidade e recuperação da área, caso o foco da dengue ocorra.

A isso denominamos capacidade, que poderia ter influência po-

sitiva ou negativa no contexto. Nesse caso, temos uma condição de capacidade com influência positiva.



Capacidade é a maneira como as pessoas e as organizações de uma comunidade utilizam os recursos existentes para reduzir os danos ou tornar a recuperação mais rápida e eficiente quando essa comunidade é afetada por um evento adverso.

Observe que as condições de vulnerabilidade são muito dinâmicas, e são muitos os fatores que atuam sobre um mesmo local. Por exemplo, uma mulher que mora próxima a um rio, em uma área sujeita a inundações e enchentes, provavelmente também tem problemas econômicos e dificuldade de acesso à educação. Ela pode estar mais sujeita à violência intrafamiliar ou possuir outros fatores de vulnerabilidade.

Em nosso país, temos muitas condições que geram diferentes vulnerabilidades para a população, tais como:

Vulnerabilidade física: está relacionada com a localização das residências e dos espaços comunitários (como escolas e postos de saúde) em áreas de risco e com a má qualidade dessas construções, etc.

Vulnerabilidade econômica: diz respeito à falta de financiamento para a produção, ao desemprego e ao baixo preço dos produtos agrícolas, etc.

Vulnerabilidade ambiental: faz referência ao desmatamento de encostas, à poluição dos mananciais de água, ao esgotamento do solo por práticas agrícolas inadequadas, às queimadas, ao destino incorreto do lixo, etc.

Vulnerabilidade social: está ligada diretamente à forma de organização e relacionamento dos indivíduos de uma mesma comunidade.

de. A vulnerabilidade social pode estar relacionada com:

- Vulnerabilidade política: caracterizada pela pequena participação, dificuldade de acesso à informação, ausência de planos e políticas de desenvolvimento nacional, estadual, municipal e comunitário.

- Vulnerabilidade institucional: quando existe dificuldade dos governos locais para aplicar leis que protejam os recursos naturais, que disciplinem o uso e a ocupação do solo e que garantam a segurança da população.

- Vulnerabilidade organizativa: marcada pela deficiência dos mecanismos de organização e mobilização da comunidade para a identificação e resolução dos problemas comuns.

- Vulnerabilidade educativa: apontada pela precariedade dos programas educacionais para promover a gestão de riscos e a cultura preventiva em relação aos desastres.

Vulnerabilidade ideológica: qualificada pela existência de mitos, crenças e valores que estimulem uma visão fatalista sobre os desastres.

AMEAÇA, VULNERABILIDADE E RISCO

Ameaça e vulnerabilidade e risco são conceitos importantes para compreendermos os desastres e entendermos como reduzir o seu risco.

Reconhecer os cenários de risco é imaginar como será o impacto de uma ameaça, estimando as possíveis consequências.

No local e momento em que as ameaças – terremotos, incêndios, enchentes, vendavais, gripes, dengue, violência – se combinam com as vulnerabilidades – casas em locais de risco, construções frágeis, aterros precários, lixo, saneamento frágil ou inexistente, entre outras – e



Risco:

Denomina-se risco de desastre a probabilidade de ocorrência de um evento adverso, causando danos ou prejuízos. É importante salientar que a magnitude do risco é diretamente proporcional à magnitude da vulnerabilidade. Ambos os conceitos são definidos na sua interação.

Ameaça:

1. Risco imediato de desastre. Pre-núncio ou indício de um evento desastroso. Evento adverso provocador de desastre, quando ainda potencial. 2. Estimativa da ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento (ou acidente) e da provável magnitude de sua manifestação.

Vulnerabilidades:

Condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade e exposição de uma comunidade ao impacto de ameaças (EIRD, 2004).

com as capacidades, é que percebemos que somos capazes de desenhar um quadro que chamaremos de **cenário de risco**.

Os cenários de risco de uma comunidade ou município podem ser representados por um **mapa de risco**, que é uma representação gráfica e escrita das condições de risco determinadas pelas ameaças e vulnerabilidades existentes nesse lugar.

O risco é **dinâmico**, ou seja, é um processo que está sempre se alterando, principalmente por conta das vulnerabilidades. Logo, precisamos reconhecer alguns fatores na caracterização do risco. Por exemplo, uma comunidade que antes vivia sem saneamento básico ou estava próxima a um rio, em uma área sujeita a enchentes e inundações, com casas frágeis e sem acesso à água potável, luz e educação, pode receber orientação para o processo de acondicionamento de lixo, bem como a implantação de um sistema de coleta de lixo apropriado para evitar o seu acúmulo a céu aberto. Pode também receber ajuda para construções mais seguras, que lhe garanta as condições básicas de vida em sociedade, como o acesso à água, luz e educação.

O risco é **diferenciado**, isto é, não afeta todas as pessoas de uma comunidade da mesma forma. Se pensarmos em uma determinada localidade cujos moradores não são devidamente esclarecidos em relação ao combate à dengue e nada fazem para evitar a procriação do mosquito *Aedes Aegypti* (que significa “o odioso do Egito”), veremos que nela a gravidade da epidemia certamente será maior do que noutra localidade, cujas pessoas sabem como agir para combater a dengue e não deixam objetos que possam acumular água expostos à chuva, substituem a água dos vasos das plantas por terra e esvaziam o prato coletor, lavando-o com auxílio de uma escova, acondicionam o lixo domiciliar em sacos plásticos fechados ou latões com tampa, etc.

A percepção do risco varia de acordo com as comunidades e as pessoas que as integram, fazendo com que elas vejam a questão de diferentes maneiras, de acordo com suas crenças, suas tradições e as informações a que têm acesso.

Devemos considerar ainda que o risco se caracteriza em diferentes níveis territoriais. Da mesma forma que muitas condições de risco podem ser gerenciadas na própria comunidade, também vamos encontrar outros casos em que esse gerenciamento depende de vários municípios, como aqueles que estão situados em uma mesma bacia hidrográfica.

Assim, por mais que uma comunidade cuide para que a condição de saúde de seus moradores seja adequada, ela pode acabar sendo afetada por outra comunidade que não age da mesma forma, mostrando fragilidades na defesa do ambiente.

As campanhas de esclarecimento e combate ao mosquito da dengue servem muito bem para exemplificar essa situação, pois de nada vale atuar preventivamente numa determinada região se o bairro ou a cidade vizinha não fizerem o mesmo.

Para reduzir desastres é preciso identificar e avaliar os riscos existentes a atuar em duas frentes:

- **Uma para diminuir a probabilidade e a intensidade da ameaça.**
- **Outra para reduzir as vulnerabilidades e fortalecer a capacidade.**



Para ameaças de origem tecnológica, como no caso de acidentes em indústrias, explosões e acidentes no transporte de produtos químicos perigosos, a possibilidade de minimizar a ameaça ou perigo é maior, pois é preciso conhecer e abordar os processos tecnológicos de produção, manuseio, transporte e utilização dos produtos e serviços e reduzir a probabilidade de que algum acidente venha a acontecer.

No que se refere às ameaças relacionadas com fenômenos naturais, é mais difícil atuar para reduzir a probabilidade e a intensidade do evento. Por exemplo, pense na ameaça das chuvas em grande quantidade em um pequeno período de tempo. Observe que não podemos influenciar significativamente na quantidade de chuva, mas podemos agir, informando a população sobre os fatores que aumentam a vulnerabilidade em relação a essa ameaça, como obstrução do sistema de drenagem da cidade e aterramento de córregos por lixo, e cobrando para que esses problemas sejam resolvidos.



ATENÇÃO

Reduzindo a vulnerabilidade, o risco de desastres também diminui. Levar informações para a redução da vulnerabilidade nas comunidades pode e deve ser uma tarefa da imprensa.

Para reflexão:

A ocorrência e a intensidade dos desastres dependem muito mais do grau de vulnerabilidade dos cenários e das comunidades atingidas do que da magnitude dos eventos adversos.

As enchentes no Brasil, por exemplo, têm consequências diferenciadas de um município para o outro. A mesma quantidade de chuva pode causar danos humanos, ambientais e materiais completamente diferentes, devido à vulnerabilidade de cada local.

Onde existir uma barragem reguladora, obra de controle de enchentes, interligação de bacias, projeto e planos de emergência comunitária, zoneamento urbano, sistema de monitoramento, alerta e alarme, entre outras ações, a vulnerabilidade ao desastre será menor. Por isso, é necessário tomar as medidas preventivas consideradas essenciais para minimizar o desastre.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E REDUÇÃO DE DESASTRES

Apesar do desenvolvimento sustentável depender de ações governamentais no nível local, voltadas à dinamização das potencialidades da comunidade, reconhecimento de sua vocação, acesso à renda, riqueza, conhecimento e poder, esse desenvolvimento, hoje, não pode ser pensado deixando de lado a preocupação com a redução de desastres. Numa visão ampla, podemos dizer que desenvolvimento sustentável:

[...] é um processo por meio do qual melhoramos a nossa qualidade de vida de maneira que se mantenha no tempo, fazendo um uso racional de nossos recursos humanos, materiais e naturais, para que as gerações futuras também possam utilizá-los (DEFESA CIVIL, 2005, p. 49).

Note que o desenvolvimento sustentável e a gestão de riscos são duas faces da mesma moeda. Quando nos comprometemos com um processo local voltado ao desenvolvimento sustentável, estamos nos comprometendo a utilizar ferramentas de gestão de risco.

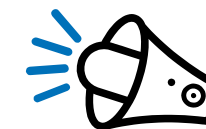


A partir dessa constatação, podemos afirmar que existe uma necessidade de mudança cultural do cidadão.

A importância da mudança cultural relacionada ao senso de percepção de risco, que está diretamente vinculado ao grau de desenvolvimento social de uma determinada comunidade, é de fundamental importância para minimizar os desastres. Isso determina a importância da construção de um movimento de integração entre Defesa Civil e comunidade, ampliando a visão sobre o que é Defesa Civil, ou seja, faz parte do passado aquela visão de que as ações da Defesa Civil articulavam-se apenas na distribuição de alimentos, remédios e repasse de verbas em áreas atingidas. A visão hoje é outra, pois a atuação da Defesa Civil é na comunidade e com a comunidade, fortalecendo o movimento de construção de comunidades mais seguras.

Diante desse cenário, um Plano de Contingência contribuirá para que a comunidade construa processos preventivos de desastres, mas também para que esteja preparada para responder de forma mais efetiva à situação de um desastre.

Então, como se dá na prática a elaboração de um Plano de Contingência?



Uma das atividades da COMDEC em período de normalidade é a elaboração de planos baseados em cenários de risco, ou seja, em estimativas de como um determinado evento, possível de ocorrer, vai afetar a comunidade.

Antes de desenvolver o plano, junto com a comunidade a COMDEC pode elaborar um mapa de riscos, sinalizando os riscos específicos de cada local, incluindo os riscos sociais, e definindo níveis de probabilidade de ocorrência e de intensidade de danos previstos.

É o Plano de Contingência que facilita a resposta inicial aos desastres, pois quando o evento ocorre, as informações básicas já foram reunidas e organizadas previamente; a divisão de autoridade e responsabilidade entre os órgãos já foi combinada; as estratégias, as táticas e alguns aspectos operativos já foram definidos e, se o plano tiver sido adequadamente divulgado e treinado, todos conhecem o seu papel.

Esse plano também pode ter vários formatos e componentes, dependendo de peculiaridades locais ou escolha de metodologias. Mesmo assim, alguns componentes podem ser considerados essenciais, pois fornecem indícios de que serão importantes para que as pessoas envolvidas nas ações previstas no plano saibam o que se espera delas.

Os componentes do plano estão relacionados:

- À introdução: descreve a competência legal para a elaboração do plano (se for o caso), relacionando os participantes do processo de planejamento, enumerando quem receberá cópias do plano e orientando quanto ao seu uso e atualização.
- À finalidade: uma breve descrição dos resultados esperados

com o plano, ou seja, para que serve.

- À situação e aos cenários de risco: a descrição dos cenários de risco que foram identificados na avaliação de risco. Esse tópico ajuda a compreender o foco do planejamento, pois esclarece o cenário de risco, tal como foi considerado pela equipe de planejamento.

- Ao conceito de operação: descrição de quando e como os vários recursos previstos serão ativados, desde o alerta inicial e ao longo de toda a evolução do desastre, explicando as suas responsabilidades.

- À estrutura de resposta: aqui é registrado como as agências e instituições envolvidas na resposta aos desastres serão organizadas, na medida em que forem acionadas, definindo quem organizará as ações, quais as responsabilidades de cada organização, quais as linhas de comunicação e de autoridade.

- À administração e logística: neste espaço são descritos quais os recursos materiais e financeiros que provavelmente serão necessários ao longo da evolução do desastre, desde o alerta até o início da reconstrução, indicando de que maneira tais recursos serão mobilizados junto ao governo, às organizações não governamentais e às agências voluntárias.

- À atualização: este campo estabelece quem terá a responsabilidade pela atualização do plano e seus anexos, além de determinar como esse processo será conduzido por meio de treinamentos, exercícios, estudo de caso e atualização da Análise de Riscos.

Esse plano básico pode ser aumentado com anexos que somam informações sobre os recursos cadastrados, com estudos existentes a respeito daquele cenário de risco, com a legislação pertinente àquele tipo de desastre considerado e com outras medidas julgadas convenientes.

O plano não pode ficar tão complexo que dificulte a sua principal função, que é a de esclarecer às pessoas dos órgãos envolvidos quais

são suas responsabilidades, objetivos e tarefas, de uma maneira rápida e clara.

O Plano de Contingência é, portanto, uma ferramenta de gestão de risco que contribui para atuação em diferentes momentos, entre eles, nas situações de emergência e/ou de calamidade pública.

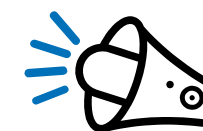
Plano de Contingência

O plano de contingência, em situações de desastres, representa uma ferramenta fundamental para o trabalho de um jornalista. Porém, o comunicador deve ter acesso a esse documento antes do desastre acontecer. Por meio dele, será possível identificar quais as responsabilidades e ações das entidades envolvidas no gerenciamento de desastres.

Verifique junto à Defesa Civil se em sua cidade existe um plano de contingência.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Ouvimos falar muito em Situação de Emergência e/ou de Calamidade Pública, mas o que você entende por esses termos?



Em geral, os desastres são associados ao uso de expressões como situação de emergência e estado de calamidade pública. Cada um desses termos tem um significado próprio que traduz a gravidade de um desastre e traz consequências para a vida do município atingido.



A Situação de Emergência é caracterizada quando a situação anormal provocada por desastres, com danos superáveis pela comunidade, tem o reconhecimento legal pelo poder público.

O Estado de Calamidade Pública, além de ter o reconhecimento de uma situação anormal provocada por desastre, compromete, com sérios danos, a segurança e a vida das pessoas da comunidade.

Ambos dependem da declaração, depois da homologação e, por fim, do reconhecimento da extensão da anormalidade provocada no município.

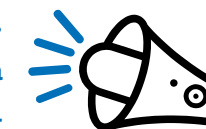
Veja, a seguir, essas definições:

O decreto de declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública é da competência dos prefeitos municipais e deve observar os critérios e procedimentos estabelecidos pela COMDEC.

A homologação é um documento oficial de aprovação e confirmação da situação de anormalidade, de competência da Secretaria Nacional de Defesa Civil e não dos governos estaduais. O município decreta estado de calamidade ou situação de emergência e informa para o estado, que pode oferecer ajuda emergencial mais próxima e rápida. Para fins de liberação de recursos do governo federal, não é necessária a homologação do estado.

O reconhecimento é a legitimação da situação de anormalidade pela autoridade administrativa do governo federal, à qual está subordinada à SEDEC, órgão central do SINDEC. Quando bem utilizado, o reconhecimento traz consequências concretas para o município atingido, facilitando a resposta aos desastres e a reconstrução dos cenários.

Você chegou ao final desta primeira unidade. Conheceu o Sistema Nacional de Defesa Civil e sua estrutura, sua dinâmica de funcionamento, os conceitos básicos de Defesa Civil e o papel que as COMDECs e os NUDECs têm no município. Viu ainda os conceitos relacionados aos desastres, vulnerabilidade e risco. Na próxima unidade, vamos aprofundar a responsabilidade social e os desafios na redução dos riscos e dar início à discussão sobre a gestão de comunicação de desastres.



Agora acesse o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e realize a atividade proposta. Se desejar, realize também a atividade complementar e opcional que consta na sequência.

>> ATIVIDADES

Reflexão: Pense de que forma você pode contribuir com a prevenção dos desastres.

Atividade: Faça uma lista de dez atividades de comunicação social através das quais seja possível fortalecer a prevenção de desastres.

UNIDADE II

DESAFIOS E RESPONSABILIDADES PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Com o estudo desta unidade, você:

- Saberá mais sobre as responsabilidades na gestão da informação relacionada ao evento adverso.
- Conhecerá as fases de um desastre e os conceitos utilizados na gestão dos riscos.
- Abordará a prevenção e a comunicação como estratégias interligadas para a redução do risco de desastres.



Na unidade anterior, você aprendeu sobre a Defesa Civil, conceitos e características dos riscos e dos desastres. Foram abordados os fatores de risco por meio de exemplos práticos sobre a variação dos riscos entre uma região e outra. Agora, vamos aprofundar o tema, tratando das responsabilidades e desafios para a redução dos riscos. Conheceremos também as diferentes etapas de um desastre e os conceitos importantes para o trabalho do jornalista antes, durante e depois dos desastres.

REDUÇÃO DE RISCOS: UM DESAFIO DE TODOS NÓS

Diante do agravamento e do aumento de desastres provocados por eventos adversos, os governos de 168 países se comprometeram a adotar medidas para reduzir o risco de desastres, assinando o **Marco de Ação de Hyogo**, em 2005.

O Marco de Ação de Hyogo é o instrumento mais importante para a implementação da redução de risco de desastres, adotado por países membros das Nações Unidas. O objetivo é aumentar a resiliência das nações e comunidades diante de desastres, visando para 2015 a redução considerável das perdas ocasionadas por desastres, de vidas humanas, bens sociais, econômicos e ambientais.



Texto integral disponível em <http://www.eird.org/herramientas/esp/socios/eird/MAH.pdf>

O Marco de Ação de Hyogo estabeleceu cinco áreas prioritárias de ação:

- Elevar a redução de risco de desastres a uma prioridade (garantir que a redução de risco de desastres seja uma prioridade nacional e local com uma sólida base institucional para sua implementação).
- Conhecer o risco e tomar medidas (identificar, avaliar e observar de perto os riscos de desastres e melhorar os sistemas de alerta antecipados).
- Desenvolver uma maior compreensão e conscientização (utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis).
- Reduzir o risco (reduzir os fatores fundamentais de risco).
- Estar preparado e pronto para atuar (fortalecer a preparação em desastres para uma resposta eficaz em todos os níveis).

A Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, da Organização das Nações Unidas (EIRD/ONU), oferece um meio de cooperação e assistência entre governos, entidades e atores da sociedade civil para a implantação do Marco. Assim, nações e comunidades podem se tornar mais resistentes às ameaças que põem em risco os benefícios do desenvolvimento.

De acordo com a EIRD/ONU (2005), “todos os anos, mais de duzentas milhões de pessoas são afetadas por inundações, secas, tempestades, terremotos, deslizamentos de terra, incêndios florestais e outros eventos adversos que geram grandes padecimentos humanos e debilitantes perdas econômicas”.

Além da pobreza, a crescente densidade populacional, a degradação ambiental e o aquecimento global estão fazendo com que o impac-

to das ameaças naturais piore ainda mais. Teoricamente, essas ameaças naturais afetam a todos. Na prática, afetam proporcionalmente mais os pobres, em função de que a maioria vive em zonas de maior densidade populacional, em residências mal construídas e em terrenos mais expostos ao risco.

Poucos se dão conta de que esta devastação pode ser prevenida mediante iniciativas para a redução de riscos de desastres. Assim, a redução dos riscos de desastres deve fazer parte da tomada de decisões cotidianas: desde a forma como educamos nossos filhos até como planejamos nossas cidades. Cada decisão pode nos tornar mais vulneráveis ou mais resistentes.



Refleta: como você pode contribuir para a redução dos riscos a partir de seu trabalho como comunicador?

A DEFESA CIVIL E A REDUÇÃO DE DESASTRES

De acordo com a nova terminologia da EIRD (UN/ISDR, 2009, p. 27), a expressão “redução do risco de desastres” ou simplesmente “redução de desastres” concentra-se no conceito e na prática de:

(...) reduzir o risco de desastres mediante esforços sistemáticos dirigidos à análise e à gestão dos fatores causadores dos desastres, o que inclui a redução do grau de exposição às ameaças (perigos), a diminuição da vulnerabilidade das populações e suas propriedades, uma gestão prudente dos solos e do meio ambiente e o melhoramento da preparação diante dos eventos adversos.

O impacto dos desastres pode incluir mortes, ferimentos, doenças e outros efeitos negativos ao bem-estar físico, mental e social humano, conjuntamente com os danos à propriedade, a destruição de bens, a perda de serviços, transtornos sociais e econômicos e a degradação ambiental.

No Brasil, a temática da redução de desastres está intimamente ligada aos serviços de emergência, representados pelo conjunto de organizações especializadas com responsabilidades e objetivos específicos de proteger a população e seus bens em situações emergenciais (UN/ISDR, 2009, p. 32).

De forma geral, serviços de emergência incluem autoridades de Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, organizações policiais, serviços médicos de emergência, unidades especializadas em emergência nas áreas de eletricidade, transporte, comunicações, etc.

Durante muito tempo, o trabalho de enfrentamento aos desastres, por parte da Defesa Civil brasileira, esteve concentrado nas ações desenvolvidas após o impacto do evento adverso, envolvendo o socorro, a assistência às pessoas atingidas e a reabilitação do cenário do desastre.

Por essa razão, muitas pessoas associam as ações de Defesa Civil à coleta, organização e distribuição de doativos, ao repasse de recursos públicos para áreas atingidas por desastres naturais ou à coordenação de serviços de Segurança Pública e de Defesa Civil (BRASIL, 2005, p. 53).

Atualmente, torna-se imperativo que esse paradigma seja substituído pela ideia da concepção social do desastre, na qual os desastres são os produtos de uma combinação particular entre ameaças e vulnerabilidades da sociedade. Isso implica que, na maioria dos casos, são as condições sociais de existência de uma população que determinam fortemente o nível de destruição ou de interrupção de serviços essenciais numa sociedade.



SAIBA MAIS

Nesta perspectiva, os desastres são o produto de processos de transformação e crescimento da sociedade, que não garantem uma adequada relação com o ambiente natural e o construído que lhe dá sustento (LAVELL, 2000).



Compreender que o desastre está associado a uma série de fatores e que é possível e necessário reduzir os riscos para prevenir ou minimizar a ocorrência dele é fundamental para reforçar a necessidade de uma mudança cultural sobre o tema. A sociedade precisa assumir a responsabilidade pela redução dos riscos, e não esperar que os desastres aconteçam. A seguir, você vai estudar as fases e conceitos relacionados à redução dos desastres.

AS FASES DOS DESASTRES E A REDUÇÃO DOS RISCOS

Segundo a Política Nacional de Defesa Civil (2007, p. 7), as ações de redução dos desastres abrangem quatro fases ou aspectos globais: “a prevenção de desastres, a preparação para emergências e desastres, a resposta aos desastres e a reconstrução”.

A **prevenção** representa a primeira fase da redução dos riscos de desastres. Engloba o conjunto de ações que visam evitar que o desastre aconteça ou diminuir a intensidade de suas consequências.

A **preparação** é a segunda fase do processo. Reúne o conjunto de ações que visam melhorar a capacidade da comunidade frente aos desastres (incluindo indivíduos, organizações governamentais e não governamentais) para atuar no caso da ocorrência destes.

A **resposta** envolve o conjunto de ações que visam socorrer e auxiliar as pessoas atingidas, reduzir danos e prejuízos e garantir o funcionamento dos sistemas essenciais da comunidade.

Finalmente, a **reconstrução** é a última fase da redução dos riscos de desastres. Abrange o conjunto de ações destinadas a reconstruir a comunidade atingida, propiciando o seu retorno à condição de normalidade, sempre levando em conta a minimização de novos desastres.

NOVOS CONCEITOS

A partir de 2009, algumas dessas terminologias foram atualizadas pela Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, com vistas ao entendimento comum dos conceitos relativos à redução dos riscos de desastres. Essa situação não chega a ser um problema, mas exige uma reavaliação de alguns conceitos utilizados pelo Sistema Nacional de Defesa Civil, decorrentes da Política Nacional ainda vigente. A seguir, são apresentados os novos conceitos das terminologias de prevenção, preparação, resposta e reconstrução, de acordo com a EIRD/ONU.

● Conceito de prevenção

A prevenção de desastres expressa o conceito e a intenção de evitar por completo os possíveis impactos adversos (negativos) mediante diferentes ações planejadas e realizadas antecipadamente (UN/ISDR, 2009, p. 25).

Exemplos: a construção de uma represa ou muro de contenção para eliminar o risco de inundações; uma regulamentação sobre o uso do solo que não permita o estabelecimento de assentamentos em zonas de alto risco, etc.

● Conceito de mitigação

É a diminuição ou a limitação dos impactos adversos das ameaças e dos desastres afins (UN/ISDR, 2009, p. 21).

Frequentemente, não é possível prevenir todos os impactos adversos das ameaças, mas se pode diminuir consideravelmente sua escala e severidade mediante estratégias e ações.

Por isso, as tarefas preventivas acabam por se transformar em ações mitigatórias (de minimização dos desastres). Algumas vezes, os

termos prevenção e mitigação (diminuição ou limitação) são usados indistintamente. No Brasil, a expressão “mitigação” não é usada.

● Conceito de preparação

São os conhecimentos e capacidades desenvolvidas pelos governos, profissionais, organizações de resposta e recuperação, comunidades e pessoas para prever, responder e se recuperar de forma efetiva dos impactos dos eventos ou das condições prováveis, iminentes ou atuais que se relacionam com uma ameaça (UN/ISDR, 2009, p. 24).

A preparação inclui atividades como o planejamento de contingências, a reserva de equipamentos e suprimentos, o desenvolvimento de rotinas para a comunicação de riscos, capacitações e treinamentos, exercícios simulados de campo, etc.

A preparação é uma ação que ocorre no contexto da gestão do risco de desastres. Seu objetivo principal é desenvolver capacidades necessárias para gerenciar de forma eficiente e eficaz todos os tipos de emergências e alcançar uma transição ordenada desde a resposta até uma recuperação sustentável. A preparação se baseia numa análise sensata dos riscos de desastres e no estabelecimento de vínculos apropriados com sistemas de alerta antecipados.

● Conceito de resposta

É a prestação de serviços de emergência e de assistência pública durante ou imediatamente após a ocorrência de um desastre, com o propósito de salvar vidas, reduzir impactos sobre a saúde, garantir a segurança pública e satisfazer necessidades básicas de subsistência da população afetada (UN/ISDR, 2009, p. 28).

A resposta diante de um desastre se concentra predominantemente nas necessidades de curto prazo e, por vezes, é difícil definir uma divisão entre a etapa de resposta e a fase seguinte de recuperação/

reconstrução. Por isso, algumas ações de resposta, como o suprimento de água potável, a provisão de alimentos, a oferta e instalação de abrigos temporários, podem acabar se ampliando até a fase seguinte.

● Conceito de reconstrução/recuperação

A restauração é o melhoramento, se necessário, das plantas, instalações, meios de sustento e das condições de vida das comunidades afetadas por desastres, incluindo esforços para reduzir os fatores de risco de desastres (UN/ISDR, 2009, p. 26).

As tarefas de reabilitação e de reconstrução dentro do processo de recuperação iniciam imediatamente após a finalização da fase de emergência e devem se basear em estratégias e políticas previamente definidas que facilitem o estabelecimento de responsabilidades institucionais claras e permitam a participação pública.

Os programas de recuperação, juntamente com uma maior conscientização e participação pública depois de um desastre, representam uma oportunidade valiosa para desenvolver e executar medidas de redução de risco de desastres com base no princípio de “reconstruir melhor”.

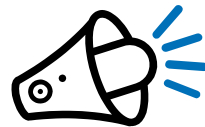
A redução de desastres, ou seja, a redução das consequências decorrentes de eventos adversos, seja evitando que eles aconteçam, seja diminuindo a sua intensidade ou mesmo aumentando a capacidade das comunidades ou cidades para resistir a eles, é o principal objetivo da Defesa Civil e deve ser prioridade para todos os que atuam na gestão de desastres. Isso inclui você. Essa atuação compreende os quatro aspectos anteriormente descritos (prevenção, preparação, resposta e reconstrução) que devem ocorrer de forma multissetorial e nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), a partir de uma ampla participação comunitária.

SAIBA
MAIS

O Banco Mundial estima que para cada dólar gasto em despesas com prevenção e preparação para desastres naturais, sete dólares sejam gastos em tarefas de resposta e reconstrução (BANCO MUNDIAL, 2004).

PREVENÇÃO, O MELHOR CAMINHO

Na maioria dos países, principalmente os em desenvolvimento, as políticas relacionadas com as ameaças naturais tendem a se concentrar em ações de gestão de crises, ou seja, na preparação para emergências. O objetivo é minimizar os impactos durante um desastre e fornecer ajuda imediata e suporte às pessoas afetadas. Embora a resposta aos desastres seja importante, ela pode falhar na hora de abordar as causas das perdas ocasionadas por eles.



O que podemos fazer para reduzir os desastres?

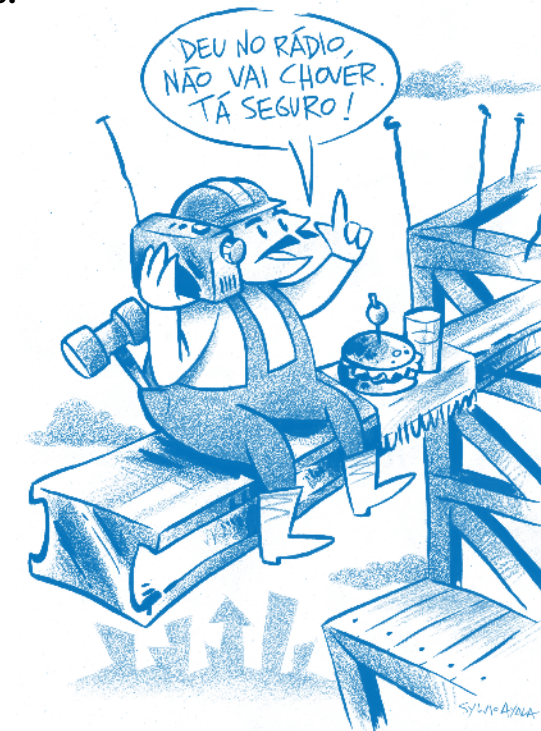
Os estudos acerca da redução de desastres têm evoluído muito, sobretudo após o surgimento das primeiras contribuições na área de administração de desastres, quando se passou a dar maior atenção às formas de impedir ou atenuar possíveis desastres, ao invés de apenas arcar com os grandes prejuízos (alguns irreparáveis) depois que estes ocorriam.

Neste ponto, convém considerar o alerta de Bernstein:

O reconhecimento da administração do risco como uma habilidade prática repousa sobre um clichê simples, mas de profundas consequências: quando nosso mundo foi criado, ninguém se lembrou de incluir a certeza. Nunca temos certeza; somos sempre ignorantes em certo grau. Grande parte da informação de que dispomos é incorreta e incompleta (BERNSTEIN, 1997, p. 206).

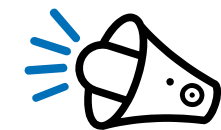
Experiências bem-sucedidas ao redor do mundo e no Brasil indicam que o caminho mais adequado a ser seguido é o da prevenção baseada na redução dos riscos de desastres.

ATENÇÃO!



Para isso, é necessário aprofundar o conceito de risco aplicado aos desastres. Devemos perceber que é possível fazer uma gestão do risco para a redução de emergências e desastres ou, pelo menos, a minimização de seus efeitos.

Logo, os conceitos de ameaça, vulnerabilidade e capacidade, que você viu na unidade anterior, representam o fundamento de uma estratégia eficaz de redução de riscos de desastres e a base operativa de uma cultura de prevenção.



As pessoas necessitam compreender que também são responsáveis por sua segurança. Elas não podem limitar-se a esperar pelos governos para encontrar e prover solução aos seus problemas. É necessário que haja uma vinculação entre as orientações das políticas nacionais e o uso de mecanismos que possam transformar os princípios da redução de desastres em atividades locais permanentes e flexíveis (UN/ISDR, 2004).

ATENÇÃO!

Para isso, é preciso reconhecer a natureza não permanente das ameaças e das vulnerabilidades. A influência que exercem nos desequilíbrios ecológicos, como no caso das mudanças climáticas que acabam afetando a frequência e a intensidade de fenômenos naturais de caráter extremo. Por outro lado, a degradação ambiental também influencia os efeitos dos desastres, provocados por ameaças naturais.

O ponto de partida para ampliar nossa **percepção dos riscos** passa pelas avaliações que compreendam ameaças múltiplas e vulnerabilidades/capacidades que considerem as variações do risco em desastres.

AVALIANDO OS RISCOS



Para entender melhor, vamos identificar um exemplo prático. Imagine-se avaliando o risco de enchente em um determinado estabelecimento escolar de sua comunidade e, então, questione:

Qual a probabilidade de que em uma determinada estação do ano ocorram chuvas capazes de elevar rapidamente o nível dos rios

Unidade II

próximos da escola de maneira significativa? Se estas chuvas ocorrerem e o nível destes rios subir, quais os danos e prejuízos esperados se levarmos em consideração a estrutura viária que dá acesso à escola, o sistema de drenagem, a forma como a edificação foi construída e a preparação dos professores, alunos e funcionários e dos próprios vizinhos do local em relação ao procedimento diante de enchentes ou inundações?

Para entender os riscos, é necessário recordar que eles são determinados pelo que chamamos de ameaça ou perigo. Logo, a **ameaça*** é um fato ou situação que tem a possibilidade de causar danos e prejuízos caso venha a ocorrer. Pode ser uma chuva forte, um deslizamento de terra em uma encosta, um incêndio ou qualquer outra situação de perigo.

Na verdade, no campo da redução dos riscos de desastres, ameaças podem surgir de uma grande variedade de fontes geológicas, meteorológicas, hidrológicas, oceânicas, biológicas e tecnológicas, as quais, por vezes, atuam de forma combinada.

Outra consideração é que um evento de grande intensidade, que provoca danos e prejuízos importantes em um lugar, não provoca tantos estragos em outro. Isso ocorre porque a intensidade dos danos e prejuízos vai depender do lugar onde os desastres ocorrerem. Cada lugar tem aspectos que fazem com que sofra mais ou menos destruição quando é afetado pelo evento, além de determinar a sua capacidade de recuperação (resiliência).

Um bom exemplo para facilitar nossa compreensão é pensar num estabelecimento hospitalar que possui uma brigada de incêndio bem treinada e atuante e um sistema de proteção contra incêndio. A brigada identifica princípios de incêndio rapidamente, quando eles ainda estão bem pequenos e fáceis de serem debelados. Tudo isso reduz os danos, facilita a recuperação da área em caso de incêndio e nos faz pen-



Ameaça:

A EIRD conceitua a expressão como um “fenômeno, substância, atividade humana ou condição perigosa que pode ocasionar a morte, lesões ou outros impactos à saúde, da mesma forma que danos à propriedade, a perda de meios de sustento e de serviços, transtornos sociais e econômicos ou danos ambientais”.

Fonte: UNISDR (2009, p. 5).



Conheça o projeto **Percepção de Risco, a Descoberta de um Novo Olhar**: www.percepcaoderisco.sc.gov.br

sar: este hospital apresenta baixa vulnerabilidade e alta capacidade de resiliência no aspecto da proteção contra incêndio.



Refleta: como é a vulnerabilidade da instituição onde você trabalha? O local e as pessoas estão preparados para fazer frente a um desastre?

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE REDUÇÃO DE RISCOS

A eficácia da gestão do risco de desastres depende cada vez mais da participação inteligente de todos os atores envolvidos no processo. A esse respeito, torna-se indispensável promover a troca de informações e o fácil acesso aos meios de comunicação, posto que sem informação não é possível investigar, planificar e monitorar as ameaças e avaliar riscos, nem responder adequadamente a um desastre (UN/ISDR, 2004, p. 214).

O desenvolvimento acelerado das comunicações modernas facilitou o registro e a divulgação das experiências, a transmissão de conhecimentos profissionais e o processo de tomada de decisões. Além disso, processos de comunicação de risco são fundamentais ao funcionamento e aperfeiçoamento de sistemas de alerta antecipados que são essenciais para salvar vidas diante de um desastre.

De acordo com o National Research Council [Conselho Nacional de Pesquisas] dos Estados Unidos (1989), a comunicação de risco pode ser conceituada como “um processo interativo de troca de informações e opiniões entre os indivíduos, grupos e instituições, que frequentemente envolve várias mensagens sobre a natureza do risco ou expressa preocupações e opiniões legais e institucionais sobre a gestão do risco”.

Percebemos neste contexto que a comunicação de risco torna-se imperativa, tanto na gestão de riscos (ou seja, na gestão da redução, previsão e controle de riscos de desastres) quanto na gestão do próprio desastre (gestão da emergência, mediante ações de preparação, resposta e passos iniciais da reabilitação do cenário atingido pelo desastre).



Nesta unidade, aprofundamos conhecimentos sobre os desafios e responsabilidades para a redução dos riscos; as etapas dos desastres; e como reduzir e avaliar riscos. E ainda, você deu início aos estudos sobre a importância da comunicação neste processo. O passo seguinte é acessar o AVA, realizar o exercício proposto e participar do Fórum de Discussão.

A partir do próximo capítulo, você verá de forma mais direta o papel da comunicação em desastres, as possibilidades do profissional de comunicação nesta área de atuação, os desafios e as atividades práticas.



>> ATIVIDADE

Como está sua percepção de risco?

Faça uma reflexão sobre os riscos em sua casa, no trânsito, no trabalho e em sua comunidade. Escreva um texto de uma lauda narrando esses riscos e as ações de prevenção para evitar a ocorrência de desastres no seu dia a dia. Um exemplo comum é o uso do cinto de segurança em veículos de transporte urbano.

Fale de pelo menos cinco riscos.

UNIDADE III

A IMPRENSA E OS DESASTRES



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Com o estudo desta unidade, você:

- Conhecerá mais sobre a história da comunicação e sua evolução para a redução do risco de desastres.
- Aprofundará conhecimentos sobre o papel da imprensa na comunicação de risco e de desastre.
- Distinguirá a característica noticiosa do rádio, da televisão, do jornal impresso, dos portais de notícias e das mídias sociais, com foco na sua atuação na redução do risco de desastre.



Nesta unidade, você vai aprender sobre a relação da mídia e os desastres, conhecer a história da atuação da imprensa na comunicação de desastres e o importante papel que o profissional de comunicação desenvolve, principalmente na redução dos riscos de desastre.

IMPRENSA, OS RISCOS E OS DESASTRES

Em março de 2004, quando meteorologistas previam a formação de um fenômeno até então considerado impossível no Atlântico Sul, a Defesa Civil de Santa Catarina estudava a melhor maneira de comunicar à população sobre o fenômeno e como agir sem provocar pânico e desorganização. Por meio de um canal de televisão, foi divulgada a iminência do evento. Quando o furacão se aproximava da costa catarinense, o órgão estadual foi às rádios buscar suporte na comunicação com as comunidades que poderiam ser afetadas. O Catarina poderia ter causado mais mortes e grandes estragos, caso os meios de comunicação não tivessem participado ativamente da disseminação de informações essenciais naquele momento.

O furacão Catarina é considerado a primeira grande experiência em Santa Catarina com a participação da mídia nas etapas de atuação da Defesa Civil: prevenção, previsão e alerta de um fenômeno totalmente novo ao povo catarinense, que conheceu outras tragédias, como as enchentes de 1983/84 e as fortes chuvas de 1995. Foi preciso, por meio da imprensa, criar uma estratégia de comunicação para ensinar à população sobre o risco, o evento e como agir quando se aproximasse.

As Nações Unidas transformaram os anos 90 na Década Internacional para a Redução dos Desastres Naturais (IDNDR, na sigla em inglês), devido ao aumento de danos humanos e econômicos causados por desastres naturais. A ideia de sua criação era afirmar que o homem tem condições de reduzir o impacto de desastres naturais, essencialmente por meio da comunicação.




Entre 1963 e 1967 (CATE, 1994), ocorreram 16 desastres ao redor do mundo, os quais tomaram a vida de 100 pessoas, e outros 89 desastres que causaram prejuízos de 1% ou mais no Produto Interno Bruto (PIB) dos países afetados. Vinte e cinco anos depois, entre 1988 e 1992, o mundo passou por 66 desastres que mataram 100 pessoas, e outros 205 eventos adversos extremos que custaram 1% ou mais do PIB dos países atingidos. Mais de 3 milhões de pessoas morreram em desastres nas últimas duas décadas. Avaliando o prejuízo em dólares, no ano de 1990, o custo econômico de desastres naturais triplicou nos últimos 30 anos, de US\$ 40 bilhões nos anos 60 para US\$ 120 bilhões nos anos 80.

Historicamente, a participação da mídia na cobertura de desastres existe desde o início da imprensa. O grande marco que pode ser considerado é a Segunda Guerra Mundial (1939-45), a qual inovou em tecnologias armamentistas e de comunicação, como os sistemas de micro-ondas. Além disso, fotografias, filmes produzidos na época e jornais americanos, como The New York Times, relatavam os acontecimentos do conflito militar.

Entre os anos 60 e 70, jornalistas já discutiam a participação da mídia na cobertura de desastres ao questionar a hierarquização da notícia, sobre o que era realmente importante para a sociedade e o nível de impacto. Em 1978 (SCANLON; ALLDRED, 1981), a principal man-

chete da capa do jornal Daily News dizia: “Morena esfaqueada até a morte” e logo abaixo, em letras menores, lia-se “Seis mil mortos em terremoto no Irã”. Questionava-se então o comportamento da imprensa ao noticiar um assassinato ou um grande desastre natural com o mesmo ou menor interesse.

Em 1990, foi realizado um dos primeiros encontros sobre comunicações e desastres, promovido pela Coordenação de Assistência a Desastres das Nações Unidas, em Genebra. Na Conferência Internacional sobre Comunicação em Desastres, cientistas e estudiosos concluíram que a comunicação é “central no esforço de salvar vidas e reduzir o sofrimento humano, deslocamentos e prejuízos econômicos na ocorrência de desastres”.

ATENÇÃO!  **O marco da importância dos meios de comunicação veio em 1994, pelas Nações Unidas, devido à ocorrência dos constantes desastres entre os anos 60 e 90. O órgão promoveu a Conferência Mundial sobre Redução de Desastres Naturais, em Yokohama, no Japão.**

O encontro – considerado o maior do mundo relacionado à discussão sobre desastres, o qual reuniu 5 mil participantes e delegações de 148 países – foi o evento-chave da década para a IDNDR e o primeiro das Nações Unidas com a presença da República da África do Sul.



Com base nessas informações, poderemos ponderar, brevemente, sobre o início do processo da comunicação humana e a história da imprensa, que você irá acompanhar a seguir.

A ARTE DA COMUNICAÇÃO

O início da comunicação humana data de 8.000 a.C., com as primeiras inscrições em cavernas. Em 3.500 a.C., os egípcios criaram os hieróglifos, um dos sinais da escrita de antigas civilizações. As primeiras prensas de madeira aparecem na China em 305 d.C. Em 1452, Gutenberg inventou a reprodução fiel e difusão de uma mesma mensagem, permitindo a circulação rápida de informações e aparição dos primeiros jornais na Europa.

A partir daí, o homem inovou em todas as formas de comunicação com outras pessoas e o meio exterior, por meio da invenção da fotografia (1827), do telégrafo (1835), do telefone (1876), do rádio (1894) – instrumento que permanece como melhor ferramenta de comunicação em situações de risco e de desastre – e da televisão (1923). A mídia mais recente é a internet, criada em 1994, a qual permite o contato com os quatro cantos do mundo e segue sendo essencial no processo de globalização.

A comunicação possui elementos básicos: o emissor, o receptor, a mensagem, o canal de propagação, o meio de comunicação, o feedback (retorno, em inglês) e o ambiente onde o processo comunicativo se realiza. Apesar de parecer simples cotidianamente, o processo varia conforme a característica de cada elemento atuante neste sistema.

A comunicação está separada por linhas de atuações, como fisiológica (gestos, fala), técnica (telecomunicação) e social, a qual será explorada nesta obra, que trata do jornalismo, assessoria e mídia.



Para aprofundar as relações da imprensa e assessorias institucionais na comunicação de risco e de desastres, vamos entender como a imprensa começou no Brasil.

IMPrensa NO BRASIL

Em História do Jornalismo no Brasil, os autores Romancini e Lago (2007, p. 17) relatam que os holandeses fizeram as primeiras tentativas para introduzir a tipografia no Brasil, por volta de 1630, quando ocupavam o Nordeste. Em 1746, o português Antonio Isidoro da Fonseca instalou uma oficina de tipografia no Rio de Janeiro, onde imprimiu folhetos e livros. Portugal, ao tomar conhecimento, ordenou que Isidoro deixasse o Brasil e nunca mais retornasse. Assim, todos os textos escritos no Brasil, exceto manuscritos, foram impressos na Europa durante o período colonial, até 1808, início da Impressão Régia, a qual chegou ao Brasil junto com D. João, que fugia de Napoleão Bonaparte. Um dos ministros embarcou no navio com uma tipografia, instalando-a no porão. Até 1822, data que manteve monopólio no Brasil, a Impressão Régia produziu mais de mil itens.

Uma comissão censurava materiais que iam contra a religião, o governo e os bons costumes. A Impressão Régia imprimiu, além de documentos do governo, cartazes, sermões e o primeiro jornal impresso do país: a Gazeta do Rio de Janeiro, escrita por um frei e que durou até 1821, assim como a censura. A partir de então, começou a circular o Diário do Governo. Pesquisadores, no entanto, tendem a considerar o Correio Braziliense, editado em Londres desde 1808, um jornal de formação da opinião pública, responsável, portanto, pelo pioneirismo do jornalismo no Brasil.

O jornalismo, a partir do período joanino, desenvolveu-se de modo rápido e peculiar, testemunhando as contínuas mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais começa a passar o país. Em outros termos, a atividade jornalística integra-se à história mais ampla do Brasil (ROMANCINI; LAGO, 2007).

Durante o período republicano, a imprensa adquire um custo elevado, tornando-se um empreendimento empresarial, e perde o caráter opinativo, assumindo uma postura mais informativa, com ênfase nos fatos.

No cenário mundial, no início do século 20, a imprensa passa a ter um reforço periódico e o jornal torna-se “um produto de consumo corrente” (ALBERT e TERROU, ano, in ROMANCINI e LAGO, p. 67), enterrando a imprensa artesanal e introduzindo o jornal moderno. Essa transição marcou não apenas o investimento em maquinários para impressão, mas também a valorização do caráter informativo do jornal.

Acompanhando lentamente o cenário de massificação da mídia nos Estados Unidos e Europa, a imprensa brasileira passou por períodos de crescimento, como a Primeira República; controversos, como a Revolução de 30; e conheceu Assis Chateaubriand, magnata dos meios de comunicação e dono dos Diários Associados, que introduziu a televisão no Brasil. Em 1925, Irineu Marinho fundou o jornal O Globo.

A história é extensa, pois o jornalismo ainda viveu o momento da primeira fase getulista, do período populista, da ditadura militar e a redemocratização, até a ampliação da liberdade de imprensa e monopólios, existentes até hoje. Assim, a imprensa tornou-se mais social, sofisticada e globalizada. Conheceu a internet e enfrenta atualmente os desafios das notícias em tempo real com criatividade e dinamismo.

ATUAÇÃO EM DESASTRES E NA PREVENÇÃO

A partir do caráter informativo e social, a imprensa preza pela notícia, dados precisos e fontes seguras de informação. O pior fato é sempre a melhor notícia, como já discutia em 1967 Guy Debord, em A Sociedade do Espetáculo, a qual expunha a dominação da mídia e o interesse mercantil em determinadas notícias.

Para existir uma notícia, existe o fato jornalístico, o qual é o acontecimento, evento ou ocorrido que resultará numa notícia. Notícia “é tornar público um fato (que implica algum gênero de ação), através de uma informação (onde se relata a ação em termos compreensíveis)” (SODRÉ, FERRARI, 1986, p. 17). Geralmente, estão relacionados com o interesse humano, desde tragédias até fofocas. Muito do que é publicado depende das condições da organização e do público que abrange.

Sodré e Ferrari acreditam no fato que só será notícia se for anunciado, e o anúncio dependerá do interesse que ele possa vir a despertar. E continuam: “O fato deve ser recente, e o anúncio do fato, imediato. Este é um dos principais elementos de distinção entre a notícia e outras modalidades de informações” (SODRÉ, FERRARI, 1986, p. 18). Acidentes, mortes, corrupção, assaltos são alguns dos temas que estampam as capas de jornais. Não foge à regra a ocorrência de eventos adversos extremos, que se transformam em desastres.

ATENÇÃO! Na ocorrência de um desastre, a mídia é um ator da comunicação, pois parte de uma determinada cultura e possui uma motivação, além do óbvio interesse público e a obrigação social de informar. A compreensão do cenário e do meio no qual está inserida é primordial na disseminação das informações corretas.

A consultora internacional da Estratégia Internacional para Redução de Riscos de Desastres (EIRD/ONU) na Argentina, **Gloria Bratschi**, alerta para a diferença entre comunicar e informar:



Leia no blog <http://bratschien-prevencion.blogspot.com>. Texto postado em 28/10/2007.

Confunde-se informação com comunicação. Se usam ambos os termos como sinônimos, pode-se supor que as pessoas foram ‘comunicadas’ sobre algum tema em particular, quando realmente o que possuem é a informação, dados. Na realidade, toda mensagem contém informação. Mas é comunicação somente quando, ao ser percebido, é corretamente compreendido, há retroalimentação. Assim, cada pessoa expressará essa compreensão em conduta, atitude, resposta e produtividade.

O objetivo da autora é alertar para os públicos para o qual a imprensa estará se direcionando, tanto no intuito de informar o desastre, como discutir formas de prevenção. Cada veículo possui uma linguagem diferente e, com a disseminação dos meios, estes públicos podem integrar-se.

A globalização da mídia permite que a ocorrência de um desastre seja disseminada pelo mundo, por meio de envio de fotos, notícias e vídeos instantaneamente. Nesse contexto, entende-se a necessidade de informações atualizadas precisamente e de um trabalho estratégico da mídia e da assessoria de comunicação, responsável pela divulgação dos dados oficiais. O maior interesse nesse processo é enfatizar o trabalho da comunicação preventiva.

Hoje, o grande desafio é ter os meios de comunicação como aliados no repasse das informações sobre desastres antes mesmo de eles acontecerem, resultando na minimização dos riscos e garantindo a participação da sociedade de forma preventiva.



ATENÇÃO!

Planejamento e gestão devem existir nos órgãos de gerenciamento da crise, incluindo os núcleos de comunicação, tanto da parte da imprensa quanto da assessoria governamental. Gloria Bratschi confirma que, no campo da gestão de riscos, a comunicação adquire um valor substancial. Necessita, portanto, também de uma gestão:

Ao revisar excelentes planos ou programas de organismos competentes ou de instituições públicas e privadas que estão ligadas à gestão de risco, vemos que este valor não está incluído como componente essencial que permite que os objetivos, metas e impactos esperados sejam fortalecidos e permitam sinergia entre eles. Nossa tarefa é intermultidisciplinar. Também deve ser participativa, motivadora e sustentável. A comunicação, direcionada para a prevenção, sensibilização das comunidades e compreensão dos eventos, é o fundamento de redução da vulnerabilidade.

A contribuição da mídia no processo de redução de risco de desastres é, comprovadamente, essencial. Da mesma forma, a participação da imprensa durante e após a ocorrência de uma tragédia torna-se primordial na emissão de alertas, recomendações e repasse de informações.

No entendimento de Bratschi, os meios de comunicação,

(...) além de informadores e formadores de opinião, devem ser divulgadores de medidas preventivas que acompanham oportunamente e, em forma estratégica, dos processos de atenção e da gestão dos eventos.

Ela observa ainda que a imprensa serve como colaboradora solidária na recuperação e reabilitação da comunidade, integrando-se à gestão de riscos de desastres como instituição da sociedade.

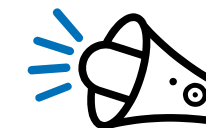
A representante da América Latina da Estratégia Internacional para Redução de Risco de Desastres, Margarita Villalobos Mora, durante **palestra** no Fórum Catarinense de Rede Cooperativa de Comunicação para Cultura de Prevenção de Desastres, realizado em 2008, em Santa Catarina, destaca que a mídia orienta, fomenta a opinião e promove o desenvolvimento. Essa mobilização pode e deve ser utilizada na gestão de desastres, desde a prevenção até a reconstrução.

Por meio da informação, a população é capaz de formar uma opinião e, a partir daí, partir para a ação. Villalobos garante que “os jornalistas têm participação fundamental na gestão dos riscos, pois possuem credibilidade das pessoas e são capazes de interpretar e facilitar a compreensão dos fatos transformados em notícias”. Ela garante que a mídia pode contribuir na prevenção de riscos, mesmo que não seja um tema tão atrativo, como a resposta ao desastre.

A pretensão de repassar, imparcialmente, as notícias ao público deve respeitar a cultura organizacional dos veículos de comunicação; talvez por isso a difícil tarefa de inserir uma gestão de desastres na mídia, desde a etapa de prevenção. A participação da imprensa na cobertura de desastres e como elaborar um plano de comunicação você verá a seguir.



Palestra disponível na biblioteca virtual do site <http://www.defesacivil.sc.gov.br/>





O PAPEL DA IMPRENSA NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O trabalho da imprensa está relacionado à natureza da comunicação social, inserida no jornalismo, de informar o público por meio das notícias.

Clóvis Rossi, em *O que é Jornalismo?*, define a profissão como uma luta para conquistar leitores, telespectadores ou ouvintes. “Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens” (ROSSI, 1980, p. 7).

Um fator essencial de participação do profissional é o lado pessoal do jornalista que atua na construção da notícia dentro de uma cultura organizacional. Assim como qualquer outro profissional, o jornalista possui uma bagagem cultural previamente adquirida, conforme educação familiar, escolar, viagens, livros e conhecimento adquirido no decorrer de sua formação.

Jorge Pedro Souza, em *A Notícia e seus efeitos*, propõe a interação entre seis forças, baseada nas propostas de Michael Schudson e Shoemaker & Reese (in PENA, 2005, p. 132-133):

Schudson consegue resumir o processo do trabalho jornalístico: (...) a criação das notícias é sempre uma interação de repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização da sala de redação, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam sem as pensar (SCHUDSON, in SILVA, 2005, p. 96).

Ação pessoal: as notícias resultam parcialmente das pessoas e de suas intenções.

Ação social: as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social.

Ação ideológica: as notícias têm origem nas forças de interesse que dão coesão aos grupos.

Ação cultural: as notícias são produto do sistema cultural em que são produzidas.

Ação do meio físico: as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados na sua fabricação;

Ação histórica: as notícias são um produto da história, durante a qual interagem as outras cinco forças.

Apresenta-se, assim, a importância do jornalismo na interação com a sociedade e a influência que a imprensa exerce no cotidiano das pessoas. Dessa forma, vale ressaltar este processo na construção e manutenção da democracia, informando o público sem censura.

Nelson Traquina conclui (2001, p. 46) que as responsabilidades dos jornalistas são, de fato, terríveis. Essa constatação implica que as exigências feitas aos profissionais do campo jornalístico serão cada vez maiores, tornando-se inegável o papel ativo dos jornalistas na construção da realidade social ao informar o público.

A INFORMAÇÃO COM FOCO NA REDUÇÃO DE RISCO E NOS DESASTRES



A partir destes preceitos, podemos discutir o papel da imprensa na redução dos riscos e nos desastres. A vulnerabilidade que um evento adverso extremo provoca em uma determinada sociedade exige a atenção da mídia, em diferentes lugares do mundo, de acordo com a intensidade deste acontecimento. Conforme você viu anteriormente, no item Imprensa e os Desastres, hoje o maior desafio é ter a participação da imprensa desde a primeira etapa de gestão de um desastre, a qual trata da prevenção.

Os veículos de comunicação podem atuar nos níveis municipal, regional, estadual, nacional ou internacional. As empresas de comunicação tendem a se guiar por seus manuais de redação, como os jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo. Em Santa Catarina, o Grupo RBS possui um manual para os funcionários que atuam no estado e no Rio Grande do Sul, sede da empresa. Atualmente, sites de notícias, como o Portal IG, e órgãos oficiais, como a Agência Senado, também possuem seus livros com regras de jornalismo.

Cada veículo de comunicação possui um perfil e estilo próprios de contato com o público, dividindo as notícias, basicamente, em dois tipos: hard news e soft news. A primeira refere-se à notícia “no minuto” e aos eventos que são reportados imediatamente. Soft news possuem informação de segundo plano ou histórias de interesse mais social, com personagens reais.

É importante reconhecer as diferenças dentro da mídia (imprensa x televisiva, rádio x televisão, nacional x internacional) e considerar suas características distintas, potenciais e necessidades (CATE, 1994).

Para compreendermos este trabalho da imprensa, devemos distinguir a característica noticiosa do rádio, da televisão, do jornal impresso e dos portais de notícias, sem ignorar as mídias sociais, e é o que você vai ver a seguir.



RÁDIO

Paul Chantler e Sim Harris (1992, p. 20) destacam que o rádio é considerado a fonte mais pura de informações jornalísticas, devido à rapidez com que as notícias são transmitidas. As pessoas escutam o rádio quando querem saber rapidamente o que está acontecendo. Por serem curtas, as notícias neste veículo tornam-se sintéticas, concentradas no acontecimento e provocam uma relação mais pessoal entre locutor e ouvinte. A praticidade também conta: pode ser operado por uma pessoa com um gravador e um telefone.

JORNAL IMPRESSO

Conforme Eduardo Martins, no Manual de Redação do jornal O Estado de S. Paulo, a falta de tempo do leitor exige que o jornal publique textos cada vez mais curtos. Por isso, compete ao redator e ao repórter selecionar com o máximo critério as informações disponíveis, para incluir as essenciais e abrir mão das supérfluas.

TELEVISÃO

A televisão é um veículo de hard news, afirma Rezende (1992, p. 20), de superficialidade e trabalho com imagens. É um meio mais complexo, afirmam Chandler e Harris, pois necessita de um grande número de pessoas para operá-lo. Isso reduz sua capacidade para reagir rapidamente aos fatos jornalísticos, muitas vezes preso a problemas técnicos (p. 20). O manual de telejornalismo da Rede Globo ainda afirma que imprescindível é não esquecer que a palavra está casada com a imagem (p. 45).

PORTAIS DE NOTÍCIAS

Os portais de notícias na internet – como Último Segundo, do IG; Folha Online, do Grupo Folha; e clicRBS, do Grupo RBS – trabalham com a notícia minuto a minuto, por meio de produção própria e com o auxílio de agências de notícias e outros sites parceiros.

O Manual de Redação do Último Segundo destaca que as páginas devem ser claras, leves, confortáveis e simples, tendo como manchete o assunto de maior relevância. Cada site estipula seu limite de credibilidade conforme os produtores de conteúdos e as agências de notícias utilizadas.

MÍDIAS SOCIAIS

Orkut, Facebook, YouTube e – mais recentemente – o Twitter são mídias sociais que permitem o contato e interação entre as pessoas, construindo redes de relacionamento. As empresas de comunicação aderiram a estas tecnologias, que servem também para fins mercadológicos, e promovem notícias em tempo real ou ainda provocam o leitor a buscar mais detalhes no site noticioso ou webpage oficial do veículo.

Joel Comm, em O Poder do Twitter, explica que a ferramenta permite que qualquer pessoa envie uma mensagem com até 140 caracteres, via computador ou celular, respondendo à pergunta: o que você está fazendo neste momento? Qualquer pessoa que decidiu por seguir as mensagens poderá visualizá-la. O Twitter, segundo Comm, tornou-se uma maneira fácil de encontrar novos usuários e clientes, “uma ferramenta poderosa para redes de relacionamento, e uma excelente maneira de conseguir informações úteis” (COMM, 2009, p. 24-25).

Os grandes grupos de mídia brasileiros – entre eles Globo, Folha, RBS – procuram trabalhar estes diferentes meios em sintonia, complementando um ao outro e evitando falhas e repetições. Na gestão de desastres, esta dinâmica torna-se útil e essencial para o repasse das informações oficiais à população, respeitando os limites e as características de cada veículo.

Resume Margarita Villalobos que o que se lê na imprensa escrita é reafirmação do que se escuta no rádio e que, mais tarde, será acrescido de imagens para que seja visto pela televisão.

É preciso alertar para que a imprensa esteja focada no repasse de informações úteis à população afetada e não torne o desastre um espetáculo.



Olavi Elo, diretor da IDNDR, em discurso na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução de Desastres Naturais, em 1994, explica:

Sociedades são tão impressionadas com emergências humanas, desastres humanos, que nós paramos nos trilhos, como era antes, no caminho ao progresso e desenvolvimento, de permanecer parado sem ajudar, paralisados, observando tantas tragédias humanas acontecerem diante de nossos olhos. As prioridades percebidas pela mídia também não nos ajudam: miséria humana é muito mais valor-notícia do que uma população que está bem e segura. Resumindo, um terremoto ou uma enchente que causa pouco ou nenhum prejuízo não é notícia.

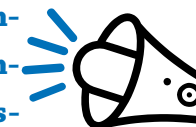
Fred Cate resume a representação da mídia em um contexto de desastre ao afirmar que a comunicação efetiva e confiável é vital para reduzir o efeito de desastres. Tecnologias de comunicação, habilidades e a mídia são essenciais para conectar cientistas, oficiais de atendimento ao desastre e o público. Ele frisa a importância da mídia para educar a população antes da ocorrência de um desastre, mapear riscos aproximados, alertar autoridades e população vulnerável, avaliar estragos, coletar informações, insumos e outros recursos, além de coordenar atividades de resgate e alívio, motivar a resposta pública, política e institucional.

Margarita Villalobos encerra observando que os jornalistas informam massivamente e fazem a ponte entre sociedade e temas da realidade, facilitando a compreensão dos fatos transformados em notícias.

Dessa maneira, os meios de comunicação conseguem determinar a forma como as pessoas reagem perante os desastres, pois a comunidade depende da informação para tomar decisões. Esse compro-

misso da imprensa dependerá do estímulo e da atuação da assessoria governamental responsável pelas informações oficiais.

Você chegou ao fim de mais uma unidade. Compreender o papel da imprensa nos desastres e aprender sobre a evolução deste processo e suas características irão lhe ajudar a colocar em prática o exercício da profissão na comunicação em desastres e principalmente na redução dos riscos; uma tarefa que pauta o desafio da imprensa mundial e das instituições responsáveis pelo gerenciamento de desastres. Sua tarefa agora é acessar novamente o AVA, conversar com seu tutor, se necessário, e participar do Fórum.

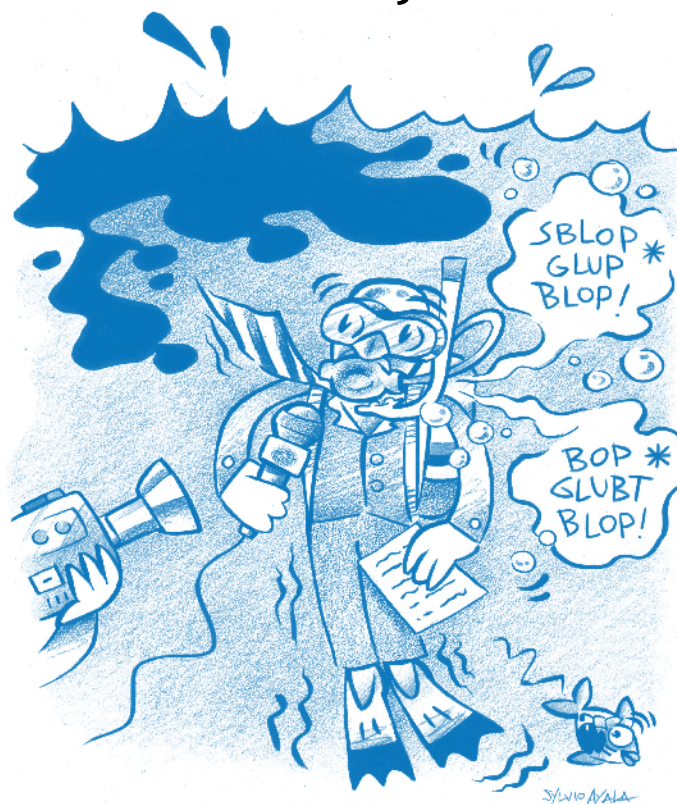


>> ATIVIDADE

Com base no material acima sobre o histórico e o trabalho da imprensa, qual o maior desafio da imprensa brasileira atualmente na ocorrência de desastres? Desenvolva.

UNIDADE IV

RISCO DE DESASTRES – UMA NOVA ESPECIALIZAÇÃO DO JORNALISMO



TRADUÇÃO =

*"-LÁ VEM A MANCHA DE ÓLEO!"
*"-VAI SUJAR MINHA GRAVATA!"



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Com o estudo desta unidade, você vai:

- Reconhecer características do jornalismo científico e ambiental.
- Distinguir os processos de produção científica e jornalística.
- Compreender características da ciência.
- Conhecer especificidades inerentes à captação, produção e disseminação de informações especializadas que auxiliam na produção de reportagens sobre ciência, tecnologia ou meio ambiente, visando à redução do risco de desastre.
- Identificar questões estratégicas para a cobertura de desastres.
- Reconhecer alguns dos mitos no processo de comunicação de riscos e ações concretas para superá-los.



Nesta unidade, você saberá das possibilidades do jornalismo na nova temática de redução de riscos de desastres; vai aprender sobre a produção jornalística para a comunicação de riscos e desastres, abordando a produção das pautas, o relacionamento com as fontes, a captação de informações, produção de conteúdos, edição de reportagens e avaliação de resultados. Você ainda estudará as responsabilidades da comunicação no processo de redução de riscos e como contribuir por meio da informação.

O JORNALISMO ESPECIALIZADO EM CIÊNCIA E MEIO AMBIENTE

A cobertura jornalística especializada tem experimentado grande incremento nas duas últimas décadas com destaque, sobretudo, para os temas científicos e em particular para as questões ambientais.

Na prática, esse crescimento legitimou duas vertentes importantes do jornalismo especializado – **o jornalismo científico e o jornalismo ambiental** – com a participação de algumas centenas de jornalistas/divulgadores atuando diretamente na mídia, em empresas/instituições de pesquisa, universidades ou centros produtores de ciência e tecnologia de maneira geral.

No caso da cobertura ambiental, é preciso ressaltar o surgimento de mídias ambientais e a presença expressiva das ONGs com sua capacidade reconhecida de mobilização e de distribuição de informações. Títulos específicos na literatura em Comunicação/Jornalismo com foco nas áreas científica e ambiental aumentaram e fizeram surgir cursos de extensão, especialização ou mesmo de linhas de pesquisa nos programas de Pós-Graduação existentes no país.

Podemos definir genericamente o jornalismo científico e o jor-

nalismo ambiental como o processo de produção, edição e disseminação de informações jornalísticas, respectivamente nas áreas científica e ambiental, e que tem o cidadão comum, o leigo, como público-alvo.

Na verdade, muitos estudiosos consideram o jornalismo ambiental como uma modalidade do jornalismo científico e, em certa medida, esta inserção pode ser justificada, ainda que se admitam singularidades em cada uma dessas coberturas, incluindo diferenças sensíveis em relação às fontes utilizadas, ao jargão técnico, etc.



O jornalismo científico e ambiental tem se preocupado gradativamente com temáticas que envolvem situações de risco, tendo em vista o impacto dramático sobre o meio ambiente e a qualidade de vida associados ao desenvolvimento científico e tecnológico, os quais são exemplos contundentes as consequências advindas das aplicações da biotecnologia, da nanotecnologia, da agroquímica, os efeitos da poluição industrial e o surgimento de epidemias e pandemias. Este impacto associa-se à emergência de desastres, ambientais ou não, como os provocados pelas enchentes, furacões, terremotos ou maremotos, contaminação da água e do solo, pelo uso indiscriminado de produtos químicos, por acidentes industriais, etc.

Apesar da profissionalização crescente nessas áreas, a cobertura jornalística ainda é caracterizada por alguns desvios, comprometendo fundamentalmente o processo de esclarecimento e conscientização dos cidadãos. Esses desvios derivam de uma série de motivos e têm a ver com os compromissos comerciais e políticos dos meios de comunicação, com a ação de lobbies ilegítimos, com as dificuldades intrínsecas à interação entre pesquisadores/cientistas e jornalistas, e mesmo com as características básicas do processo de produção jornalística.

Leituras adicionais:

A cobertura de ciência por jornais diários: em pauta, a pesquisa nacional na Argentina, no Brasil e no México, por Luisa Massarani, Franciane Dal Col, Bruna Buys e Carla Almeida <http://www.razonypalabra.org.mx/N/n65/actual/lmassarani.html>

Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da sustentabilidade, por Ilza Girardi, Carine Massierer e Reges Toni Schwaab http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Girardi.PDF

Vídeo:

Ver o vídeo Jornalismo Científico no Brasil, com entrevista de Mariluce Moura (FAPESP) <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/630/63012322.pdf>

PROCESSOS DISTINTOS

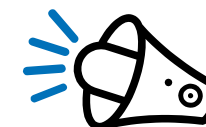
Os processos de produção científica e jornalística apresentam singularidades e, quando confrontados, podem exibir divergências formidáveis. A ciência tem como objetivo maior a produção do conhecimento, e a imprensa privilegia a circulação de informações, muitas vezes sem o devido cuidado com a precisão, completude ou veracidade. O imediatismo jornalístico se contrapõe necessariamente à proposta de comprovação empírica implícita na produção da ciência.

A comunicação científica (que se estabelece entre pesquisadores, cientistas ou especialistas de maneira geral) leva em conta a avaliação dos pares. A cobertura, porém, de ciência e tecnologia pela mídia sofre

Unidade IV

influência de uma série de fatores que podem contribuir para esvaziar a sua qualificação.

O processo de produção jornalística está contaminado, quase sempre, pela espetacularização da notícia, conforme previu Guy Debord, que você viu no capítulo anterior.



Ou seja, o empenho em atender às demandas de uma audiência não especializada, leiga e que exhibe, sobretudo no Brasil, um grau elevado de analfabetismo científico. Dessa forma, o desafio de divulgar ciência e tecnologia (a temática ambiental aqui incluída) é imenso, porque há um hiato considerável entre o universo das fontes e o do público leigo, à mercê principalmente da precariedade do ensino formal de ciências em nosso país.

Os meios de comunicação dedicam tempo e espaço exíguos à cobertura de ciência, tecnologia e meio ambiente, e temas complexos deveriam exigir uma dedicação maior. Ainda que esta situação tenha experimentado uma melhora nas últimas décadas, com o surgimento de veículos segmentados, editorias especializadas na mídia e canais com esse foco na TV por assinatura, estamos muito distantes de um patamar ideal, especialmente porque essas possibilidades continuam distantes da maioria da população que não dispõe de recursos para acessá-las.

Jornalistas/divulgadores da ciência e pesquisadores/cientistas têm perfis distintos, formas não coincidentes de contemplar o mundo, inseridos que estão em suas específicas culturas e modos de produção, e acabam, em função dessas diferenças, encontrando dificuldades para estabelecer um processo de interação que se caracterize pelo respeito mútuo e que promova uma efetiva parceria.

Leituras adicionais:

Jornalistas e pesquisadores: a parceria mais do que necessária, de Wilson da Costa Bueno

http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/relacao_jornalista_cientista/artigo3.php

Jornalistas e cientistas: um estudo de caso acerca dos sujeitos na divulgação científica, de Juliano Maurício Carvalho, Érica Masiero Nering, Mateus Yuri R. S. Passos

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2490-3.pdf>

A ciência nos telejornais brasileiros, de Audre Cristina Alberguini
<http://www.abjc.org.br/menus/pesquisas/pdf/Tese%20Audre%20Cristiana.pdf>

OS LOBBIES E OS INTERESSES EXTRACIENTÍFICOS

A literatura na área da divulgação científica e ambiental privilegia, especialmente, dois grandes temas: a decodificação do discurso científico (tornar a ciência acessível para o universo comum dos mortais) e o embate nem sempre tranquilo entre pesquisadores/cientistas e jornalistas. Não que esses dois temas não incluam aspectos relevantes do processo de divulgação, mas é fundamental incorporar outras questões não menos fundamentais: o sigilo e o controle da informação científica e a contextualização necessária

Unidade IV

dos fatos e descobertas científicas.

A visão moderna que contempla a ciência e a tecnologia como mercadorias tende a desmistificar a perspectiva secular que as associava ao interesse público, como se estivessem a serviço da humanidade, identificadas com a noção de progresso. Hoje, esta leitura deve ser refeita porque, cada vez mais, empresas e governos se apropriam da ciência e da tecnologia com o objetivo de garantir privilégios e exclusividades (elas, portanto, não circulam livremente como se postulava), de subjugar os adversários e de fazer prevalecer os seus interesses.

Os exemplos se contam às dezenas, mas é fácil identificar essa perspectiva nem sempre ética e monopolista da ciência e da tecnologia “a serviço de” em segmentos como a indústria bélica, da saúde, agroquímica e de biotecnologia. A contrapartida do chamado progresso técnico é, quase sempre, o monopólio (como o das sementes), a exclusão (há países que podem e os que não podem desenvolver tecnologia) e a espionagem (o jogo para vencer a concorrência é pesado e não descarta o suborno, a espionagem, etc.).

O controle da ciência e da tecnologia se estende também ao processo de circulação de informações, com denúncias recorrentes de assédio e manipulação de importantes publicações científicas por empresas privadas, quase sempre com a cumplicidade de “cientistas/pesquisadores” não comprometidos com o interesse público.

A imprensa – e os jornalistas, em particular – muitas vezes desatentos, não conseguem enxergar além da notícia e tomam como verdadeiras informações contidas em releases gerados por entidades ou empresas, que frequentemente estão a serviço de interesses poderosos.

Felizmente, em nosso país, encontramos um número enorme de cientistas/pesquisadores efetivamente comprometidos com a aventura da ciência, com a democratização do conhecimento e que evidenciam independência em relação a esses interesses. Da mesma forma,

temos visto surgir profissionais de imprensa competentes, com formação acadêmica refinada, e que têm contribuído para aumentar a massa crítica no jornalismo especializado.

Leitura adicional:

Jornalismo Científico, lobby e poder, de Wilson da Costa Bueno
http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/194/188

O MITO DA CIÊNCIA INFALÍVEL

Como você sabe, é comum, particularmente no ensino formal de ciências, que costuma assumir uma perspectiva pouco crítica e descolada da realidade do processo de produção científica e tecnológica, a aceitação da tese de que a ciência e os seus protagonistas (pesquisadores, cientistas) têm um compromisso apenas com a verdade, com a acumulação do conhecimento, o que lhe confere uma aura de infalibilidade. Ou seja, acredita-se, equivocadamente, que não há interesses extracientíficos em jogo e que o método científico, quando aplicado adequadamente, não abre espaço para erros, imprecisões ou incompletudes.

Na prática, descarta-se a possibilidade de equívocos ou mesmo fraudes em nome da ciência e, o mais importante, ignora-se o fato de que a construção da ciência está sujeita a circunstâncias, dentre as quais, o conhecimento teórico já acumulado, o refinamento dos instrumentos de aferição/avaliação, etc. A ciência é essencialmente data-da, ou seja, está sempre em evolução, de tal modo que podemos dizer que ela necessariamente não gera resultados definitivos e que pode ser contraditada a qualquer tempo. A superação de uma teoria por ou-

tra, de uma explicação por outra, não é um fato singular, mas uma constante na história da ciência e é comum, nas ciências biológicas ou humanas, que teorias convivam conflituosamente, sem que isso desautorize ou retire a legitimidade daqueles que a sustentam.

Ter consciência dessa situação é compreender o verdadeiro “ethos” da ciência e admitir que há fenômenos ou processos que ainda não conseguimos explicar, e que, muitas vezes, a ciência apenas pode garantir uma boa aproximação com a “verdade”. A ciência pode ser a responsável pela melhor explicação sobre um determinado fenômeno ou processo, mas pode não ser a única.



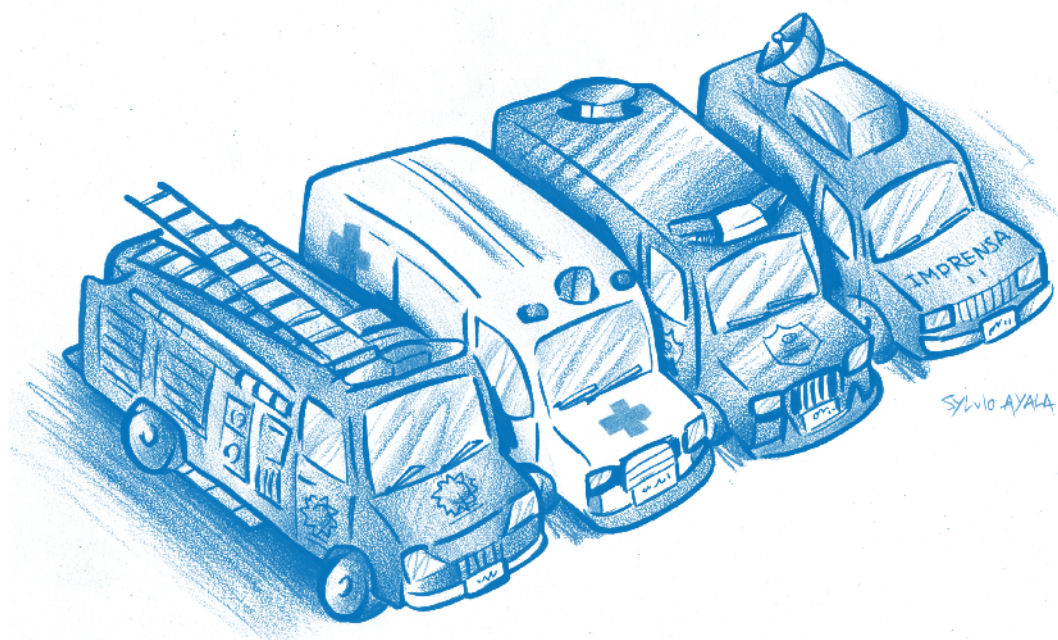
O jornalista ou divulgador que cobre ciência e tecnologia e que se vale do conhecimento científico e das fontes especializadas deve, portanto, partir do pressuposto de que há divergências quando se trata de temas controversos (transgênicos, células-tronco, mudanças climáticas, Big Bang, energia nuclear, etc.), e que a cobertura de riscos ou desastres precisa levar em conta essa possibilidade. Isso significa que a explicação científica utilizada para respaldar determinados fenômenos ou processos pode não ser única e que, em muitos casos, fontes distintas podem emitir opiniões ou conclusões até contraditórias ou antagônicas.

O jornalista ou divulgador precisa ter conhecimento da existência destas divergências e buscar fontes que contribuam para o debate, evitando permanecer refém de pesquisadores ou cientistas que se postulam “donos absolutos da verdade”. Assumir esta perspectiva não significa desacreditar da ciência ou dos cientistas, mas ter presente que há visões distintas, que há abordagens não coincidentes para um mesmo tema. Há pesquisadores pró e contra os transgênicos; há pes-

quisadores que creem na contribuição decisiva do homem para o aquecimento global e outros que atenuam ou inclusive negam essa relação.

Quando o genoma humano foi desvendado, muitos pesquisadores proclamavam uma nova era e alardeavam a cura mais ou menos rápida para as doenças genéticas, o que, decorrido um bom tempo, ainda não se concretizou. A ciência é mais complexa do que imaginam certos jornalistas e pesquisadores, e descobertas tidas como sensacionais nem sempre trazem resultados imediatos a curto e a médio prazos.

Na cobertura de riscos e desastres, é imperioso considerar que as fontes podem estar comprometidas não apenas pela sua relação com interesses extracientíficos (comerciais, políticos, militares, etc), mas pela sua perspectiva pessoal, pela sua visão de mundo, pelas suas crenças (há pesquisadores católicos, espíritas, muçulmanos etc) e que estes vínculos estabelecem filtros para a percepção de seus objetos de pesquisa.



A incerteza é um estado inerente ao processo de produção científica, e o bom pesquisador ou cientista é, por natureza, um cético, ou seja, está permanentemente questionando os fatos e dados, testando-os sempre à luz de novas teorias, novos conhecimentos e novos instrumentos de aferição/avaliação.

Ao contrário do que se possa imaginar, a ciência se revigora com esta crítica interna, e o progresso científico é resultado de embates contínuos. Diferentemente das crenças, que postulam verdades eternas, a ciência convive com a incerteza e se nutre dela para se fortalecer, daí por que pode fornecer a melhor explicação para os fenômenos e os processos.

Leituras adicionais:

Transgênicos, riscos e as incertezas da ciência, de Marcelo Firpo de Souza Porto

<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=15315>

Mudanças climáticas na imprensa brasileira, pesquisa realizada pela ANDI

Relatório da pesquisa está disponível para download em <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/85>

A PRODUÇÃO DA REPORTAGEM ESPECIALIZADA

Uma reportagem sobre ciência, tecnologia ou meio ambiente obedece, em princípio, ao processo tradicional de produção de uma reportagem jornalística de maneira geral, embora exiba algumas especificidades inerentes à captação, produção e disseminação de informações especializadas.

Toda matéria jornalística parte, necessariamente, de uma pauta, seja ela mais ou menos elaborada. É preciso, para começar o trabalho, dispor de um assunto ou tema que se deseja cobrir, mas essa pauta não se define no vazio, como algo que vai ser desenvolvido apenas para preencher um espaço ou tempo nos veículos.



A pauta em ciência, tecnologia, meio ambiente ou qualquer outra área é, essencialmente, comprometida. Comprometida, sobretudo, com essa visão ampla de que há alguma coisa que precisa ser feita, de que há problemas e desafios a serem enfrentados, de que há interesses em jogo, e que o jornalismo e o jornalista podem desempenhar um papel fundamental na sua explicitação.

O jornalista competente não se contenta em descrever cenários e situações, mas busca as causas que os expliquem; ele não é um profissional que contempla a distância o seu objeto, mas um cidadão que se contamina com ele, que investiga, que enxerga além da notícia e do release.

O jornalista com esse perfil não define a sua pauta como se estivesse diante de uma folha em branco. Ele assume uma visão mais abrangente do tema (ou pelo menos busca tê-la sempre), porque, caso

contrário, irá fechar o seu foco, restringir as suas fontes e ficar à mercê de informações ou dados que servem a determinados interesses.

O bom jornalista não se pauta a partir das sugestões encaminhadas por agências de comunicação/RP, assessorias de imprensa, etc. sem o esforço prévio em descobrir as razões e os interesses que subsidiam estas sugestões. Ele desconfia, ele é, por excelência, um cético.

A pauta nas áreas especializadas é fundamentalmente diversa e incorpora um sem-número de possibilidades; geralmente inclui a controvérsia, visões não coincidentes, filtradas quase sempre por interesses que se situam fora do universo estritamente técnico-científico.

Tomemos o exemplo de uma pauta ambiental típica e absolutamente contemporânea: as mudanças climáticas. O jornalista especializado, ao cogitá-la, deve ter em mente que há inúmeros fatores que concorrem para as mudanças climáticas (o efeito estufa, em particular) e que, necessariamente, os que estão mais óbvios podem estar mascarando as causas verdadeiras. Ele não deve se fixar nos gases que provocam o aquecimento, mas percorrer o caminho inverso até chegar às razões que os justifiquem. O ponto-final da pauta não devem ser as queimadas ou os veículos automotores, nem mesmo os combustíveis fósseis de maneira geral.

Existem relações de poder, movidas por poderosos interesses econômicos e políticos que definem posturas, comportamentos, estilos de vida. Por isso, a solução não pode ser apenas tecnológica. Imaginar que a neutralização de carbono (sair por aí plantando árvores) resolve o problema do aquecimento global é o mesmo que acreditar que os transgênicos são a salvação para o problema da fome no mundo. A pauta especializada não se esgota na contemplação da superfície (há sempre razões encobertas), e geralmente o equívoco está em buscar soluções sem que se possa (ou se queira) vislumbrar o quadro completo.

ATENÇÃO!

A pauta especializada, a ambiental em particular, é sempre complexa porque não se reduz a uma instância meramente técnica ou científica, mas agrega uma perspectiva econômica, uma vontade (ou falta de vontade) política, um componente sociocultural e assim por diante. O erro está sempre em não perceber as conexões intrincadas entre meio ambiente, economia, cultura, política e sociedade; em reduzir, por ingenuidade ou falta de conhecimento, a pauta a uma instância particular, simplista, num reducionismo que favorece os grandes interesses.

O jornalismo moderno, fragmentado em editorias, dificulta a adoção desta perspectiva multi e interdisciplinar, fundamental para a produção de uma reportagem especializada. Enxergar um tema especializado sob uma perspectiva exclusiva ou majoritariamente econômica ou técnico-científica (como fazem as editorias, respectivamente de economia e ciência) significa, geralmente, empobrecer a cobertura.

Reduzir o foco implica restringir o leque das fontes, particularizar o debate. Dependendo do caso, uma pauta ambiental pode terminar em frangalhos: o jornalista acaba se contentando em ver troncos de árvores simplesmente porque perdeu a chance de contemplar a floresta. Esta é, quase sempre, a perspectiva do(a) jornalista de economia que cobre o meio ambiente e que vê a floresta (aquela de eucaliptos, que afronta o conceito de floresta) a partir de seu tronco, simplesmente porque está acostumado a pensar nela como mera fornecedora de biomassa para produção de madeira ou papel. Ele é pautado (as exceções confirmam a regra e devem ser saudadas) pelas empresas de papel e celulose que imaginam que floresta é apenas um punhado de troncos, todos iguais, transgenicamente uniformes, úteis apenas quando são derrubados e se transformam em papel-moeda. O jornalista comete

equívocos ao privilegiar o aspecto meramente técnico e acreditar que o progresso tecnológico, a ciência, é a chave para a superação dos problemas ambientais.

Leituras adicionais :

Ciência em pauta: o desafio de produzir matéria científica, de Dalira Lúcia Cunha Maradei Carneiro e Vanda Cunha Albieri Nery

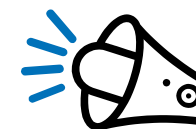
http://www.oei.es/forocampinas/PDF_ACTAS/COMUNICACIONES/grupo1/060.pdf

Jornalismo científico e risco epidemiológico, de Olinda do Luiz Carmo

<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/630/63012322.pdf>

OS ATRIBUTOS DA BOA PAUTA

Uma pauta especializada incorpora, necessariamente, alguns atributos básicos e é o que você vai ver agora.



● **Em primeiro lugar**, como toda boa pauta, deve ser consistente, originar-se de situações concretas e estar apoiada em dados fundamentados ou em hipóteses prováveis e que merecem ser analisadas. Como é natural na prática jornalística, deve contemplar a controvérsia, o debate, o embate de ideias e opiniões, o que não significa, sob nenhuma hipótese, que se esteja aqui pregando a neutralidade ou a objetividade, resquícios da proposta neoliberal de jornalismo oriunda da escola norte-americana e que ainda contamina a imprensa brasileira.

● **Em segundo lugar**, a boa pauta em áreas especializadas deve pressupor que aquele que a produz domina os conceitos fundamentais. Um jornalista que não dispõe de informações básicas, que não se empenha para estar suficientemente informado ao realizar uma cobertura, certamente tenderá a produzir um trabalho não qualificado.

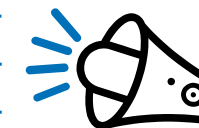
● **Em terceiro lugar**, a pauta especializada deve enxergar as questões sobre as quais ela se debruça a partir de uma lente grande angular, e não de uma teleobjetiva. Não é razoável afunilar demais o foco (ver a árvore sem ter em mente a floresta), porque a temática especializada caracteriza-se, sobretudo, por essa perspectiva abrangente. Não se pode, inclusive, como tem ocorrido com frequência em nossa cobertura ambiental, privilegiar unicamente aspectos como o econômico e o científico, sem levar em conta as vertentes sociais, culturais e políticas.

A pauta especializada não pode se reduzir apenas a uma discussão técnica, embora ela seja importante (esse é o equívoco fundamental no caso do debate sobre os transgênicos), porque as decisões que afetam o meio ambiente têm sempre (e sobretudo) inspirações políticas, comerciais, econômicas. A análise deve ser multifatorial e isso implica, necessariamente, não apenas abrir o leque para novas abordagens, mas convocar fontes não especializadas para o debate.

● Em quarto lugar, a pauta especializada deve encaminhar o debate para soluções não mágicas, portanto, não fantasiosas, já que, na verdade, os problemas, quase sempre, são amplos, complexos e de solução a médio e longo prazos. Não deve também sugerir que é obrigação exclusiva das autoridades ou dos governantes o encaminhamento de saídas para resolver os problemas, mas assumir que a solução exige o concurso de todos e que não se encerra em ações isoladas ou pontuais.

● Em quinto lugar, a pauta deve inserir uma cor local, buscar o “gancho” (os jornalistas sabem bem como esse recurso é vital para seduzir a audiência) com a realidade concreta dos leitores, internautas, radiouvintes, telespectadores, etc., porque será sempre mais fácil e mais produtivo conscientizar e mobilizar a partir de situações que digam respeito ao “background” sociocultural, econômico, instrucional da audiência e que se refiram à experiência de vida daqueles com os quais o jornalista ambiental interage. Não se trata de eliminar das pautas os temas globais, mas de repercuti-los a partir dos exemplos concretos dos públicos aos quais os nossos veículos se destinam.

Como você pode deduzir, a pauta especializada precisa, fundamentalmente, desempenhar uma função pedagógica, sistematizando conceitos, disseminando informações, conhecimentos e vivências, ou seja, dando condições para que o cidadão comum participe do debate.



Não se pode ter uma posição sobre a rotulagem dos transgênicos, sobre o impacto negativo das queimadas ou sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos, se não se sabe exatamente o que eles representam, os problemas que podem causar, etc. Em muitos casos, é necessário

dar opções, alternativas ou formas de uso mais sustentáveis, já que as práticas fazem parte da cultura e não se modificam facilmente.

Muitas pessoas não fazem as coisas erradas apenas porque são irresponsáveis, mas porque não sabem como fazê-las adequadamente ou são impelidas (até por uma questão da sobrevivência) a agir desta ou daquela forma. Os produtores gaúchos não se tornam fumicultores apenas para agradar a indústria do tabaco, mas porque o fumo lhes garante o sustento familiar; assim como o caboclo não põe fogo na mata por um instinto natural de destruir.

ATENÇÃO! **A pauta especializada deve esclarecer, dialogar, indicar caminhos, buscando aproximar-se daqueles que fazem as coisas acontecerem. Nesse sentido, além de trazer as novas descobertas, as novas pesquisas, o que está na fronteira, o jornalismo especializado precisa resgatar soluções simples, mudanças de comportamento e de atitude que são exequíveis, porque é sempre difícil, ao cidadão comum, raciocinar (e tomar decisões, o que é fundamental) a partir da experiência dos outros.**

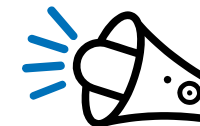
A CAPTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Definida a pauta, é absolutamente necessário estar preparado para o processo de captação de dados ou informações. Ele valida e qualifica a elaboração da matéria e deve obedecer a certos princípios, visto que, na prática, representa a produção propriamente dita da reportagem.

Embora tenhamos nos ocupado anteriormente apenas das fontes que serão objeto da chamada entrevista jornalística, elemento que essencialmente distingue a reportagem de outros gêneros jornalísti-

cos, o profissional de imprensa pode (e deve) recorrer a outros tipos de fontes, como livros, periódicos, gravações, documentos e publicações em geral. A Web, por exemplo, tem sido um ambiente generoso para a disponibilização de fontes para o trabalho jornalístico.

Vamos nos deter, ainda que rapidamente, nas circunstâncias do processo de captação das informações.



No caso da entrevista, é importante que o repórter disponha de informações, as mais completas que puder obter, sobre a fonte, tentando resgatar a sua trajetória, seus vínculos (que definem seus compromissos), suas falas (explicitadas em entrevistas anteriormente concedidas, em artigos, em publicações em geral). Há uma diferença sensível entre um pesquisador independente (um acadêmico comprometido com a pesquisa em si, por exemplo) e um pesquisador que trabalha para uma corporação, já que eles tendem a enxergar o mundo sob óticas diferentes e, sobretudo, a explicitar suas opiniões, tendo em vista seus vínculos pessoais e profissionais.

O jornalista deve iniciar a preparação para a entrevista indagando de imediato: que vínculos tem a fonte? Que interesses ela poderá estar disposta a defender? Como contrapor a declaração da fonte à de outras que mantêm outros vínculos ou compromissos? A posição da fonte é consensual ou existe divergência?

Lembrar sempre que a pluralidade de vozes e opiniões favorece o debate, estimula a reflexão, evita que o jornalista se torne refém de fontes e que possa enxergar o mundo a partir de perspectivas ou filtros viciados.



Além do conhecimento da fonte, o repórter deve estar razoavelmente familiarizado com o tema que irá tratar, de modo a se sentir à vontade para formular perguntas, identificar ângulos distintos de cobertura, questionar as declarações da fonte, se for o caso. Como ninguém nasce sabendo, o negócio é investigar, imaginando sempre que, se a informação favorece a fonte que a enunciou ou a empresa para quem ela serve, talvez possa não ser absolutamente verdadeira.

Evidentemente, observamos na cobertura de ciência, tecnologia e meio ambiente, sobretudo de repórteres que não têm experiência ou conhecimentos na área, a disposição ingênua de reproduzir a fala das fontes, legitimando lobbies em favor de determinados interesses. Desconfiar é a melhor alternativa, e uma boa dica é repetir sempre: “todas as fontes têm compromisso” ou “não existe almoço grátis”. Desconfie, sobretudo, das fontes que estão à disposição em coletivas organizadas por empresas, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou multinacionais. Aprenda a ler as entrelinhas dos releases e das pré-pautas que convocam para as coletivas; preste atenção aos adjetivos, às afirmações categóricas que tendem a destacar o “cliente”.

ATENÇÃO!

A boa entrevista será o resultado, portanto, de dois fatores principais: dispor de uma boa fonte (suficientemente identificada em seus compromissos e vínculos) e conhecimento básico do tema ou pauta. Será útil acrescentar ainda mais um aspecto, que em alguns casos pode ser importante: boa fonte não é apenas aquela que conhece o assunto, mas que tem competência e disposição para interagir com a imprensa.

Muitas vezes, essa falta de competência ou de habilidade fica flagrante na entrevista para o rádio ou TV, quando as falas devem ir ao ar pela boca das fontes, sem a mediação do repórter.

Fontes especializadas em determinados assuntos, mas que não falam, são incompetentes em comunicação, ou não estão dispostas a um trabalho de parceria com a imprensa (não têm paciência para complementar informações, para dirimir dúvidas dos jornalistas, etc.), não são boas fontes.

As boas informações podem também estar em livros, anais de congressos, artigos, teses, publicações em geral, impressas ou na Web, ou em produtos multimídia diversos (CDs, DVDs). O repórter especializado, como todo repórter que se defronta com temas complexos e especializados, deverá estar disposto a encarar estes materiais, nem sempre muito palatáveis à primeira vista, mas certamente preciosos para qualificar a reportagem.

É fundamental verificar sempre a procedência das informações, quem as avaliza, quem responde por elas. ATENÇÃO!

As informações obtidas na Web devem particularmente passar por este crivo: elas são legitimadas por alguma entidade de prestígio na área, por alguma sociedade científica devidamente reconhecida pela comunidade; quem está por trás da informação? Mas, lembre-se: vigilância permanente, porque até dirigentes de associações técnicas ou profissionais podem estar comprometidos com interesses poderosos.

O jornalista especializado, como o jornalista de maneira geral, sempre encontrará dificuldade para avaliar as informações, mesmo porque o tempo de que dispõe pode ser insuficiente para um trabalho perfeito de apuração. Deve, porém, empenhar-se para isso, deve incorporar ao processo de produção de sua reportagem um tempo para a qualificação/legitimação das informações que irão subsidiar o seu trabalho. As falhas sempre ocorrerão (os cientistas também cometem erros), mas elas serão minimizadas, se houver um esforço nesse sentido.

A PRODUÇÃO DO TEXTO

A etapa seguinte à da captação das informações é a da produção do texto da reportagem, e, novamente aqui, inúmeros cuidados precisam ser tomados para que o trabalho realizado chegue finalmente a um bom termo. É bom lembrar que o leitor, o telespectador, o radiouvinte, o internauta apenas tomará contato com o produto final (a reportagem) e que não estará levando em conta todo o esforço realizado, por mais “trabalho” que tenha dado.

Algumas dicas podem ser úteis nesse momento. O repórter precisa estar ciente da falta de familiaridade da audiência com termos e conceitos da área e deve esforçar-se para explicá-los. Para o jornalista e para a fonte, biodiversidade, espécies invasoras, efeito estufa, pegada ambiental, etc. podem ser termos ou conceitos óbvios, mas para a maioria da audiência certamente não são.



O jornalismo especializado cumpre uma função pedagógica e, portanto, é necessário que o repórter esteja disposto a contribuir para isso. Não subestime a inteligência de leitores, telespectadores, etc., mas não atrole as informações.

A carência do ensino formal brasileiro e a complexidade das informações (alguns temas são absolutamente novidade para a maioria das pessoas) exigem um cuidado imenso neste trabalho de mediação. Leia e releia a matéria antes de publicá-la e tente colocar-se no lugar do outro. Lembre-se: o telespectador, o leitor e o radiouvinte não estão, de maneira geral (viva as exceções), “estudando” a reportagem, mas a “consumindo” como lazer ou entretenimento. O repórter não deve dar aula de ecologia ou de ciência, mas estabelecer uma conversa, cativar

Unidade IV

a audiência que pode estar sendo assediada, no mesmo momento, por muitas outras informações e temas.

A necessidade de atrair a atenção da audiência não remete a reportagem para uma perspectiva sensacionalista (um viés comum no jornalismo e também no jornalismo ambiental que se resume à exploração de catástrofes, acidentes ou crimes ambientais), mas é fundamental ser competente em comunicação: produzir um texto ou uma fala fluentes, boas ilustrações e imagens, um título ou chamada e um **lead*** que “segurem” o leitor, o telespectador, o internauta ou radiouvinte. O tempo e o espaço serão sempre reduzidos para o repórter especializado, mas ele deverá (e a experiência contribui para isso) capacitar-se para esse trabalho de síntese. Essa é a realidade da mídia e também da audiência que, com raras exceções, não está disposta a fixar-se num único tema (sobretudo os mais complexos) por muito tempo.



Lead:

*é, em jornalismo, a primeira parte de uma notícia, geralmente posta em destaque relativo, que fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse. É uma expressão inglesa que significa “guia” ou “o que vem à frente”.
Fonte: Wikipédia.*

O repórter especializado deve ter consciência do perfil de seu público e não desconhecer que os veículos e os públicos compõem uma gama muito diversificada. Assim, uma reportagem num jornal local deverá diferir, em termos de forma e conteúdo, da elaborada para um veículo da chamada grande imprensa e esta daquela que é pensada para uma revista especializada. A reportagem para a mídia impressa tem características distintas da produzida para veiculação na Web ou cogitada para o rádio e a TV. A TV aberta e a TV paga têm públicos não equivalentes, e existem, felizmente, as mídias especializadas. Logo, todo processo de produção de uma reportagem deve atentar para esta imperiosa necessidade de personalização: a reportagem para a revista Isto É Dinheiro não será igual à concebida para o Valor Econômico ou para a revista Exame, embora todas essas mídias, a priori, sejam rotuladas de veículos de negócios.



ATENÇÃO!

A reportagem tem seus vínculos com a linha editorial, com o perfil do público, com a trajetória de cada mídia em particular.

O repórter especializado deve até admitir que os leitores das diferentes editorias de um mesmo grande jornal diferem entre si em termos de demandas e visões de mundo. O leitor da Folha de S.Paulo ou do Diário Catarinense que consome o caderno de esportes não é necessariamente o mesmo que acompanha o lançamento de novos filmes ou livros ou busca informações na página de agropecuária. O telespectador ou telespectadora que não desgruda os olhos de uma partida de futebol ou da novela não é exatamente o mesmo que assiste ao Globo Ciência ou ao Globo Rural ou que não perde os programas de ciência e meio ambiente do Discovery Channel ou da National Geographic na TV paga.

Leituras adicionais:

A Saúde do Texto: O Jornalismo Literário e a Cobertura das Ciências Médicas, de André Cioli Taborda Santoro

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1262-1.pdf>

Dos laboratórios aos jornais: um estudo sobre Jornalismo Científico, de Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/Dissertacoes/isaltina_tese.PDF

Vídeo

Sugerimos também a consulta ao material em vídeo existente no Portal TV Ciência <http://www.tvciencia.pt/>

A EDIÇÃO DA REPORTAGEM

O texto jornalístico, após sua produção (o que acontece quase sempre pelo empenho de repórteres/redatores), precisa ser editado, isto é, tem que passar por um processo que pode ser de árduo refinamento, antes de estar acessível para a audiência.

É fácil compreender a importância desta etapa porque ela implica, necessariamente, dar forma final à reportagem, adaptá-la ao espaço e tempo disponíveis, ilustrá-la e destacá-la para que possa seduzir aqueles que a leem, veem ou a ouvem.

A edição contribui para atrair a audiência e é fundamental na cobertura de ciência e tecnologia, áreas de interesse que necessariamente não são prioritárias para os públicos e veículos.



ATENÇÃO!

A reportagem em ciência e tecnologia precisa ter um bom título ou chamada, boas ilustrações ou imagens, o que contribui para atrair o público leigo, nem sempre disposto a consumir volumes generosos de texto ou áudio que mais parecem “aulas de ciência”.

As publicações voltadas para a divulgação científica têm se utilizado de infográficos com o objetivo de favorecer o entendimento e de estimular a leitura, assim como as reportagens em televisão se valem dos efeitos da animação para aumentar o nível de interesse e compreensão dos telespectadores.

Em geral, o trabalho de edição não deveria ser feito sem o diálogo com o autor da reportagem, porque, na prática, por ter estado em contato direto com o tema e com as fontes, ele pode contribuir para identificar os destaques a serem feitos (uso de box nos veículos impressos ou links adicionais no jornalismo online), propor ilustrações

que sejam relevantes e mesmo ter papel decisivo no foco a ser dado ao título da reportagem.

Essa tarefa tem sido cada vez mais assumida pelo repórter mas, em alguns veículos ou programas, a sua ausência no processo de edição pode comprometer a qualidade da cobertura, sobretudo quando editores decidem incorporar recursos, sensacionalizar títulos e leads ou mesmo efetuar cortes no texto que penalizam a compreensão, em especial em assuntos complexos.

Leituras adicionais:

O uso da infografia no jornalismo científico brasileiro – estudo da revista Superinteressante <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0577-1.pdf>

A Infografia como Fator de Influência na Compreensão de temas de C&T: estudo de caso a partir do jornal popular Hora de Santa Catarina

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0219-1.pdf>

A infografia jornalística na ciência e tecnologia – Um experimento com estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina

<http://www.bocc.uff.br/pag/schmitt-valdenise-infografia-jornalistica.pdf>

A AVALIAÇÃO PÓS-PUBLICAÇÃO

Embora não seja prática comum no mercado profissional, particularmente no Brasil, é fundamental que os jornalistas/divulgadores de ciência e tecnologia avaliem a repercussão do trabalho realizado após a sua veiculação.

Esta avaliação a posteriori deveria incluir alguns aspectos básicos, de modo a permitir que o trabalho de divulgação seja permanentemente aperfeiçoado.

Sugerimos, por exemplo, como tópicos a serem considerados na etapa de avaliação:

a) feedback do público (leitores, telespectadores, internautas, etc.) em relação à reportagem, o que pode ser aferido a partir de sua manifestação direta (e-mails ou cartas à redação, tweets, post em blogs, comentários em grupos de discussão, etc.).

b) feedback das fontes envolvidas na reportagem, com o objetivo de debater tanto as possíveis imprecisões que foram percebidas na matéria como o próprio desempenho das fontes na explicitação de conceitos ou exemplos.

c) possibilidade de novas reportagens como desdobramento da pauta, tendo em vista novas angulações, as sugestões do público e das fontes, esclarecimento de pontos controversos, confronto com outras fontes, etc.

d) avaliação pelo autor das modificações da reportagem, se existiram, no processo de edição, com o objetivo de aferir a sua pertinência ou adequação.

Uma avaliação bem feita, criteriosa, garante avanços no processo de divulgação científica, porque contribui para superar possíveis falhas ou lacunas, para ajustar o foco da pauta ao interesse do público e para aumentar o nível de interação com as fontes especializadas.

A COBERTURA DE DESASTRES

Nos últimos anos, como você tem acompanhado, inúmeras situações de emergência chamaram a atenção da sociedade e da mídia pelo fato de envolverem perdas humanas, ambientais e materiais de monta, como o furacão Katrina, nos Estados Unidos; o vazamento recorde de óleo na plataforma da BP, também nos EUA; e as enchentes dramáticas no Vale do Itajaí/SC, e em Angra dos Reis/RJ, para só citar uns poucos casos.

Na verdade, podem ser identificados vários grupos distintos de riscos, em função da natureza prioritária de seu impacto, mas podemos de imediato considerar dois deles: os riscos ambientais e os riscos toxicológicos à saúde e à qualidade de vidas humanas.

Os **riscos ambientais** dizem respeito a um conjunto diversificado de situações em que o meio ambiente é duramente penalizado, como no caso de incêndios florestais, de desmatamento, de destruição da biodiversidade, de efeitos decorrentes das mudanças climáticas, etc.

Os **riscos toxicológicos ou epidêmicos** têm a ver com o impacto de produtos ou substâncias na saúde ou qualidade de vida das pessoas, e são exemplos flagrantes deste tipo a contaminação do solo, do ar e da água por agrotóxicos, as epidemias que têm sido recorrentes em todo o mundo, muitas com alcance global (gripe suína H1N1, gripe aviária, dengue, malária, etc.).

Em geral, a cobertura de desastres e de riscos tem pecado pelo fato de não incorporar um planejamento adequado, pela ausência prévia de informações qualificadas sobre as suas causas e consequências, e pelo sensacionalismo que costuma caracterizar a mídia em momentos de crise.



O planejamento para a cobertura implica, obrigatoriamente, a resposta às seguintes questões: a) o que realmente aconteceu? b) como aconteceu? c) por que aconteceu? d) quais são os públicos atingidos e em que proporção? e) quais as saídas para superar o problema?

A superficialidade evidenciada pela mídia na resposta a estas questões acaba contribuindo para que a cobertura de desastres e riscos incorpore uma série de lacunas e vulnerabilidades, de que resultam, obrigatoriamente, informações equivocadas, conceitos imprecisos, utilização de fontes sem credibilidade e, sobretudo, o que deveria ser evitado a todo custo, uma comunicação difusa com os públicos envolvidos e com a opinião pública de maneira geral. Pouco ou mal informada, a população toma medidas inadequadas e coloca em risco a sua saúde e, em casos dramáticos, a própria vida.

Em muitos momentos, a espetacularização da cobertura de riscos e desastres acaba gerando pânico entre determinados segmentos, levando-os a tomar decisões comprometedoras, como a automedicação irresponsável em casos de epidemias, a busca de soluções não legitimadas pelos especialistas, ou mesmo à inércia. Esta é particularmente perigosa em determinadas situações quando a prontidão e a agilidade da resposta são fundamentais para que vidas sejam salvas ou o impacto seja atenuado.

O planejamento para a cobertura de riscos e desastres deve, obrigatoriamente, incluir a identificação de fontes investidas de le-

gitimidade técnico-científica e político-social, de modo a evitar que a utilização de porta-vozes não credenciados tumultue o processo de comunicação e de esclarecimento. Quando a imprensa lança mão de fontes não confiáveis e amplifica as suas falas, cria não apenas embaraços para o entendimento correto do fato ou tema e de suas soluções por parte do público, mas pode desencadear resistência à atuação das pessoas legitimamente constituídas para encaminhar a superação da crise.



Como você viu anteriormente, há interesses comerciais e políticos que podem sobrepor-se ao interesse público e que, se não identificados previamente, poderão conduzir a cobertura para o terreno perigoso da manipulação.

Surgiram denúncias importantes, por ocasião da recente gripe suína H1N1, de que a própria OMS poderia ter favorecido, com sua orientação, a indústria farmacêutica e que o exagero e a falta de sensibilidade para a disseminação de determinados dados ou informações induziram as pessoas a procedimentos não recomendáveis.

No caso específico das epidemias ou de situações de riscos associadas à saúde, não se pode ignorar a relação estreita entre a reação das pessoas atingidas e a sua percepção geral sobre a saúde. Isso significa que culturas específicas determinam formas de conduta, ou seja, concebem de maneira muito particular as noções de saúde e doença. Nas culturas ocidentais, na latina em especial, há uma interferência significativa do olhar religioso, místico, sobre as razões pelas quais adoecemos e inclusive sobre as alternativas para vencer as doenças. Esse fato tem impedido muitas vezes que ações adequadas, sugeridas pelos especialistas e indicadas pelas autoridades competentes, possam ser implementadas de imediato ou a qualquer tempo.

O brasileiro, em particular o que se insere nos segmentos menos favorecidos, acredita em soluções mágicas, em curas milagrosas, e costuma dar ouvido ou atenção a pessoas mal-intencionadas ou que não estão capacitadas para propor soluções adequadas. Em momentos de crise, ele se torna vulnerável ao charlatanismo que ganha corpo também pela falta de vigilância da mídia que, descuidada, repercute suas propostas danosas à saúde da população.

A relação entre a atenção à saúde e a cultura é patente, por exemplo, em alguns países africanos, o que acaba impedindo uma visão correta no caso da AIDS e conseqüentemente a adoção de políticas públicas para evitar a sua disseminação.

A ação agressiva da Igreja Católica, em todo o território sob sua influência, no Brasil e no exterior, contra o uso do preservativo contribuiu também para que seus participantes mais fervorosos não o assumam como alternativa para evitar a contaminação pelo vírus.

A elaboração de mensagens ou conteúdos como estratégia para informar as pessoas em emergências provocadas por desastres ou riscos deve prever as diferenças reais entre públicos que têm níveis sociolinguísticos, econômicos ou instrucionais distintos, de tal modo que será necessário adaptá-los a esta pluralidade de conhecimentos ou de acesso às informações.



Para segmentos da população mais esclarecidos ou de maior poder aquisitivo, o uso das novas tecnologias, em particular a Web, pode ser fundamental, visto que, particularmente, os mais jovens têm estreita relação com a internet. Como você viu no capítulo anterior, as próprias redes sociais potencializadas pela Web (Twitter, Orkut, etc.) e espaços de disseminação de conteúdos ou materiais, como o YouTu-

be, são alternativas viáveis e que podem ser eficazes no processo de esclarecimento ou mobilização. A utilização da mídia tradicional não impressa, como a TV aberta e o rádio, pode ser fundamental para acelerar a disseminação de informações relevantes junto a públicos que exibem baixa escolaridade.

As estratégias a serem definidas para a cobertura de desastres e riscos não podem descartar a existência dessa complexidade e precisam ser desenhadas para dar conta de demandas e expectativas múltiplas, sob pena de excluir parcelas importantes das populações atingidas.

Vídeos:

Cenas de Apocalipse – Pandemia global

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultnot/multi/?hashId=cenas-do-apocalipse--pandemia-global-04021C3668E4A953C6&mediaId=6559468>

Vídeo sobre afundamento da Plataforma P36 da Petrobras

<http://www.youtube.com/watch?v=kx6WIG7ygdI>

Vídeo sobre o vírus H1N1

<http://www.youtube.com/watch?v=-dALUQcY-s4>

JORNALISMO E COMUNICAÇÃO DE RISCOS

A cobertura jornalística de riscos e desastres insere-se, obrigatoriamente, numa proposta ampla de comunicação de riscos já contemplada com uma literatura generosa em português, em espanhol e em inglês.

Em princípio, a contribuição da mídia é fundamental nesses momentos de crise e o seu trabalho deve estar pautado pelas mesmas condições básicas que caracteriza o esforço de comunicação/mobilização a ser empreendido para atenuar ou superar os problemas.

A Organização Pan-Americana de Saúde sugere, em seu **curso online** que promove sobre Comunicação de Riscos, a obediência a sete passos na elaboração das mensagens. Aqui os descrevemos, buscando, no entanto, incorporar outras situações de risco ou desastres que não se situam exclusivamente na área da saúde e adaptando-os para o nosso caso específico:

1) Identificar e explicitar claramente os públicos (interessados, atingidos, etc.) com respeito a um tema ou fato. Eles podem ser agrupados posteriormente segundo outras circunstâncias ou categorias (vítimas, suas famílias, representantes da saúde pública, especialistas no assunto, jornalistas e meios de comunicação, etc.).

2) Elaborar uma lista de preocupações específicas para cada um destes públicos. Para tanto, podemos efetuar a análise de conteúdo dos meios de comunicação, entrevistas com especialistas ou mesmo sondagens ou grupos focais com representantes dos diversos públicos.



O curso da OPS, que não está disponível em português, mas em espanhol, intitula-se Curso de Autoaprendizaje Comunicación de Riesgos e pode ser acessado pelo link: <http://www.cepis.org.pe/cursocr/e/index.php>. Ele traz uma série de informações e dicas importantes para os que desejam se aprofundar nesta temática.

3) Analisar a lista de preocupações específicas para identificar grupos de preocupações comuns e que poderão figurar no foco das ações a serem implementadas. Recomenda-se a criação de uma tabela ou matriz que relacione os diferentes públicos com suas preocupações.

4) Elaborar mensagens que priorizem essas preocupações e que serão encaminhadas aos públicos que as explicitaram.

5) Definir formas ou instrumentos (provas) para avaliar a eficácia dessas mensagens junto aos públicos previamente identificados.

6) Aplicar essas provas de modo a ter certeza de que as mensagens atendem aos objetivos principais em termos de esclarecimento e mobilização, inclusive com a validação da precisão da informação técnica nelas contida.

7) Utilizar amplamente as mensagens ou informações consideradas eficazes em material para a imprensa, palestras, reuniões públicas, espaços que podem ser construídos especificamente na Web (sites ou portais), respostas gravadas em linhas telefônicas de emergência, cartilhas, murais, cartazes ou folhetos de esclarecimento.

O Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, em **documento** disponível na Web (embora apenas em língua espanhola), identifica alguns mitos no processo de comunicação de riscos e propõe ações concretas para superá-los. São eles:

Mito 1

Não há recursos nem tempo disponíveis para se produzir um programa de comunicação de riscos.

Ação 1

Capacite a equipe para comunicar-se mais efetivamente. Desenhe projetos que possam prever a participação do público.

Mito 2

Informar o público sobre um risco pode alarmá-lo desnecessariamente.

Ação 2

Reduza o nível ou potencial de alarme, propiciando às pessoas a oportunidade de expressar suas preocupações.

Mito 3

A comunicação é menos importante que a informação. Se as pessoas conhecem os verdadeiros riscos, elas os assumirão.

Ação 3

Dedique a mesma atenção ao seu processo de informar as pessoas e ao empenho de ouvir as explicações que elas têm para dar.

Mito 4

Não devemos nos dirigir aos públicos antes que tenhamos as soluções efetivas para os problemas.

Ação 4

Revele e debata as alternativas para o gerenciamento dos riscos e envolva a comunidade nas estratégias que as interessam.



Este documento, que reúne uma série de orientações úteis e é de leitura proveitosa, pode ser encontrado em: http://www.atsdr.cdc.gov/es/HEC/riskprimer/es_index.html

Mito 5

Os assuntos são muito complicados para que as pessoas possam entendê-los.

Ação 5

Não leve em conta o seu critério pessoal para avaliar as dificuldades e os possíveis mal-entendidos dos públicos em relação a temas complexos.

Mito 6

As decisões técnicas devem ficar restritas às mãos dos técnicos.

Ação 6

Informe o público, ouça as preocupações da comunidade e utilize uma equipe com experiência em vários campos para chegar a um critério.

Mito 7

A comunicação de riscos não é parte do meu trabalho.

Ação 7

Todos têm o dever de assumir este compromisso e é necessário integrar a comunicação com o seu trabalho e contribuir para que outros façam o mesmo.

Mito 8

Se cedermos um centímetro para as pessoas, elas desejam conquistar um quilômetro.

Ação 8

Quando se escutam as pessoas que desejam centímetros, será menos provável que exijam quilômetros. Evite o confronto e envolva as pessoas desde o início e com frequência.

Mito 9

Se escutarmos o público, dedicaremos os nossos escassos recursos em assuntos que não representam uma grave ameaça à saúde.

Ação 9

Escute sempre e a tempo para evitar controvérsias e, com isso, evite dar atenção desproporcional a assuntos de menor importância.

Mito 10

Os grupos ativistas são responsáveis por fomentar preocupações injustificadas.

Ação 10

Os grupos ativistas ajudam a focar o descontentamento do público. Muitos deles são razoáveis e responsáveis. Trabalhe com eles e não contra eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação dos jornalistas e dos meios de comunicação no processo de esclarecimento e mobilização das pessoas atingidas por situações de emergência (riscos e desastres) e da opinião pública em geral deve, como acentua a literatura moderna sobre comunicação de riscos, levar em conta fundamentalmente as demandas específicas das comunidades e das vítimas e suas famílias em particular.

Trata-se de um processo que necessariamente inclui o envolvimento e o comprometimento dos cidadãos e que não deve pautar-se por uma perspectiva unilateral, que vislumbra os públicos direta e indiretamente atingidos como meros receptores passivos de informações especializadas.

Muito pelo contrário; é fundamental, na definição das pautas jornalísticas, na escolha das fontes, na elaboração dos textos e no mo-

mento da edição e veiculação das notícias e reportagens ter presente o perfil dos públicos, de modo a propor conteúdos e formatos que lhes sejam acessíveis.

Muitas vezes, o discurso tido como competente, refém de fontes especializadas, representa um ruído na interação entre os emissores das mensagens e os públicos aos quais elas se destinam, contribuindo para gerar dúvidas, receios ou leituras equivocadas.

ATENÇÃO! Os jornalistas e fontes devem estar sintonizados com a urgência das informações, mas também com a sua completude e precisão, porque os cidadãos, fragilizados pela crise que sobre eles se abate nestes momentos, tomam decisões a partir da cobertura dos meios de comunicação e das falas das autoridades e, se elas não forem corretas, poderão ser ainda mais penalizados.

Os jornalistas devem também estar vigilantes com respeito a possíveis interferências de interesses comerciais e políticos que, nessa hora, costumam aflorar, seja para a obtenção de lucros adicionais ilegítimos, seja para consolidar ações egoístas de promoção pessoal. Não é incomum percebermos que a indústria farmacêutica, por exemplo, investe pesadamente por ocasião de epidemias ou do aumento de incidência de doenças para vender os seus produtos.

Em anos recentes, quando do incremento de casos de dengue no Brasil, ela protagonizou campanha agressiva na mídia, especialmente no rádio e na TV aberta, acessíveis à maioria da população, para acelerar a comercialização de antitérmicos e analgésicos, expondo pessoas incautas a situações de risco. O mesmo ocorreu durante a disseminação em todo o mundo da gripe suína H1N1, obrigando, inclusive, as autoridades a uma intervenção junto aos fabricantes e à própria mídia

no sentido de coibir os abusos observados nessa divulgação, considerada por especialistas em saúde pública como irresponsável.

A mídia deve evitar o sensacionalismo, especialmente quando ele, sem controle, contribui para alarmar a população e para levar as pessoas mais fragilizadas ao pânico, tornando o processo de enfrentamento da crise mais penoso e demorado. Empresários da comunicação e editores, mas também repórteres que nesta hora atuam no “olho do furacão”, tendem a espetacularizar os fatos. É imperioso incorporar um sentimento de solidariedade com as pessoas ou comunidades atingidas e de compromisso com a solução mais rápida dos problemas decorrentes da crise.

As reportagens devem contextualizar os fatos, buscando junto às autoridades e às fontes técnicas informações precisas. Elas devem sobrepôr o interesse público ao desejo mesquinho de aumentar a audiência à custa do drama das pessoas vitimadas por situações de risco ou desastres.

Recomendamos fortemente que os jornalistas busquem especializar-se em temas associados a situações de riscos ou desastres, particularmente naqueles que têm sido pautados pelo jornalismo científico e ambiental. Somente dessa forma será possível reduzir os equívocos cometidos na cobertura jornalística nessa área e contribuir decisivamente para a consolidação de um processo de comunicação de riscos responsável e cidadão.

Leituras adicionais:

Comunicação de risco e mídia: um debate de dois casos brasileiros, de Gabriela Marques di Julio, Bernardino Ribeiro de Figueiredo e Lúcia da Costa Ferreira

<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT10-893-630-20080506214848.pdf>

Acidentes ambientais e comunicação de riscos, de Iris Regina F. Poffo, Jorge Luiz Nobre Gouveia e Edson Haddad

http://www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/artigos/artigos/ac_amb_comunic_riscos.pdf

O fator de risco na mídia, de Paulo Vaz, Mariana Pombo, Maria Fantinato e Guilherme Pecly

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100013

Comparação jornalística da cobertura jornalística de acidentes ambientais por veículos impressos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, de Fernanda Pessoa Fonseca

http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1460

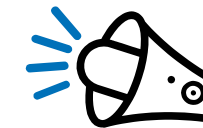
Cobertura jornalística de desastres naturais, documento produzido pelo Governo de Moçambique

<http://desastres-moz.org/coberturajornalistica.pdf>

Jornalismo preventivo e cobertura de situações de risco, documento da UNICEF e ANDI sobre a cobertura da gripe aviária

http://www.unicef.org/influenzaresources/files/ANDI_UNICEF_gripe_aviaria_Portuguese.pdf

Esta unidade apontou variadas e complexas características do jornalismo, principalmente o jornalismo especializado em ciência e meio ambiente. O conteúdo ofereceu uma série de leituras adicionais úteis para contextualizar ainda mais o assunto e fornecer outros elementos para as discussões no Fórum. Agora, acesse o AVA, discuta as questões com os outros participantes e procure seu tutor, se necessário. Na próxima unidade, você verá aspectos específicos da comunicação em desastres e a atuação das assessorias de imprensa.

**>> ATIVIDADE**

Responda: É responsabilidade do jornalista ou do veículo que cobre riscos ou desastres apontar soluções para evitar novas ocorrências ou para atenuar o seu impacto, quando não é possível impedi-las?

UNIDADE V

JORNALISMO ANTES, DURANTE E DEPOIS DO DESASTRE E O TRABALHO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Com o estudo desta unidade, você:

- Saberá mais sobre o trabalho da comunicação de riscos e de desastres.
- Identificará as principais responsabilidades da imprensa, antes, durante e depois de um desastre, com foco na redução dos riscos.
- Conhecerá as possibilidades do trabalho do jornalista na assessoria de imprensa de instituições responsáveis pelo gerenciamento de desastres.
- Compreenderá como funciona o Sistema de Comando de Operações e suas responsabilidades na gestão da informação.



Como você viu nos capítulos anteriores, a imprensa assume um papel estratégico na redução dos riscos de desastres. Sua responsabilidade vai além da divulgação das informações relativas aos desastres em si, uma vez que, por meio da informação, é possível contribuir para uma mudança cultural, visando ampliar a percepção dos riscos das comunidades e influenciando diretamente na minimização dos danos e prejuízos provocados por eventos adversos.

Nos veículos, assessorias de imprensa e no Sistema de Comando de Operações, conforme você verá mais adiante, a comunicação poderá ser trabalhada em três frentes: antes, durante e depois do desastre¹.

ANTES DO DESASTRE

Todo o trabalho de comunicação que antecede à ocorrência de um desastre é considerado estratégico, uma vez que permite o repasse de informações com foco na minimização dos riscos. A imprensa, nesta fase, será pautada nas questões relativas à prevenção e à preparação de desastres. O principal desafio é criar a consciência e a promoção de uma cultura de prevenção. Atualmente, os veículos dedicam muito mais espaço à divulgação das tragédias do que às possibilidades de evitá-las ou de lidar com elas.

O primeiro passo é assumir a responsabilidade da mídia e o compromisso efetivo com a redução dos riscos de desastres. A partir disso, é preciso que o assunto seja discutido e abordado, respeitando as características de cada meio de comunicação, bem como as vulnerabilidades

¹ O conteúdo das primeiras duas partes desta unidade foi elaborado a partir do livro *Comunicação em Desastres: o papel da imprensa e da assessoria governamental*, de Ana Paula Zenatti e Soledad Y. Urrutia Sousa (2010).

Unidade V

sociais. Fazer chegar a informação de maneira correta e apropriada é uma tarefa difícil, que em situações de crise merece atenção redobrada para que as mensagens não gerem novos fatores de risco.

A responsável pelo setor de comunicação da Estratégia Internacional para Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas (EIRD/ONU), no Panamá, Margarita Villalobos, cita e diferencia os aspectos importantes da imprensa escrita, do rádio, da televisão, da internet e de outras formas de comunicação para o trabalho a ser realizado na prevenção de desastres, da seguinte maneira:

- **Imprensa escrita** – é possível detalhar e aprofundar muito mais o tratamento do tema. A palavra escrita tem vida útil mais longa, embora tenha um valor documental permanente. O tratamento da informação preventiva poderá proporcionar mensagens que influenciam o comportamento das pessoas.

- **Rádio** – este meio de comunicação é ouvido por milhões de pessoas, comunica-se com um público heterogêneo composto pelos diversos degraus socioculturais da comunidade, de forma simultânea e instantânea. Mensagens preventivas podem ser transmitidas por meio de entrevistas, comentários, crônicas e informes especiais. Falar por meio do rádio significa explicar, contar, dialogar com o receptor. Por isso, este tipo de comunicação deve ser coloquial.

- **Televisão** – é importante considerar a simultaneidade, instantaneidade e atualidade de informações transmitidas por esta mídia. Para que a comunicação preventiva televisionada tenha êxito, deve-se gerenciar corretamente os três códigos fundamentais da mensagem mediatizada: o icônico, o sonoro e o linguístico. A televisão, além da mensagem falada, transmite imagens, que contextualizam o telespec-

tador e possibilitam uma leitura mais completa dos fatos.

- **Internet** – as vantagens desta mídia estão na capacidade de oferecer aos usuários exatamente a informação que necessitam, organizada de acordo com seus requerimentos, podendo ser de forma simultânea. Porém, apesar de ser uma mídia em expansão, ainda é restrita ao número de usuários.

- **Outros canais alternativos** – por meio de feiras, atividades, redes de comunicadores, empresas privadas, entre outros.



Conforme Zenatti e Sousa (2010), a mudança cultural somente será possível quando for fechado o espaço entre a geração do conhecimento científico técnico, a gestão de políticas técnicas e a apropriação social da informação que se converte em conhecimento. Este, por sua vez, traduz-se em decisões e ações sociais concretas. Por isso, a importância de que as ações de comunicação estejam ligadas às estratégias para prevenção e enfrentamento dos desastres, garantindo a redução do risco.

A partir das informações estudadas até o momento, podemos destacar que a imprensa antes do desastre precisa:

- Conhecer as vulnerabilidades sociais, discutir e mostrar os riscos e contribuir com sua minimização, por meio do repasse de informações confiáveis, sobre o tema, para a população.
- Ampliar a divulgação de temas que contribuam com o processo de redução de risco e que despertem o interesse social sobre o assunto.
- Fiscalizar o trabalho das instituições responsáveis pelo gerenciamento de desastres.
- Conhecer e organizar fontes para subsidiar a produção de informações relativas aos desastres, em suas diferentes fases.
- Promover a discussão sobre o tema entre os comunicadores.
- Profissionalizar jornalistas para atuar em situações de emergência.

DURANTE O DESASTRE

Nesta fase, as instituições responsáveis pelo gerenciamento do desastre trabalham com foco nas atividades de resposta ao evento adverso, ou seja, no socorro, assistência às vítimas e reabilitação de cenários. Todas as informações precisam ser avaliadas antes de serem divulgadas. Cada palavra, dado, imagem, etc., quando repassados à população, criarão reações e influenciarão o comportamento das pessoas. Uma informação incompleta ou divulgada em um momento impróprio pode provocar pânico desnecessário na população.

Assim como a imprensa deve estar capacitada para levar a informação até as pessoas, a população também deve estar preparada para receber as informações. Por isso, o trabalho de prevenção e preparação é tão importante no processo de comunicação de desastres.



Conforme Ana Lavratti², a imprensa durante o desastre:

- Informa e educa;
- Difunde a história rapidamente;
- Alcança os principais públicos-alvo;
- Reúne apoio;
- Ajuda a prevenir o medo e a ansiedade;
- Encoraja comportamentos adequados.

² Comunicação em Situação de Risco, apresentado pela jornalista Ana Lavratti, assessora de Comunicação da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, em reunião da Secretaria de Estado da Comunicação em julho de 2009.



No Furacão Catarina, em março de 2004, os técnicos da Defesa Civil sabiam da existência do fenômeno antes de divulgar o alerta, porém, quando foram à imprensa para repassar informações para a população, optaram por não caracterizar o evento como um furacão.

Os técnicos avaliaram, pelo fato do evento nunca antes ter sido registrado no Brasil, que se o nome do fenômeno fosse divulgado a reação da população seria de pânico e insegurança, provocando descontrole e gerando novos fatores de risco.

Sem citar a palavra furacão, todas as informações e medidas de segurança para preparar as comunidades para os fortes ventos e tempestades previstos foram repassadas pelo porta-voz oficial, através dos veículos de comunicação, que compreenderam o fato e contribuíram com os trabalhos de resposta durante o desastre.

Fonte: Defesa Civil de Santa Catarina.

Durante o desastre, a imprensa precisa:

- Divulgar as informações de forma responsável, priorizando sempre o bem-estar e a segurança da população.
- Respeitar as determinações das equipes que atuam no gerenciamento do desastre e contribuir com elas.
- Corrigir rumores falsos sobre a situação.
- Apurar e levar informações até a população que ajudem a minimizar os danos e prejuízos.
- Repassar orientações corretas e de interesse público, com agilidade.
- Consultar fontes que enriqueçam e acrescentem outros dados às informações disponíveis.
- Avaliar as informações antes da divulgação.
- Agir de forma responsável e comprometida com a redução dos riscos.

DEPOIS DO DESASTRE

Após a fase crítica do desastre, quando os riscos diminuem e a população está em segurança, inicia-se o período chamado de pós-desastre. Neste momento, apesar dos riscos não serem mais iminentes, surgem novas problemáticas. O desastre provoca danos sociais e econômicos que podem durar semanas, meses e até anos, dependendo de sua magnitude. Problemas estruturais, como quedas de pontes, danificação de rodovias, falhas nos serviços públicos essenciais, perda de produções, desemprego, medo da população, interferências no convívio social das pessoas, entre tantos outros, fazem parte da realidade das comunidades que já passaram por uma situação de emergência.

Nesta fase pós-desastre, a comunicação continuará tendo papel fundamental, agora no processo de reabilitação dos cenários, contribuindo com o restabelecimento da normalidade.



Caberá à imprensa a transmissão de informações para a sociedade sobre os danos e prejuízos ainda existentes e ações para a reabilitação. O evento adverso e suas consequências não podem ser esquecidos. As atividades da comunicação social pós-desastre devem ser avaliadas e os erros corrigidos, contribuindo para que a percepção de novos riscos melhore nas comunidades.

Depois do desastre, a imprensa pode:

- Contribuir para que o assunto não caia no esquecimento.
- Fomentar a divulgação de informações para evitar que novas tragédias aconteçam.
- Acompanhar o restabelecimento da normalidade junto às comunidades e divulgar informações que favoreçam a retomada do cotidiano das vítimas.
- Participar da avaliação dos danos e prejuízos.
- Informar sobre as mudanças que o desastre provocou e colaborar com o processo de reconstrução.

RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA – O JORNALISMO NA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO



Como você vai ver agora, as instituições responsáveis pelo gerenciamento de eventos adversos, da mesma forma que a imprensa, devem estar capacitadas para se relacionar com veículos de comunicação. Entender como a imprensa funciona nos desastres e saber trabalhar com ela é fundamental para o sucesso no repasse das informações para a população, minimizando riscos e facilitando os trabalhos de resposta.

O atendimento à imprensa durante um desastre, para que seja positivo à instituição, aos jornalistas e à sociedade, precisa de um comunicador responsável com conhecimento e prática na gestão da comunicação, antes mesmo do desastre acontecer. O indicado é que o responsável seja especialista no assunto e que a organização possua um setor específico de assessoria de comunicação, com equipe capacitada.



O despreparo na comunicação das instituições, especialmente durante o desastre, costuma provocar problemas sérios. Contratempos como desinformação, especulação de fatos e falta de credibilidade podem gerar um impacto maior à população e, inclusive, ao próprio desastre.

Didaticamente, as ações de comunicação da assessoria de comunicação ou de imprensa também podem ser divididas em etapas, previamente definidas, garantindo uma organização eficaz durante a crise e potencializando o trabalho a ser desenvolvido. Ao delinear o trabalho, é elaborado um plano de comunicação de riscos.

Unidade V

Este plano é de responsabilidade do setor de comunicação social, e deverá:

- a) Estar incorporado aos programas de planejamento da instituição e às estruturas de comunicação (veículos) das localidades que serão abrangidas.
- b) Estar focado na população local, regional, estadual ou nacional, conforme o alcance da entidade e dos fatos.
- c) Evitar desinformações.
- d) Gerar informações e atividades junto às comunidades, com o objetivo de elaborar processos preventivos e promover a compreensão das ameaças, percepção dos riscos e o conhecimento para reduzir as vulnerabilidades.

O comunicador precisa ter claro este papel de atuação e entender a importância dos veículos de comunicação para a prevenção ou o gerenciamento de um desastre.

Enquanto os veículos buscam informações precisas, dados transparentes e atualizados sobre o evento adverso, as organizações trabalham para:

- Ampliar o domínio do assunto pelo público leigo.
- Orientar sobre comportamentos apropriados, colaboração e cooperação.
- Evitar danos desnecessários.
- Fortalecer seu status de fonte confiável de informação, com conhecimento específico.
- Estabelecer contato permanente com o público.
- Garantir apoio para políticas e planos.
- Assegurar um processo decisório bem informado.
- Conter rumores, má informação e ameaças de pânico.

O plano de comunicação para desastres é a formalização estratégica das ações que a assessoria de comunicação/impressão desenvolverá numa determinada organização, durante as etapas de um evento adverso, ou seja, antes, durante e depois do desastre. Esse deverá ser moldado conforme as características de cada instituição, tendo como objetivo principal a redução dos riscos junto à população.

O plano de comunicação deve ser elaborado de forma integrada com as estratégias de todos os setores da instituição e prever todas as possibilidades. Apontamos a seguir algumas sugestões de ações para o plano de comunicação, em suas diferentes etapas:

ANTES DO DESASTRE

Devem ser definidos os objetivos do plano e a equipe responsável pela execução. Neste momento, podem ser realizadas diversas atividades focadas na comunicação, entre elas:



- **Conhecer a imprensa e dialogar:** os contatos dos jornalistas e veículos de comunicação devem ser permanentemente atualizados e organizados de forma propícia, para que durante uma emergência possam ser acessados de forma prática e rápida. O assessor também deve estar atento para saber qual é a melhor maneira de repassar informações e entender como funcionam os diferentes veículos.

- **Divulgar ações de prevenção e preparação:** o assessor deverá estimular a geração de notícias, por parte da imprensa, para a redução dos riscos de desastres. A criatividade ditará os assuntos a serem explorados pelas assessorias e encaminhados aos veículos de imprensa, por meio de sugestões de pauta, com o objetivo de alertar, prevenir e preparar a população para situações de emergência.

- **Avaliar a importância das pautas:** na elaboração de uma sugestão de pauta, deve-se considerar a importância do tema para determinado veículo, avaliar sua relevância para a população e buscar as informações que possam interessar aos jornalistas que receberão a notícia.

Ao elaborar uma notícia, é preciso facilitar a compreensão das informações a serem repassadas para a imprensa ou para outros públicos. Textos claros e objetivos contribuirão com esse processo.

ATENÇÃO!

- **Ferramentas para a comunicação:** diferentes ferramentas poderão ser usadas pela assessoria na divulgação de informações. Esses instrumentos deverão ser identificados antes do desastre acontecer. Algumas ferramentas que poderão ser utilizadas são: site institucional, mídias sociais, informativos, eventos, feiras, palestras, etc. O setor de comunicação deve prever que, durante o desastre, algumas

ferramentas podem ficar indisponíveis, pela queda de energia elétrica, por exemplo.

- **Planejar e preparar estratégias:** é na fase anterior ao desastre que o comunicador precisa prever como será o seu trabalho e quais serão suas demandas durante e depois do evento adverso. Além da ampla rede de contatos, das ferramentas de comunicação e das estratégias de divulgação, é preciso definir como será sua atuação nas próximas fases. Quais serão as necessidades da imprensa junto à instituição? Como atender a essas necessidades? Quem falará com a imprensa no caso de um desastre? Como deve ser a estrutura de comunicação da instituição durante um evento adverso?

- **Definir e treinar as fontes:** antes do desastre, o comunicador poderá definir junto aos membros da instituição quem será o porta-voz junto à imprensa, a pessoa responsável por transmitir as informações. O porta-voz deve ter consciência da importância de seu papel numa situação de emergência, conhecer as características de cada veículo de comunicação e estar preparado para atender a imprensa em qualquer circunstância e horário. Ele deverá gerenciar suas emoções, mostrar firmeza e calma. Mentir, fugir das respostas ou falar sem ter convicção dos fatos contribuirá com os efeitos negativos do desastre e poderá gerar mais pânico e/ou insegurança na população.

- **Definir equipe de trabalho:** é na fase de preparação ao desastre que a estratégia de resposta deve ser prevista, podendo definir um organograma da equipe, no qual sejam identificadas as tarefas e horários de atuação de cada membro.

Prever canais de comunicação com a imprensa: se a instituição não tiver as informações para a imprensa no momento em que a notícia precisa ser divulgada por determinado veículo, o jornalista provavelmente irá procurar outra fonte, que pode não estar qualificada para o assunto, e como resultado as informações podem não sair de forma adequada. Ao mesmo tempo, os dados precisam ser apurados, pois uma informação errada pode provocar prejuízos maiores à população.

As notícias poderão ser repassadas via e-mail, releases ou boletins informativos; publicadas num site oficial; por telefone; em gravações de áudio para as rádios; em mídias sociais; coletivas à imprensa; ou por meio de outras ferramentas e formatos, de acordo com as características dos veículos que serão comunicados.

Durante um desastre, conforme a demanda, todas essas ferramentas poderão ser utilizadas conjuntamente. O assessor precisa saber trabalhar adequadamente antes com os mecanismos de comunicação que irá utilizar para que a imprensa receba as mensagens de forma correta e oportuna.



- **Definir espaço físico para a imprensa na instituição:** alguns veículos de comunicação procuram pessoalmente a instituição para buscar informações. Esta deve estar preparada para receber o grupo e oferecer espaços adequados aos jornalistas, com a infraestrutura necessária para o repasse de informações.

- **Definir espaços para coletivas:** o assessor precisa definir o espaço mais adequado para a realização desse tipo de ação e os elementos necessários (banner da instituição, mesa, cadeiras, etc.).

- **Identificar parceiros e estratégias:** identificar os assessores de comunicação das instituições que também são responsáveis pela resposta aos desastres. Definir estratégias conjuntas para evitar o desencontro de informações permitirá um melhor resultado junto à imprensa.

- **Definir estratégias de comunicação com os diferentes veículos:** a assessoria de imprensa, em todas as fases do desastre, deve prever como o veículo de comunicação trabalha e respeitar seus horários e diferenças. Durante o desastre, estratégias que facilitem o repasse das informações poderão ser colocadas em prática, se testadas e aprovadas anteriormente.

- **Preparar informações:** além das informações relacionadas a um determinado desastre, é comum que os jornalistas, para contextualizar suas matérias e reportagens, solicitem às instituições responsáveis pelo atendimento de emergências dados complementares, como o histórico de desastres numa determinada região, características dos eventos adversos, frequência deles, ações já desenvolvidas, dados científicos, entre outros.

Para facilitar o trabalho do setor de comunicação social e dos veículos, poderá ser preparado um arquivo com esse tipo de informações. Caso ocorra um desastre, elas já estarão prontas quando solicitadas.

- **Alertas:** ao fazer o alerta, a assessoria e os técnicos responsáveis deverão discutir o impacto das informações que serão repassadas à população e avaliar se as comunidades estão preparadas para recebê-las. O momento e o meio certo de divulgar o alerta devem ser discutidos entre os técnicos responsáveis das instituições envolvidas.

DURANTE O DESASTRE

O setor de comunicação poderá acompanhar os processos de assistência e socorro às vítimas e divulgar as informações referentes a eles. Nesta etapa, são colocadas em prática todas as estratégias previstas na fase de prevenção e preparação.

Durante o desastre, o setor de comunicação poderá:

- Definir quem será o porta-voz da instituição. Se o número de atendimentos à imprensa for maior do que a capacidade de resposta, identifique mais de uma pessoa. Porém, defina estratégias para que entrevistas não atrapalhem os trabalhos de busca, salvamento e assistência às vítimas.

- Organizar as informações do desastre de forma integrada com o Sistema de Comando de Operações para que toda a equipe da assessoria tenha conhecimento.

- Produzir e divulgar notícias sobre o evento adverso e as ações de resposta.

- Divulgar boletins com informações sobre a situação e ações de resposta.

- Atualizar o site da instituição com informações em tempo real sobre os fatos e com notícias mais elaboradas.

- Divulgar balanços das ações de resposta no final do dia, antes dos horários de fechamento dos veículos de comunicação (antes dos telejornais irem ao ar e dos jornais fecharem suas edições para o dia seguinte);

- Divulgar áudios com boletins informativos e/ou sonoras com o porta-voz da instituição para as rádios, em horários estratégicos, a fim de que sejam aproveitados pelas emissoras.

- Agendar, organizar, divulgar e acompanhar coletivas à imprensa.
- Coordenar ou participar de estratégias conjuntas com os setores de comunicação de outras instituições, evitando o desencontro de informações e potencializando os esforços.
- Fotografar, registrar e divulgar imagens do desastre e das ações de resposta promovidas pela instituição.
- Atender aos jornalistas na instituição dando suporte a suas necessidades.
- Durante ações em campo, contribuir com o trabalho dos jornalistas, dando prioridade a cinegrafistas e fotógrafos para o registro das imagens.
- Alimentar e gerenciar mídias sociais com informações sobre o desastre.
- Agendar realização de entrevistas, definindo local, horário e fonte.
- Gerenciar o relacionamento com a imprensa de maneira que o atendimento aos veículos seja igualitário. Se não for possível atender todos, proponha critérios de atendimento e apresente-os para a imprensa.
- Observar as restrições para a divulgação de informações estabelecidas pelo comando da operação.
- Gerenciar o acesso de integrantes da mídia na área de operações.
- Avaliar diariamente o resultado dos trabalhos, trocar ideias e discutir as ações com os membros da equipe de Comunicação Social.
- Elaborar e divulgar relatórios diários sobre as ações de resposta ao desastre e informações como o número de desabrigados, desalojados, danos, prejuízos, atendimentos, situação das rodovias, novas previsões.
- Discutir e avaliar, com o Comando de Operações, os relatórios da situação e informes antes de divulgá-los na mídia.
- Outras ações planejadas ou identificadas como necessárias no decorrer do processo.

Produção e divulgação de relatórios

Dependendo da situação, os responsáveis pela gestão de informações e comunicação poderão recolher informações técnicas sobre o desastre tanto com suas próprias equipes, como também por meio das autoridades de defesa civil, de segurança pública, de saúde, de meio ambiente e outras.

É recomendado que os relatórios sejam diários e descrevam o status da emergência, seu impacto e as principais necessidades da população, bem como as ações para atendê-las.

Algumas perguntas básicas servem para orientar a formatação de um relatório de situação:

1. Qual a situação atual na área afetada pela emergência ou desastre?
2. Qual é a população afetada?
3. Há setores, grupos ou comunidades mais afetadas ou mais vulneráveis?
4. Qual o impacto do desastre na saúde e bem-estar das pessoas?
5. Qual a condição dos serviços essenciais na área afetada, quais as condições sanitárias e como está o acesso aos serviços de socorro e saúde?
6. Quais são as principais necessidades da população afetada?
7. Quais necessidades já estão sendo atendidas?
8. O que não se faz mais necessário?
9. O que está sendo feito pelas equipes de socorro e assistência?
10. Qual é o plano de ação imediato por parte do comando do SCO?
11. Qual é a capacidade do Estado para responder à emergência ou desastre?
12. Foi solicitada ajuda externa?

Atualmente, a divulgação dos relatórios de situação está cada vez mais facilitada pela ampla variedade de meios de comunicação disponíveis (impresso, jornal, rádio, televisão, internet, etc.). No entanto, de forma geral, os relatórios produzidos pelo SCO são textos escritos, divulgados em coletivas com a presença de integrantes da imprensa em geral.

Importante: Os relatórios de situação constituem-se em mecanismos que permitem visualizar os avanços na fase de resposta ao desastre, uma vez que a comunidade se mantém informada, fortalecendo a cultura de transparência e responsabilidade.

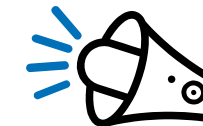
Fonte: Tenente Coronel BM Marcos de Oliveira.

PÓS-DESASTRE

Da mesma forma que os jornalistas que trabalham nos veículos de comunicação, o assessor de imprensa, na fase pós-desastre, deverá trabalhar para que o desastre e suas consequências não sejam esquecidos, contribuindo com o repasse de informações para a imprensa. As atividades da comunicação social desenvolvidas durante o desastre devem ser avaliadas e os erros corrigidos, contribuindo para que a percepção de novos riscos se amplie nas comunidades.

SISTEMA DE COMANDO DE OPERAÇÕES

Para finalizar os conteúdos desta unidade, vamos conhecer o Sistema de Comando de Operações (SCO)², utilizado em situações de emergência pelas instituições que lidam com a administração de desastres. Ao entender o funcionamento do SCO, você vai perceber o caminho da informação na gestão do desastre, que facilita o trabalho na construção da notícia.



OS BASTIDORES NO GERENCIAMENTO DE UM DESASTRE

Em que pese a importância dos esforços para a redução de desastres, por parte das instituições responsáveis, vale constatar que a ocorrência destes é uma possibilidade sempre real. Por isso, a capacidade de prevenir, monitorar e intervir de forma rápida e eficiente em desastres tem sido um objetivo perseguido de forma sistemática e continuada, recebendo investimentos consideráveis no desenvolvimento de estudos e planos, na alocação de recursos humanos e materiais, bem como no desenvolvimento de atividades de capacitação e treinamento.

A experiência tem demonstrado que entre os vários problemas encontrados na implementação das ações de resposta aos desastres, questões relacionadas ao comando e controle das operações constituem-se ainda um ponto altamente relevante, que quase sempre se configura como o elo fraco de muitas intervenções.

² A partir de conteúdo produzido por Marcos de Oliveira, tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, especialista em Gestão e Administração em Defesa Civil e mestre em Engenharia Civil, consultor do CEPED/UFSC.

Isso decorre da complexidade que acompanha a resposta aos desastres, devido ao envolvimento de múltiplas organizações, com diferentes jurisdições e competências, a imprevisibilidade sobre quem implementará as primeiras ações e o envolvimento obrigatório do poder político no atendimento.

Tudo isso agrega ao conjunto da operação uma complexidade natural que geralmente é decorrente da falta de uma linguagem única e de objetivos, procedimentos e canais de comando e comunicação comuns às organizações em operação.

Os resultados disso podem ser terríveis: estrutura de coordenação e níveis de autoridade indefinidos, comunicação inadequada com os elementos internos e externos às operações, fluxo de informações inadequado, falta de controle sobre os recursos, utilização inadequada de recursos especializados, relacionamentos precários com a imprensa e, o mais importante, dificuldade para reduzir efetivamente danos e prejuízos para pessoas, bens e meio ambiente (GOMES Jr., 2009).

Um aspecto relevante para a redução destes problemas é a adoção de um sistema de comando para o gerenciamento do desastre previamente definido, conhecido e treinado pelas pessoas e organizações envolvidas, que seja aplicável a vários tipos de emergências e que seja capaz de ordenar o fluxo de comando e controle de informações, decisões e uso dos recursos.



ATENÇÃO!

Uma das mais importantes boas práticas incorporadas pela Defesa Civil Nacional foi a adoção do Sistema de Comando em Operações (SCO) como sistema padrão para responder a emergências e a situações críticas e estruturar a forma de organização e gerenciamento de desastres ou eventos planejados.

O SCO não é algo novo e experimental, pois sua estruturação é garantida por uma ampla fundamentação teórica, de longa data e aliada à experiência de inúmeros eventos em vários diferentes países.

Utilizando-se das melhores práticas de administração, o SCO ajuda a garantir:

- Maior segurança para as equipes de resposta e demais envolvidos numa situação crítica.
- O alcance de objetivos e prioridades previamente estabelecidas.
- O uso eficiente e eficaz dos recursos (humanos, materiais, financeiros, tecnológicos e de informação) disponíveis.

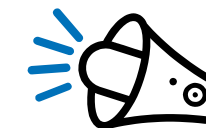
Sua correta utilização permite que pessoas de diferentes organizações, incluindo a imprensa, congreguem-se rapidamente em uma estrutura de gerenciamento comum, facilitando a integração das comunicações e os fluxos de informações e melhorando os trabalhos de inteligência e de planejamento.

Conhecer o sistema e o seu funcionamento ajudará você no processo de comunicação de desastres. A seguir, serão abordadas as recomendações do SCO sobre as questões ligadas ao gerenciamento integrado das comunicações e informações, sob a ótica da comunicação de riscos.



**SAIBA
MAIS**

O Sistema de Comando em Operações pode ser definido como "uma ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as operações de resposta em situações críticas, fornecendo um meio de articular os esforços de agências individuais quando elas atuam com o objetivo comum de estabilizar uma situação crítica e proteger vidas, propriedades e o meio ambiente" (GOMES JR.; ALVES, 2004, p. 41). O SCO permite que seus usuários adotem uma estrutura organizacional integrada para enfrentar as demandas e complexidades de uma situação crítica, sem prejuízo de suas competências e limites jurisdicionais.



RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE RESPOSTA NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Em uma emergência ou desastre, a informação é algo que todos buscam e necessitam para poder tomar decisões, e, sobretudo, para oferecer uma resposta oportuna, ágil e adequada às pessoas afetadas por um desastre. Talvez o maior desafio durante as primeiras horas após um desastre seja garantir que a informação que circula seja clara e reflita as necessidades prioritárias das populações afetadas.

Obviamente, aspectos da comunicação pública e social e a relação entre pessoas e organizações de resposta com os meios de comunicação acabam por se converter em uma variável fundamental para a gestão eficiente e eficaz do desastre como um todo.

Diante de uma emergência ou desastre, a produção e divulgação de informações é uma peça-chave, tanto interna quanto externamente. Se a informação é produzida e divulgada a tempo, são maiores as probabilidades de que as decisões sejam mais oportunas e efetivas.

Uma das responsabilidades do comando de qualquer operação de resposta diz respeito à **integração das comunicações**, de forma que todos os envolvidos no gerenciamento do desastre possam se comunicar, de acordo com suas necessidades, mesmo que isso ocorra entre pessoas de diferentes organizações.

Para tanto, é necessário o desenvolvimento de um plano de comunicações, que diz quem conversa com quem e como. O plano de comunicações deve estabelecer diferentes redes de comunicação, de acordo com as necessidades da cada evento, entre as instituições en-

volvidas, sendo de responsabilidade da assessoria de imprensa ou setor específico.

O plano de comunicações é específico à atuação do Sistema de Comando de Operações, durante o desastre, integrando todos os responsáveis pela resposta ao evento. Não deve ser confundido com o Plano de Comunicação de cada instituição responsável pelo gerenciamento de desastres, que aborda todo o processo de gestão, desde a prevenção até o pós-desastre.



O plano de comunicações pode incluir:

- **rede de comando** – integra as comunicações entre o comando e sua assessoria de comando (segurança, ligações, informações ao público) e o staff principal (operações, planejamento, logística e administração);
- **rede tática** – integra as comunicações entre as pessoas e equipes subordinadas ao coordenador de operações;
- **rede administrativa** – comunicações não operacionais entre o comando e sua assessoria com órgãos externos que estão cooperando com o SCO;

- **rede logística** – comunicações da logística para tratar de assuntos referentes a suprimentos, serviços e instalações; e
- **rede de operações aéreas** – comunicações do pessoal de operações aéreas (OLIVEIRA, 2010b).

Cada vez mais, informações e inteligência são fundamentais nas ações de resposta em um desastre, pois diminuem a entropia do sistema e produzem sinergia. De um modo ou de outro, o bom funcionamento do SCO está relacionado ao gerenciamento integrado de informações e inteligência: sua obtenção, seu julgamento, seu processamento útil e seu compartilhamento com outros.

O SCO recomenda que a coleta de informações relativas ao desastre seja obtida, analisada e disseminada para favorecer uma administração eficiente e eficaz do sistema. Assim, dependendo da natureza, complexidade e magnitude do evento, será necessário coletar e analisar diferentes informações, como: dados meteorológicos, características geográficas, informações populacionais, dados socioeconômicos e culturais, explicações sobre fenômenos naturais específicos, etc.

Seguindo a lógica contingencial recomendada pelo SCO, num primeiro momento, em um desastre, todas as atividades são desempenhadas pelo próprio responsável pelo comando da operação e seus colaboradores mais próximos. No entanto, assim que são necessárias delegações e a instalação de novas funções, essas vão sendo gradativamente ativadas, de forma a evitar que o comando acabe sobrecarregado.

Uma dessas funções do staff pessoal do comando diz respeito ao coordenador de informações ao público, que é o responsável pela formulação e divulgação de informações sobre o desastre e a operação de resposta (socorro, assistência e reabilitação de cenários) para a mídia. Essa atividade, preferencialmente, deve ser assumida pelo assessor de imprensa.

Dicas importantes

Alguns pontos essenciais que devem ser considerados em relação à gestão de informações durante uma emergência ou desastre são:

- O uso da informação será mais bem-sucedido à medida que se planifiquem e preparem mecanismos para o recolhimento, produção e divulgação das informações.
- Em uma situação de emergência ou desastre, é indispensável que se conheça e se mantenha contato com antecedência com as fontes de informação mais confiáveis do local (pessoas e organizações).
- Conhecer os mecanismos de troca de informação utilizados ajuda a converter essas informações em fontes de dados úteis para o trabalho de comunicação e de gestão da informação.
- É aconselhável que se disponha de mapas e estudos de risco, características geográficas, dados estatísticos sobre a população, dados meteorológicos, indicadores socioeconômicos e culturais, dados históricos e outras informações úteis sobre o desastre para compreender melhor os impactos da emergência.
- Para a comunidade internacional, a obtenção de informações sobre o desastre e seus impactos na comunidade afetada representa uma demanda essencial e urgente. Governos, organismos de cooperação e de ajuda humanitária precisam conhecer qual é o impacto do desastre e quais são as necessidades da população atingida sem demora. Muitos desses organismos deslocam seu próprio pessoal para a área do desastre com o fim de obter informações em primeira mão;
- Os meios de comunicação local, regional e nacional também estão atentos a essas informações (suas principais demandas são números, imagens e opiniões de especialistas, além de testemunhos da população afetada e informações básicas sobre o evento e providências das equipes de resposta).

Fonte: Organização Pan-Americana de Saúde – OPS (2009, p. 41).

A participação da imprensa nos desastres deverá englobar suas diferentes etapas, priorizando a ação preventiva como estratégia para a redução dos riscos. Assim como o jornalista que atua nos veículos de comunicação de massa ou comunitária, o assessor de imprensa também desenvolve ações fundamentais nesse processo, conforme você observou nesta unidade. Agora, acesse mais uma vez o AVA para realizar os exercícios propostos e participe do Fórum, antes da leitura do último capítulo, que tratará de comunicação de massa e comunitária.

>> ATIVIDADE

Faça uma relação de assuntos que poderiam ser abordados na imprensa para reduzir os riscos de desastres em uma determinada comunidade.

UNIDADE VI

COMUNICAÇÃO DE MASSA E COMUNITÁRIA E A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA ELETRÔNICA: RÁDIO E TELEVISÃO



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Com o estudo desta unidade, você:

- Saberá mais sobre comunicação de massa e comunitária.
- Conhecerá aspectos da comunicação de riscos pelo rádio e pela televisão.



Você viu no capítulo 3 que a atuação da imprensa em cenários de desastre é essencial para que a informação chegue à população. Caberá a cada veículo priorizar dados, fontes e a forma como a notícia será divulgada para evitar novos transtornos e garantir a segurança da população. Da mesma forma, discutimos como a imprensa serve de canal para ações de prevenção junto a comunidades, escolas e outros públicos. Com base nisso, iremos discutir nesta última unidade do curso a comunicação comunitária e a importância da mídia eletrônica em emergências.

COMUNICAÇÃO DE MASSA E COMUNITÁRIA

O processo comunicativo sofreu mudanças com o desenvolvimento, especialmente com o capitalismo. Antes baseada em diálogos e formas de interação mais próximas, a comunicação passou a ser ditada pelos novos meios, os quais reproduziam novas formas de transmissão e informação. Foi a chegada dos meios de comunicação de massa.

Conforme Margareth e Jerusa de Oliveira Michel:

*A **comunicação** envolve troca de fatos, ideias, opiniões ou emoções entre duas ou mais pessoas e é também definida como inter-relações por meio de palavras, letras, símbolos ou mensagens e como meio para aquele que comunica partilhar significado e compreensão com outros (MICHEL; MICHEL, 2006, p. 3)*

As autoras ainda lembram que estes novos padrões de comunicação provocaram uma complexa reorganização humana, dissociada do

ambiente físico. “(...) as pessoas passam a interagir, através dos veículos de comunicação que disponibilizam para a sociedade, novas oportunidades de linguagem diária, aumentando o ritmo do comportamento comunicativo” (id., p. 3). Paralelamente, os meios de comunicação de massa impuseram um relacionamento comunicativo circular, de forma que o público passou a ser apenas um “receptor de mensagens”.

É importante observar que isso ocorreu até a expansão da internet e o advento das mídias sociais, que permitem cada vez mais que o público se torne um produtor e disseminador de informação, deixando de ser um agente passivo nesse processo.



Apesar dessa mudança, os meios de comunicação tradicionais são importantíssimos para a disseminação da informação.

Citado no mesmo texto, Santos reforça:

Os meios de comunicação são fatores indispensáveis, tanto na criação, transmissão e mudanças sociais, quanto na reprodução de determinada cultura. Eles se tornam o meio e o espaço privilegiado em que a cultura é criada, fortificada, reproduzida e retransmitida. Há uma forte influência psicológica que esses meios exercem sobre a sociedade, transformando a todos em meros consumidores, ou, quem sabe, até um produto desses meios (id., p. 3).

Isso provou a capacidade dos meios de comunicação de massa de ditar a comunicação e moldar comportamentos da sociedade. A imprensa fascinava alguns e irritava outros por este perfil. Enquanto criticavam, brigavam por um espaço na mídia para defender ideias e



Leia o texto em
<http://www.bocc.uff.br/pag/michel-margareth-jerusa-comunicacao-comunitaria-cidadania.pdf>

erguer bandeiras. A partir deste contexto, passou-se a discutir a democratização da comunicação, que difere da democratização dos meios de comunicação.

Na década de 1980 foi criado o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), dando força ao ideal de que era preciso democratizar a comunicação para democratizar a sociedade.

Conforme Cabral, outro autor citado:

(...) o movimento de comunicação no Brasil concentrou os esforços para que fossem aprovadas leis mais democráticas “para o desenvolvimento de ações de incentivo à produção por parte da sociedade civil – especialmente as rádios comunitárias e os canais comunitários de TV a Cabo – a partir de um amparo institucional (não mais as rádios e TVs livres e/ou piratas!)”, cuja conquista ocorreu após sucessivas gestões junto ao governo e aos empresários (id., p. 4).

O FNDC foi logo extinto, mas no final da década de 1980 percebeu-se a necessidade de discutir da comunicação, como produzi-la e como fazer parte deste processo. Este papel coube a produtores de TV e rádio comunitária, os quais logo mudaram o rumo, pois, com a globalização, as relações sociais tornaram-se mais complexas, ultrapassaram o interesse de empresas e instituições e, numa consequência oposta, priorizaram a comunicação de bairro, entre vizinhos.

A comunicação comunitária, porém, explica Peruzzo, tornou-se uma questão complexa, pois não tem a visibilidade da grande mídia e pode ser compreendida como qualquer manifestação local, confundindo-se com o fenômeno: “(...) comunicação comunitária diz respeito a um processo comunicativo

que requer o envolvimento das pessoas de uma ‘comunidade’, não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação (id., p. 5).

Outros conceitos podem valer para explicar a comunicação comunitária conforme a construção de novos relacionamentos e mudanças sociais. Isso contribui para a difusão da cultura popular e, especialmente, para a construção da cidadania.

É necessário que a comunicação comunitária seja de qualidade. No âmbito comunitário, a carência ou a informação com defeitos pode inclusive reforçar alguns mitos e crenças, elevando os níveis de incerteza da população perante um problema de tal complexidade como é a segurança das pessoas, seus bens e o meio ambiente.

ATENÇÃO!

Fonte: *Contribuições da Mídia para o Desenvolvimento de uma Cultura de Prevenção de Desastres.*

No contexto da comunicação de riscos, a comunicação comunitária serve como instrumento de extrema importância para difundir informações desde a prevenção, o alerta e até como agir na ocorrência de um evento adverso. A Defesa Civil, por meio do setor de comunicação, deve conhecer quais comunidades possuem canais já estabelecidos e agilizar parcerias.

Líderes comunitários podem se organizar para estabelecer os canais de comunicação que melhor atendem sua comunidade e difundirlos junto à Defesa Civil. Dessa forma, a comunidade se sentirá mais segura e o órgão coordenador na ocorrência de um desastre terá a garantia de que as pessoas recebem informação de qualidade e podem exercer claramente sua cidadania.

Comunicação de Massa

Podemos dizer que a comunicação de massa é uma característica fundamental da sociedade de massa. Ela surgiu no século XIX, com o jornal diário, mas se consolidou no século XX com o rádio, o cinema e o meio de comunicação de massa por excelência, a TV. A comunicação de massa é a comunicação feita de forma industrial, ou seja, em série, para atingir um grande número de indivíduos, a sociedade de massa.

Fonte: *Artigo O que é comunicação de massa? Jornal Debates.*

Comunicação Comunitária

A ideia de Comunicação Comunitária se refere ao uso dos meios de comunicação pelas comunidades. Na produção de conteúdo midiático, as comunidades encontram a oportunidade ideal para a discussão de ideias, para a integração e o convívio social, assim como para a difusão de seus elementos socioculturais. A comunicação comunitária pode ser feita por meio das rádios comunitárias, dos jornais de bairros, de jornal-mural, de rádio-poste, dentre outros.

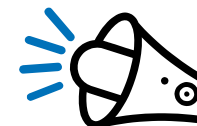
Fontes: *Wikipédia e Comunicação Comunitária – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.*

Agentes de comunicação, seja nos veículos de comunicação de massa ou comunitária, assumem papel estratégico para a redução dos riscos de desastres. Em ambos os casos, a preparação e o conhecimento sobre o tema são fundamentais para garantir a segurança da população. As diferenças serão observadas na maneira como a informação será trabalhada, respeitando as características de cada público e veículo utilizado.

A mídia, por meio de suas diferentes possibilidades, é ferramenta-chave no processo de transformação social com foco no desenvolvimento de uma cultura de prevenção de desastres.

O PAPEL DA MÍDIA ELETRÔNICA: O RÁDIO E A TELEVISÃO COMO CORRESPONSÁVEIS PELA COMUNICAÇÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

Na segunda parte desta unidade, vamos aprofundar o papel da mídia eletrônica em dois veículos fundamentais: o rádio e a televisão.



Repercussão e alcance

Em 30 de outubro de 1938, os Estados Unidos viveram um episódio que ficaria marcado na história da comunicação de modo absolutamente superlativo. Uma transmissão radiofônica da CBS, com 44 minutos de duração, despertou entre aproximadamente 1 milhão de moradores dos EUA sentimentos que foram do medo ao pavor, passando pelo desespero e pela tentativa extrema de fugir de uma calamidade. Tratava-se, no entanto, de uma peça de ficção, com todos os requintes de ambientação e contexto que o rádio permite, de modo que

a população se viu verdadeiramente alarmada. A transmissão ao vivo, em cadeia nacional, de um roteiro adaptado baseado no livro *A Guerra dos Mundos* de H. G. Wells, transformou-se no mais significativo exemplo da repercussão que uma mensagem radiofônica pode gerar.

Ao tempo em que reproduzia – ainda que com os limitados recursos técnicos próprios daquele período – o clima de uma invasão da terra por marcianos, o então jovem Orson Welles colaborava para construir um dos mais clássicos casos do poder de alcance que o meio rádio possui:

*Não é por mero acaso que este se tornou o programa mais falado da História do Rádio. Ao colocar o rádio no enredo, a equipe de Welles reforçou a **invasão marciana** de Wells com todo o potencial dramático do meio, que na época vivia sua adolescência, com apenas dezoito anos de experiência desde a fundação da primeira emissora regular, a KDKA de Pittsburgh, também nos Estados Unidos (MEDITSCH, 1998, p. 3).*

O caráter acidental da experiência demonstra que o potencial mobilizador do rádio independe da intencionalidade de seu emissor. Ainda que tenham admitido na época e em ocasiões posteriores que tudo não passou de uma obra de ficção, seus autores assumem a inteira “inconsequência” do programa.

Não se sabe até onde a equipe premeditou os efeitos do programa sobre o público. No depoimento, Howard Koch conta que foi dormir logo depois de ouvir a irradiação em sua casa, e que só soube do estrago que havia causado no dia seguinte, ao ler as manchetes dos jornais calmamente sentado na cadeira do barbeiro (id., p. 3).

O que o episódio nos mostra, além do óbvio alcance que o meio rádio tem, é o conjunto de consequências que uma abordagem inconsequente pode trazer. Em “*A Guerra dos Mundos*”, a ficção foi tomada pelo ouvinte como realidade. E o desespero que tomou de assalto a população só não teve desdobramentos piores porque foi possível corrigir a situação e atenuar seus efeitos. Outra condição que a história ensina é que em nenhuma hipótese podemos desprezar a força e o potencial disseminador que a comunicação de massa consegue reunir.

No caso da televisão, não há momento tão emblemático quanto o de “*A Guerra dos Mundos*”. Mas a sedução do meio audiovisual é conhecida e admitida nos mais diferentes setores. Ainda que não tenha havido um Orson Welles ou uma invasão fictícia tratada como real pelos telespectadores, é inegável que a TV revelou-se uma mídia tão ou mais capaz de mobilizar a sociedade quanto o rádio.

Há, contudo, inúmeras circunstâncias que atestam esta capacidade da televisão, ainda que as consequências não tenham a mesma repercussão que aquela transmissão de 1938 gerou entre aquele milhão de cidadãos norte-americanos. Lembremo-nos das manifestações de estudantes chineses na Praça da Paz Celestial em Pequim, em 1989, e o quanto a transmissão ao vivo dos protestos para todo o planeta potencializou tantos outros movimentos ao longo do período.

Há, portanto, exemplos reais da abrangência e do alcance de programas de rádio e televisão ao longo da história mundial. E esta afirmação pode ser comprovada estatisticamente. No caso brasileiro, em especial, os números relativos à participação das emissoras de rádio e televisão no dia a dia da população revelam o tamanho da importância que essas mídias têm no contato com os cidadãos.



Leia o texto *O Pecado Original da Mídia: o roteiro de A Guerra dos Mundos*, de Eduardo Meditsch, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-guerra-dos-mundos.pdf>



www.gm.org.br

A PARTICIPAÇÃO DO RÁDIO E DA TV NO COTIDIANO BRASILEIRO

Conforme dados da publicação **Midiadados**, do Grupo de Mídia de São Paulo, em 2010 ainda é preponderante a influência que os meios eletrônicos detêm na vida nacional. Num universo projetado de 58,5 milhões de domicílios, com uma população de 192,8 milhões de pessoas, em 5.565 municípios, a presença do rádio e da TV reflete os seguintes números:

- **Domicílios com rádio** – 53,5 milhões (91%)
- **Domicílios com televisão** – 55,5 milhões (95%)

Quanto à frequência com que utilizam esses meios, a publicação aponta os seguintes números:

- **Televisão** – assistida uma vez por semana, pelo menos, por:
 - 97% dos homens e 97% das mulheres
 - 92% das pessoas da classe A e 84% da classe E
 - 98% dos jovens entre 10 e 14 anos
 - 97% da população entre 20 e 49 anos
- **Rádio** – ligado uma vez por semana, pelo menos, e ouvido por:
 - 81% dos homens e 79% das mulheres
 - 78% da classe A e 73% da classe E
 - 77% dos jovens entre 10 e 14 anos
 - 83% da população entre 20 e 49 anos

Quando perguntados por quais razões tomam contato com os meios eletrônicos, as respostas trazem números diferentes, mas ainda assim reveladores da importância do rádio e da televisão no cotidiano. No caso do rádio, 37,61% da população ouvem em busca de informações. Mesma razão apontada por 73% das pessoas quando se trata de televisão. Não por acaso, no rádio, os seis tipos de programas mais ouvidos, e que concentram 66,9% da preferência do público, são noticiários, em diferentes esferas (local, regional ou nacional).

Está claro, portanto, que televisão e rádio, junto com a internet, cada vez mais, são os principais veículos de contato da população com a realidade. E, que, dentre os diferentes gêneros que compõem a programação desses meios, fica evidente que o jornalismo é o mais frequentado.

Algumas questões sobre essa intensa presença dos meios eletrônicos na vida dos brasileiros merecem reflexão mais detalhada. Além das características comunicacionais de cada um dos meios – instantaneidade, cobertura, agilidade, proximidade com os fatos –, há um aspecto em particular que ajuda a entender sua influência, especialmente no Brasil. Em um país com taxas de analfabetismo funcional beirando os 15%¹, é de se esperar que a maioria da população busque nos meios eletrônicos a fonte principal – para não dizer única – de posicionar-se diante dos fatos do cotidiano.

Esse quadro revela igualmente outro aspecto que merece especial cuidado quando se trata de informação difundida pelo rádio e pela televisão: a extrema dependência que esses meios criam na relação com a sociedade e, por consequência, a responsabilidade com a correção, seriedade e com os aspectos relativos a uma informação e a um jornalismo voltados ao interesse público.

ATENÇÃO!

¹ Uma lenta caminhada para vencer o analfabetismo funcional. Revista Nova Escola. Editora Abril, dez. 2009.

A RADIODIFUSÃO COMO SERVIÇO PÚBLICO

Ainda que o rádio e a televisão brasileiros tenham surgido e se desenvolvido em um cenário de livre iniciativa e propriedade privada, sua gênese se situa no campo das concessões do Estado, voltadas a ofertar a exploração do espectro eletromagnético, um bem público. Nesse sentido, ainda que geridas com base em uma lógica comercial, em que o modelo de negócio pressupõe o lucro baseado nos índices de audiência, o sistema de radiodifusão de sons e imagens no Brasil é, indubitavelmente, voltado à prestação de um serviço público.

Constitucionalmente, estão definidas a forma e os princípios que regem a radiodifusão de sons e imagens no país. No Capítulo V da Constituição Federal de 1988, sobre a Comunicação Social, está explicitado que:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Sendo assim, fica clara a responsabilidade que cada emissora tem perante o público, nada menos que um compromisso com os princípios da sociedade. Desse modo, ainda que tenham seu funcionamento vinculado aos resultados de audiência e ao financiamento de sua

programação por meio de anúncios e patrocínios, os principais meios eletrônicos têm como compromisso primeiro valorizar a informação, o entretenimento, a comunicação qualificada. No mínimo, para formar cidadania.

A mesma seção da Constituição Federal que assinala os princípios que devem reger a programação e o caráter dos produtos das emissoras de rádio e televisão também estabelece que o sistema de radiodifusão deve ser compartilhado por três modelos distintos: o privado, o estatal e o público: “Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”.

Há, portanto, limites bastantes para garantir que a absoluta maioria da população receba sobretudo informações baseadas na pluralidade, tenham as informações a origem que tiverem. Tanto quanto há severas críticas à qualidade de determinados programas nas emissoras privadas, o mesmo ocorre com relação àquelas de caráter estatal. Quanto às públicas, sua implantação é recente: em dezembro de 2007 foi implantada a EBC – Empresa Brasil de Comunicação. Mantenedora da TV Brasil, acabou por constituir-se como a primeira emissora de televisão e rádio essencialmente pública não comercial, especialmente por sua configuração formal e pelo modelo de gestão implantado, que pressupõe o funcionamento de estruturas colegiadas responsáveis pelas várias faces de sua gestão.

O que cabe ressaltar, é que, antes de serem privadas, estatais ou públicas, nos três casos são meios de difusão de sons e imagens, cuja autorização de funcionamento é prerrogativa do Estado. Portanto, dependem todas do cumprimento e do atendimento dos princípios constitucionais.



ATENÇÃO

O TELEJORNALISMO E O SENSACIONAL

Em se tratando de um gênero em particular – o jornalismo –, tanto o rádio quanto a televisão têm ainda maior grau de compromisso com o interesse público. A constituição de uma programação nas emissoras leva em conta diferentes modalidades de tratamento de conteúdo. Há programas voltados ao entretenimento; outros à segmentação de audiências, como os de esporte, música, artes e espetáculos, humor, dramaturgia; e há aqueles que conferem credibilidade, os de jornalismo.

A reflexão sobre o papel do jornalismo e da informação tem se consolidado sobretudo nas pesquisas e investigações acadêmicas. E parecem multiplicar-se as suas formas de abordagem de maneira exponencial nas grades de programação das emissoras. Ao tempo em que o jornalismo como forma de conhecimento busca entender-se a fim de se qualificar, ampliam-se os formatos de tratamento deste mesmo jornalismo, nem sempre com base em requisitos sérios, responsáveis e voltados plenamente aos interesses sociais.

Como você viu na unidade 4, quando já foram abordados aspectos do sensacionalismo na informação, ampliam-se os casos em que o drama pessoal é levado a extremos; em que realidades, cuja referência pura e simples bastaria para retratar a dor e o desespero de pessoas, recebem pesadas tintas e adquirem contornos de exagero. Põe-se diante do público o espetáculo como essência, em nome da conquista por mais e mais audiência.

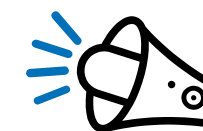


Dois aspectos, nestes casos, merecem atenção: a relação com as fontes, de modo a obter informações seguras e confiáveis; e o tratamento dado à informação, de maneira que não haja a prevalência do espetáculo sobre a objetividade exigida do jornalista. Vamos detalhar um pouco mais estes temas, com foco no telejornalismo e no radiojornalismo.

No trabalho “Classificação dinâmica das fontes de notícias”, Schmitz (2010) aponta algumas das formas com que as fontes podem ser classificadas. A primeira categoria refere-se às fontes primárias ou secundárias; a seguir, os grupos: se oficial, institucional, empresarial, individual, testemunhal, especializada ou de referência; no caso da qualificação: confiável, crível ou duvidosa; quanto ao crédito: anônima ou identificada; por sua ação: proativa, ativa, passiva ou reativa. Diante dessa matriz, podemos cruzar a característica de uma fonte e encontrar aquela que reúne os requisitos em cada uma das classificações de modo a identificar claramente qual papel exercerá diante do jornalista que a consulta.

Fontes são essenciais ao jornalismo. A notícia não fala; alguém fala por ela. Reconhecer neste “alguém” o sujeito de uma informação que possa ser repassada com objetividade, clareza, verdade, responsabilidade é tarefa cotidiana. O dinamismo e a urgência que cada vez mais estão presentes na corrida diária pela informação – e a conquista pela audiência – tornam a relação com as fontes um processo arriscado. No caso de situações de emergência ou risco social, ainda mais.

Mas, o que credencia esta ou aquela autoridade, esta ou aquela instituição, este ou aquele indivíduo a serem tratados como fontes?



Podemos partir de uma noção cara ao jornalismo: a credibilidade. Pensemos em um exemplo ilustrativo.

Um município de médio porte, com cerca de 150 mil habitantes, sofre com quinze dias de chuva torrencial. Em um bairro periférico, próximo a uma grande encosta, centenas de famílias vivem no limite entre a vida e a morte, ameaçadas pelo iminente deslizamento de parte de um morro. No início da noite, o inevitável: parte da terra molhada e

sem cobertura vegetal desce, soterrando barracos e deixando famílias desaparecidas. Acionadas pela comunidade, equipes da Defesa Civil, da prefeitura, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, acorrem ao local a fim de prestar os primeiros atendimentos. Dezenas de pessoas se aglomeram em torno do palco da tragédia de modo a acompanhar o drama de vizinhos, amigos e parentes. Muita escuridão, chuva, lama, dificuldades extremas. A equipe de reportagem de uma emissora de TV toma conhecimento e se dirige ao bairro, preparada para, a qualquer momento, entrar no ar, ao vivo, para todo o estado.

O telejornal da noite divulgou, há pouco, que a tragédia anunciada se confirmara: a quantidade de chuva provocou o deslizamento e “a qualquer momento, traremos novas informações”. Pressionado pela urgência e movido pela pressa, o repórter encarregado de dar as primeiras notícias ao vivo identifica sua fonte: um cidadão que observa a movimentação e que diz conhecer as famílias que viviam sob o que agora é apenas um amontoado de barro e lama.

Sem preocupar-se em checar qualquer informação, aciona a emissora e diz-se pronto para ir ao ar. Resultado: o vídeo mostra o repórter ao lado de um homem, identificado apenas como “morador” que dispara a identificar vítimas. Desfia uma longa lista de nomes, idades, origens, profissões. Sem se dar conta, o repórter está iniciando um duvidoso processo de divulgação de informações de uma fonte que é testemunhal, duvidosa, reativa, secundária, parcialmente identificada. Reúne, portanto, requisitos que a tornam, no mínimo, uma ameaça à informação qualificada.

Se tivesse optado por identificar fontes oficiais, confiáveis, proativas, primárias e plenamente identificadas, correria poucos riscos. Mas seguramente não responderia demandas que, invariavelmente, acabam por suplantar o rigor necessário em uma situação como aquela. Em seu artigo “A dramatização no Telejornalismo”, Teresa Neves

(2005) demonstra como se alteram valores a partir de exigências como audiência e concorrência entre os meios de informação.

A substituição dos atributos de importância, atualidade e verdade por características como interesse, novidade e verossimilhança deixa entrever que o código jornalístico instaura uma organização e uma rotina de trabalho francamente voltadas para os acontecimentos pontuais e episódicos. Esta constatação ganha contornos mais evidentes quando confrontada com aspectos técnicos que condicionam tanto a escolha quanto o tratamento da informação jornalística.

Essa substituição acaba por provocar equívocos e, em alguns casos, torna temerária a apuração e divulgação de fatos que podem gerar graves consequências. E, mais grave ainda, a combinação de pressa, urgência, apuração frágil, identificação incorreta de fontes, busca por audiência, transforma e transfigura a informação. A autora continua:

Ao tomar o espetáculo como modelo, o (tele)jornalismo conjuga a tarefa de informar à função de entreter, permitindo, assim, que a aridez da realidade tangencie o colorido da ficção. Na ânsia de captar a atenção instantânea do grande público, o show informativo recorre a valores socialmente sedimentados, mensagens de fácil reconhecimento, estereótipos e lugares-comuns, valendo-se de trunfos como o sensacionalismo e o escândalo.

Com o emprego de recursos desta natureza, torna-se tanto mais fácil banalizar temas de indiscutível interesse público, quanto elevar à condição de informação relevante episódios banais do cotidiano (NEVES, 2005).

O exemplo ilustrativo pode gerar vários finais, sobretudo quando a notícia transforma-se no espetáculo. E nisso, rádio e televisão têm intensa participação, como continua a autora:

As feições do jornalismo-espetáculo ficam mais bem delineadas levando-se em conta o conteúdo informativo posto em destaque. O sofrimento alheio ganha evidência tanto com a valorização de episódios trágicos ou sangrentos (como desastres, crimes, catástrofes, atentados, epidemias, etc.), quanto por meio do relevo conferido às mazelas cotidianas, sejam individuais, sejam coletivas. O privilégio dado às notícias negativas segue a regra segundo a qual “as más notícias são boas notícias”.

Cabe, portanto, ao rádio e à televisão, buscarem constituir-se como um espaço cujo compromisso deva estar acima dos requisitos que tendem a torná-los frágeis. É preciso evitar alguns aspectos que, se controlados, permitem garantir que o interesse público esteja acima de outras questões.

ALGUNS PRESSUPOSTOS PARA UMA ATUAÇÃO CORRESPONSÁVEL NA COMUNICAÇÃO DE RISCOS

1. Agir em nome do interesse público, não do interesse pelo público

O rádio e a televisão, como concessões públicas agindo na difusão de informações no espaço público, precisam cercar-se de parâmetros que os tornem reconhecidos pelo serviço que prestam, não pela audiência que cativam. Quanto mais séria, responsável e cuidadosa for a atuação dos profissionais destes meios, tanto maior será o respeito que terão de seu público, de seu ouvinte ou telespectador.

2. Perseguir os princípios basilares do jornalismo

Há algum tempo que a reflexão sobre objetividade, imparcialidade e precisão tem demonstrado que, se não são perfeitos, tais conceitos devem ser perseguidos. As circunstâncias da realidade extrema – catástrofes e desastres, por exemplo – são suficientemente graves que prescindem de adjetivação. Apurar e reportar com foco na busca pela informação precisa é o desafio.

3. Evitar personalismos e autorreferenciação

Quando se trata de rádio e televisão, em alguns casos repórteres, locutores e apresentadores tendem a julgar-se “estrelas”, pondo acima da informação suas convicções e julgamentos pessoais. Ainda que bem informados, são mediadores, não fontes na relação com a notícia e desta com o público. Imaginar-se onipotentes e onipresentes torna-os vítimas fáceis da ameaça de perda de credibilidade. Grave também quando se posicionam como acusadores e juízes, levando o público a confrontar-se com as fontes, seguindo os julgamentos do jornalista.

4. Ter curiosidade, alimentar a dúvida, mas admitir as certezas

Os jovens que optam pela carreira de jornalista são provocados desde o início a exercerem a curiosidade, a desconfiarem o tempo todo das evidências que traz a notícia. Mas um equívoco recorrente em coberturas de casos de grande repercussão é alimentar as incertezas ao extremo. É fundamental ter consciência de seu papel e, portanto, de seus limites. Se a fonte assume determinada informação, a responsabilidade por sua veracidade a ela pertence. Duvidar, sempre. Provocar e perseguir a verdade, com responsabilidade, também. Mas ater-se às prerrogativas e limites que a relação com as informações exige.

5. Achar o tempo certo para a informação correta

Ainda que as circunstâncias em torno de acontecimentos extremos e de alta gravidade exijam a presença imediata do jornalismo no contexto real, o relato das informações não admite precipitações. O valor de uma informação correta e crível, originada de uma fonte também confiável, é muito maior que a perseguição de um “furo”. Mais vale aguardar o melhor momento para divulgar a informação qualificada, do que antecipar-se e correr o risco de ver abalada a credibilidade ou ter que retificar a notícia depois das consequências geradas.

6. Identificar devidamente as fontes

Fontes são as bases de qualquer processo de produção de notícia. Sua escolha ou identificação dão início à apuração e determinam o quanto de fidelidade ao real se conseguirá obter. Em situações de calamidades ou risco, esta identificação se faz ainda mais relevante. Atribuir veracidade a boatos, a ilações ou a incertezas, torna a notícia inválida e seu emissor irresponsável.

7. Tratar do drama como notícia, sem dramatizar a informação

É bastante comum, sobretudo em fatos que envolvem tragédias humanas, enfatizar o lado mais deprimente da condição pessoal. Algo como as tradicionais entrevistas com alguém que perdeu casa, patrimônio, familiares, em que a pergunta é: “Como a senhora está se sentindo”, como se fosse razoável sentir-se bem numa situação extrema, às vezes de indignidade e absoluta fragilidade. Os dramas humanos falam por si e, no caso da televisão, sua exibição é o bastante. Qualquer tentativa de “sensacionalizar” o drama é uma postura que circula no perigoso limite entre o jornalismo e o espetáculo.

Por fim, temos que ter claro, como observa Herreros (2004):

É uma obrigação dos meios e dos profissionais manterem bem informada a sociedade, para que possa exercer seus direitos democráticos. Uma sociedade desinformada é o melhor caldo de cultivo para todo tipo de atropelos políticos e comerciais. A informação é um direito de todo cidadão. A existência dos meios está justificada como mediadores para fazer circular a informação desde as fontes até os cidadãos; e isso tem que efetuar-se com todas as garantias de veracidade e rigor.



Com a leitura desta última unidade, você está chegando ao fim deste curso. Certamente está mais preparado para atuar na comunicação de riscos e de desastres e fortalecer a participação da imprensa na redução dos riscos. Sua participação poderá ocorrer através de ações em veículos de comunicação de massa, na assessoria de imprensa de alguma organização, em veículos de mídia comunitária ou através de outras ferramentas, como mídias sociais, blogs, jornais alternativos, entre outros. O mais importante é compreender a importância da comunicação para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de desastres e agir com responsabilidade.

Agora, se desejar, realize a atividade na sequência e conclua o último passo deste curso, a atividade final disponível no AVA.

>> ATIVIDADE

Responda: Como fortalecer as mídias comunitárias para que atuem efetivamente na prevenção dos desastres?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses**. A fascinante história do risco. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 389 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Curso de formação em defesa civil**: construindo comunidades mais seguras. Curso à distância - Guia do estudante. 2. ed. Brasília: MI, 2005. 135p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. 82p. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp>. Acesso em: 26 jul. 2010.

CATE, Fred H. **The media and disaster reduction**: roundtable on the media, scientific information and disasters at the United Nations World Conference on Natural Disaster Reduction. Disponível em: <http://www.annenberg.northwestern.edu/pubs/disas/disas3.htm>. Acesso em: 26 jul. 2010.

COMM, Joel. **O poder do twitter**: estratégias para dominar seu mercado e atingir seus objetivos com um tweet por vez. São Paulo: Editora Gente, 2009. 2969 p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 4ª reimp. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2003. 240 p.

DEUTSCHE WELLE GLOBAL MEDIA FORUM. 2008, Alemanha. **Media in peacebuilding and conflict prevention**: documentation 2008. Disponível em: http://www.dw-gmf.de/download/GMF-Doku-2008-Web_12MB.pdf. Acesso em: 26 jul. 2010.

DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006. 416 p.

EID, Marco Antônio de Carvalho. **Entre o poder e a mídia**. São Paulo: Editora M. Books, 2003. 78 p.

Unidade VI

ESTRATEGIA INTERNACIONAL PARA LA REDUCCIÓN DE DESASTRES - EIRD/ONU. **La gestión del riesgo de desastres hoy**: contextos globales, herramientas locales. Ginebra, Suiza, 2008. 206p.

ESTRATEGIA INTERNACIONAL PARA LA REDUCCIÓN DE DESASTRES - EIRD/ONU. **Terminología sobre reducción del riesgo de desastres**. Ginebra; Suiza: EIRD/ONU, 2009. Disponível em: <http://www.unisdr.org/publications/>. Acesso em: 10 ago. 2010.

ESTRATEGIA INTERNACIONAL PARA LA REDUCCIÓN DE DESASTRES - EIRD/ONU. **Vivir con el riesgo**: informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres. Naciones Unidas (EIRD/ONU): Secretaría Interinstitucional de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, 2004.

FUNDO COMUNITÁRIO DE RECONSTRUÇÃO. Instituto Comunitário da grande Florianópolis. **Guia proteção de crianças e adolescentes**: situações de emergência. Conteúdo: Ana Paula de Assis Zenatti e Soledad Y. U. de Sousa. Florianópolis: [s. n.], 2009.

GOMES Jr., Carlos Alberto de Araújo; ALVES, Márcio Luiz. Curso de Capacitação em Defesa Civil: **Sistema de comando em operações**. Guia do estudante - Capacitação à distância. Florianópolis: Lagoa Editora; CEPED/UFSC, 2004. 136 p.

GOMES Jr., Carlos Alberto de Araújo. **Sistemas de comando**: considerações doutrinárias para a construção de um modelo nacional aplicável às ações de defesa civil. Florianópolis: Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres/ Universidade Federal de Santa Catarina (CEPED/UFSC), 2009.

HERREROS, Mariano C. **La información en televisión**. Barcelona: Gedisa, 2004. 382 p.

HEWITT, Kenneth. **Regions of risk**: a geographical introduction to disasters. Harlow: Longman, 1997. 389p.

JORNAL DE DEBATES. Disponível em: <http://jornaldedebates.uol.com.br/debate/midia-toma-partido-ou-cumpre-seu-papel/artigo/que-comunicacao-massa>. Acesso em: 18 out. 2010.

LAVELL, Allan. **Desastres y desarrollo**: hacia un entendimiento de las formas de construcción social de un desastre: el caso del huracán mitch en centroamérica. BID e CIDHS: San José, Costa Rica, 2000.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. SENAC, 2000. 245 p.

MEDITSCH, Eduardo. **O Pecado original da mídia**: o roteiro de A Guerra dos Mundos. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-guerra-dos-mundos.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2010.

MICHEL, Margareth de Oliveira; MICHEL, Jerusa de Oliveira. **Comunicação comunitária e cidadania**: resgate da cultura e construção da identidade. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/michel-margareth-jerusa-comunicacao-comunitaria-cidadania.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2010.

MIDIADADOS 2010. Grupo de Mídia de SP. Disponível em: www.gm.org.br. Acesso em: 1 ago. 2010.

MORA, Margarita Villalobos. **Contribuições da mídia para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de desastres**. 2008. Disponível em: http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=208&Itemid=115. Acesso em: 10 de out. 2010.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Improving risk communication**. Washington, DC: National Academy Press, 1989. 332 p.

NEVES, Teresa C. C. A Dramatização no telejornalismo. **Caligrama**, São Paulo, n. 3, v. 1. set/dez 2005.

O ESTADO DE S. PAULO DIGITAL. **Manual de redação do jornal O Estado de São Paulo**. Disponível em: www.estadao.com.br/manualredacao. Acesso em: 26 jul. 2010.

OLIVEIRA, Marcos de. **Manual gerenciamento de desastres**: sistema de comando de operações. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional; Secretaria Nacional de Defesa Civil; Universidade Federal de Santa Catarina; Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010a. 80p.

_____. **Sistema de comando em operações**: guia de campo. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil; Universidade Federal de Santa Catarina; Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres; 2010b. 61p.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Gestión de la información y comunicación en emergencias y desastres**: guía para equipos de respuesta. Washington, DC: OPS, 2009.

_____. **Guía de campo**: Equipo Regional de Respuesta a Desastres. Panamá: OPS, 2009. 68p.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

REZENDE, Guilherme Jorge. **Telejornalismo no Brasil**. São Paulo: Summus Editorial, 2000. 279 p.

ROMACINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 2007.

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo?** São Paulo: Brasiliense, 1980. 87 p.

SCANLON, T. Joseph; ALLDRED, Suzanne. **Media coverage of disasters**: the same old story. 1981. Disponível em: <http://www.eird.org/esp/cdcapra/pdf/eng/doc13422/doc13422-contenido.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2010.

SCHMITZ, Aldo Antônio. As teorias e as fontes. **Quando as fontes pautam**, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://fontespautam.wordpress.com/2010/01/02/as-teorias-e-as-fontes/>. Acesso em: 20 jul. 2010.

SCHULER, Maria (coord.). **Comunicação Estratégica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

SECRETARIA INTERINSTITUCIONAL DE LA ESTRATEGIA INTERNACIONAL PARA REDUCCIÓN DE DESASTRES DE LAS NACIONES UNIDAS (EIRD/ONU). **Introducción al Marco de Acción de Hyogo 2005-2015**: aumento de la resiliencia de las naciones y las comunidades ante los desastres. Ginebra; Suiza, 2005. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/hfa>>. Acesso em: 05 ago. 2010.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1986. 141 p.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

UNITED NATIONS, INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION (UN/ISDR). **Living with risk**: a global review of disaster reduction initiatives, 2004. Disponível em: <http://www.unisdr.org/eng/about_isdr/bd-lwr-2004-eng.htm>. Acesso em: 25 jul. 2010.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Manual de redação do portal Último Segundo**. Disponível em: www.ultimosegundo.com.br. Acesso em: 26 jul. 2010.

UMA lenta caminhada para vencer o analfabetismo funcional. **Revista Nova Escola**, São Paulo, ed. 228, dez. 2009.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Comunicação. **Comcom Comunicação Comunitária**. Disponível em: <http://e-groups.unb.br/fac/comcom/>. Acesso em: 18 out. 2010

WENGER, Dennis; FRIEDMAN, Barbara. Local and national media coverage of disaster: a content analysis of the print media's treatment of disaster myths. **International journal of mass emergencies and disasters**, USA, n. 3, v. 4, nov. 1986. Disponível em: http://www.ijmed.org/detailed_article.php?id=138. Acesso em: 20 jul. 2010.

WIKIPÉDIA A ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Comunicação comunitária**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunica%C3%A7%C3%A3o_comunit%C3%A1ria. Acesso em: 18 out. 2010.

WORLD BANK. **Natural disasters**: counting the cost. World Bank, Washington, DC, USA, 2004. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:20169861~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>. Acesso em: 20 jul. 2010.

ZENATTI, Ana Paula de Assis; SOUSA, Soledad Y. Urrutia. de. (org.). **Relatos de um Desastre**: narrativas jornalísticas da tragédia de 2008 em Santa Catarina. Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania. Florianópolis: CEPED UFSC. 2009, 151 p.

ZENATTI, Ana Paula; SOUSA, Soledad Y. Urrutia. **Comunicação em Desastres**: a Atuação da Imprensa e o Papel da Assessoria Governamental. Florianópolis: Governo do Estado de SC - SJC/DEDC; CEPED UFSC, 2010.

